

Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Martina Ahlert

Mulheres de Monte Verde:

Etnografia, subalternidade e política na relação de um grupo popular de Porto Alegre e o Programa Fome Zero

Florianópolis
2008

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

“Mulheres de Monte Verde:
Etnografia, subalternidade e política na relação de um grupo popular de Porto Alegre e o
Programa Fome Zero”

MARTINA AHLERT
Orientadora: Dra. Miriam Pillar Grossi

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em antropologia social.

Dra. Miriam Pillar Grossi (UFSC – orientadora)

Dra. Antonádia Borges (UnB)

Dr. Rafael José de Menezes Bastos (PPGAS/UFSC)

Florianópolis, 28 de março de 2008.

AGRADECIMENTOS

Aos espaços de diálogo encontrados durante o desenvolvimento da pesquisa: ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS - UFSC) e seus integrantes (Fernanda, Rozeli, Rosa, Felipe, Gicele, Fernando, Ângelo, Fran, Paula), pelas contribuições neste trabalho e, de maneira geral, neste período na UFSC.

À minha orientadora Miriam Pillar Grossi, pela paciência e pelas constantes provocações em relação aos meus apontamentos. Pela banca da defesa desta dissertação, professora Antonádia Borges (UnB) e professor Rafael José de Menezes Bastos (UFSC) – pela leitura atenta, pelas sugestões brilhantes e pela companhia afetiva.

Ao Núcleo de Antropologia e Cidadania (UFRGS), especialmente a Soraya e Alinne (e toda sua energia). À Claudia Fonseca ‘onde’ esta pesquisa começou e onde qualquer antropologia também.

Ao CNPq pela concessão da bolsa de estudos.

Aos professores do PPGAS/UFSC pelas trocas estabelecidas, em especial Oscar Calávia Saez, Márnio Teixeira-Pinto, Sônia Maluf, Alicia Castells e Miriam Hartung. Com carinho a Flávia Motta, pelas contribuições na defesa de qualificação deste trabalho. A Karla pelo auxílio com os procedimentos formais (diante das minhas constantes confusões).

Pelas pessoas que contribuíram com leituras anteriores de artigos sobre esta pesquisa Heloísa Paim, Antonádia Borges, Marcelo Rosa, Ana Luisa Gediel, Cadu e Everton.

Aos amigos que cuidaram da ponte Porto-Ilha: Fabiela, Ana Luísa, Úrsula, Maiara. E aos meus familiares (pai, mãe, Bê e Cê), fundamentais em todas as idas e vindas.

Às grandes parcerias deste mestrado (ou que apareceram por causa deste): Everton, Camila, Elias, Rafael, Clarissa, Erica, Marcelo, Cadu, América e Carlos, Maya, Tales e Silvia. Acréscimo carinhoso à Jake e Helen, Marcos e Sandra. Parcerias que permitiram descobrir a Ilha, as festas *cenoura com ricota*, os mapas e as informações incompletas...

Luciano Amorim, que me apresentou ao grupo de coordenadoras do Núcleo Monte Verde. Com alegria e saudade, às coordenadoras do Núcleo pela generosidade, pelas partilhas, almoços, caminhadas, paciência, dicas de beleza e por aí vão as coisas que não cabem nesse trabalho. Por apontarem sempre para a beleza e superação.

RESUMO

Este trabalho se constitui como uma análise de um núcleo do Programa Fome Zero, do governo federal, na cidade de Porto Alegre (RS). A pesquisa se desenvolveu no período de dezembro de 2004 até junho de 2007. Os dados apresentados surgiram a partir da realização de uma etnografia junto a um grupo de mulheres, conhecidas como coordenadoras do Núcleo Monte Verde do Programa Fome Zero. Localizado em um loteamento popular da cidade de Porto Alegre, o Núcleo tinha como proposta realizar, naquele espaço, a distribuição das cestas básicas provenientes de doações da sociedade civil, assim como propor iniciativas de geração de trabalho e renda. Duas categorias se apresentaram como fundamentais na análise das atividades realizadas pelo Núcleo: gênero e classe. Neste sentido, o trabalho do Núcleo estava marcado por traços considerados femininos naquele grupo popular, como a importância da maternidade e do parentesco, uma forma de inserção no mercado de trabalho e uma rotina basicamente doméstica e local. O envolvimento das mulheres com a atividade de coordenação do Núcleo tinha relação com aprendizados variados sobre a busca de recursos – monetários ou não – para suas casas. Os programas governamentais e envolvimento com as políticas sociais eram, especialmente, contribuições femininas no espaço familiar. A dissertação ainda realiza apontamentos sobre a relação que as coordenadoras desempenhavam com o ambiente da política institucional e o espaço do Loteamento. Acompanhando a trajetória do Núcleo Monte Verde, pode-se ver como se deu o processo de profissionalização dos trabalhos desempenhados no local, assim como a saída das coordenadoras desta atividade. Esta perspectiva possibilitou perceber de que maneira os períodos políticos dirigidos pelos processos eleitorais e as mudanças partidárias influem sobre os beneficiários e participantes dos programas governamentais. Apesar da presença importante do Estado na vida das coordenadoras, assim como dos coordenadores de outros núcleos da cidade, normalmente sua participação no Programa Fome Zero não era associada à política, mas à possibilidade “*da ajuda*”. Percebendo os sentidos múltiplos dados ao envolvimento no programa governamental, também se pode observar as assimetrias entre as propostas políticas provenientes dos setores governamentais e sua vivência pelo público ao qual se destinam.

Palavras chaves: etnografia, mulheres, grupos populares, política, Programa Fome Zero.

ABSTRACT

This thesis is an analysis of an institutional group of the program of Fome Zero, an initiative of Brazilian government, in the city of Porto Alegre (RS). The research was developed in the period from December 2004 until June 2007. The sources presented in this thesis were developed as ethnography, done among a group of women, known as the coordinators of "Monte Verde" group, of the program of Fome Zero. Located in a popular blend of the city of Porto Alegre, the group proposal was to achieve, in that area, the distribution of basic needs grocery packages that were gotten from donations from public, and also to propose initiatives for generation of employment and income. Two theoretical categories have become fundamental in the analysis of the activities performed by the group: gender and social class. In this sense, the work of the group was marked by traits considered feminine for them, such as the importance of motherhood and kinship, a particular form of assimilation into the labor market and a routine basically domestic and local. The involvement of the women with the coordination of the group had association with various types of learnings about the pursue for resources - financial or not - for their homes. The government programs and the involvement with social policy were especially feminine contributions in the family space. The thesis also holds comments on the relation of negotiation that the coordinating women played between policy environments and the institutional place of the blend. Following the trajectory of the group Monte Verde, it is possible to see how the process of professionalization of labor performed on the blend was made, as well as why coordinating women leave this task. This approach let us understand how political periods oriented by the electoral process and the partisan changes influence on the beneficiaries and participants of government programs. Despite the important presence of the state in the life of coordinating women of the group, as well as in the life of coordinators of other groups of the city, usually their participation in the program of Fome Zero was not associated to social policy, but to the possibility "of aid". Getting to know the multiple senses given to the involvement in the governmental program, it is also possible to observe the asymmetries between the political proposals from the government sectors and the experience lived by the public for which the policies are intended.

Key-Words: ethnography, women, popular groups, policy, program of Fome Zero

ÍNDICE DE SIGLAS

CESANS – Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
CESMAR – Centro Social Marista
CMSANS – Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CNSANS – Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar
COSANS – Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação
DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgotos
DMLU - Departamento Municipal de Limpeza Urbana
FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania
LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MESA – Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar
OP – Orçamento Participativo
PPS – Partido Popular Socialista
PT – Partido dos Trabalhadores
ROP – Região do Orçamento Participativo
SGML – Secretaria de Coordenação Política e Governança Local
SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SMAN – Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SMED – Secretaria Municipal de Educação
SMIC – Secretaria Municipal de Indústria e Comércio
SMS - Secretaria Municipal de Saúde

SUMÁRIO

Sobre Fome Zero e a pesquisa de campo (minhas inquietações - nosso encontro, ou introdução).....	01
1 As coordenadoras	
Mulheres, família e trajetórias.....	18
1.1 Sobre mulheres.....	20
1.1.1 Sobre homens e família.....	22
1.1.2 Em casa ou fora dela: fontes de recursos.....	25
1.2 Trajetórias.....	30
1.3 Gênero, classe e “participação” no Núcleo Monte Verde.....	38
2 O “paraíso”	
Estado, segregação, a constituição do Loteamento e do Núcleo Monte Verde.....	40
2.1 O Loteamento Monte Verde.....	42
2.1.1 A chegada ao Loteamento.....	43
2.1.2 Equipamentos públicos.....	45
2.1.3 Distinções: diferenças e segregação.....	48
2.1.4 A estética e as casas.....	50
2.2 O Loteamento e o bairro Mário Quintana.....	51
2.3 O Programa Fome Zero em Porto Alegre.....	53
2.4 A constituição do Núcleo Monte Verde do Programa Fome Zero.....	56
2.4.1 Mudanças partidárias e na organização local.....	58
2.4.2 As coordenadoras.....	59
2.4.3 Repasses de “cestas básicas” e parcerias.....	60
3 O Núcleo	
“Trabalho”, “correrias” e conflitos.....	63
3.1 <i>Correrias, cestas e trabalho</i>	65
3.1.1 “A reunião de sexta”.....	68
3.1.2 As plenárias.....	69
3.1.3 A horta comunitária.....	70
3.1.4 Os cursos de artesanato.....	71
3.1.5 A distribuição da cesta básica.....	72
3.1.6 Os <i>trabalhos</i> do Núcleo e o dia-a-dia.....	74

3.2 Distinções e conflitos.....	76
3.2.1 As relações entre as coordenadoras.....	77
3.2.2 A relação das coordenadoras com a “ <i>comunidade</i> ”.....	80
4 A “ajuda” e a “política”	
Profissionais, Estado e sociedade civil.....	85
4.1 Um novo momento: a segunda etapa da pesquisa.....	87
4.1.1 Profissionais.....	88
4.1.2 “ <i>Novas coordenadoras</i> ”.....	89
4.1.3 A reação das coordenadoras.....	90
4.2 Poder público e “ <i>líderes sociais</i> ”.....	92
4.2.1 Partidos, sociedade civil e governo.....	94
4.2.2 Entre a profissionalização e o envolvimento voluntário.....	97
4.2.3 “ <i>Tirar da própria casa</i> ” (alimento e dádiva).....	98
4.3 A saída das coordenadoras do Núcleo Monte Verde.....	101
4.4 Política e ajuda.....	104
Etnografia sobre mulheres, “política” e “ajuda”	
(minha etnografia – outras políticas, ou considerações finais).....	108
Referências bibliográficas.....	115
Anexos.....	126

SOBRE FOME ZERO E A PESQUISA DE CAMPO

(minhas inquietações – nosso encontro, ou introdução)

A necessidade do ‘enfrentamento da fome’ fez parte das propostas políticas de diferentes governos brasileiros. Contudo, tal enfoque ganhou uma nova dimensão enquanto bandeira da eleição de Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República em 2003. Enquanto estratégia política, o Partido apresentou o Programa Fome Zero, que trazia a erradicação da fome e da pobreza enquanto “compromisso político e ético da sociedade brasileira”, e como fundamental para a “constituição da nação” (Brasil, 2004).

Esta dissertação nasce da pesquisa junto a uma das iniciativas do Programa Fome Zero: um grupo de mulheres, coordenadoras do Núcleo Monte Verde¹ do Programa Fome Zero da cidade de Porto Alegre². Durante a pesquisa tive maior contato com cinco das coordenadoras do Núcleo, aquelas que permaneceram até o final do período de campo, sendo aqui chamadas de Marina, Elza, Irene, Geneci e Diná. Contudo, quando falo nas *coordenadoras* não me refiro apenas a estas cinco mulheres, mas àquelas que estiveram nesta posição em algum momento durante a pesquisa, incluindo assim, Graziela, Dália, Sônia, Vilma, Lucia, Elizângela, Maristela, Mariana e Nilza. A pesquisa de campo foi desenvolvida durante três anos, entre dezembro de 2004 até junho de 2007.

O Programa Fome Zero não é um objeto recorrente dos trabalhos em antropologia³. Apontamentos sobre as políticas e projetos relativos à alimentação e nutrição aparecem em diferentes áreas e, principalmente, em textos de militantes da Segurança Alimentar⁴. Nesta

¹ Opto aqui por alterar o nome do local e também o nome dos interlocutores de pesquisa. Nomes ‘públicos’ não são alterados, visto que são importantes para explicar o contexto dos acontecimentos.

² Conheci o grupo por intermédio de Amorim, advogado e militante na área de direitos humanos, voluntário em serviços de assessoria jurídica no local naquele período. O Núcleo ainda era o universo de pesquisa para sua Pós-Graduação em Direitos Humanos. Tal pesquisa foi instrumento importante na escrita deste trabalho (Amorim, 2005).

³ O único trabalho que conheço sobre o Programa é o texto de Carla Costa Teixeira, intitulado ‘Relações de parceria, políticas públicas e a questão da “pobreza” no Brasil’, de 2005.

⁴ Segundo Valente (2002), médico e militante da segurança alimentar no Brasil, o conceito de segurança alimentar no cenário internacional surge no século XX, no período pós-guerra, na emergência de agências internacionais como a Organização para a Agricultura e Alimentação da Organização das Nações Unidas (FAO/ONU) e de organismos financeiros como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Sua utilização, neste contexto, estava ligada ao entendimento da alimentação enquanto um direito humano. No Brasil, o conceito aparece em 1985, no âmbito do Ministério da Agricultura. As discussões em torno do tema da alimentação, nesta década, se expandiram e somaram à idéia da necessidade da qualidade dos alimentos aos problemas de produção agrícola e abastecimento (Valente, 2002, p. 45). Segundo site do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: “Todo mundo tem direito a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente. Isso é que chamamos de Segurança Alimentar e Nutricional. Ela deve ser totalmente baseada em práticas alimentares promotoras da saúde, sem nunca comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Esse é um direito do brasileiro, um direito de se

perspectiva, autores da área da nutrição, como Vasconcellos (2005), assim como pesquisadores que militaram e fizeram parte da construção do Movimento de Ética na Política (Belik, Silva e Takagi, 2001; Valente, 2002) destacam a década de noventa como importante na construção de discussões nacionais sobre alimentação e nutrição (proporcionadas, em especial, pela articulação ‘Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida’, campanha lançada por Betinho em março de 1993)⁵.

A campanha da ‘Ação da Cidadania’ é considerada, nas cartilhas do Programa Fome Zero (ver Brasil, 2004), como o início das discussões que originaram o Programa. Contudo, antes mesmo do lançamento do Programa pelo governo petista, durante a Presidência de Fernando Henrique Cardoso, foi elaborado o “Projeto Fome Zero: uma proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil” (sendo apresentado aquele governo e à sociedade em 16 de outubro de 2001) (Projeto Fome Zero, 2002)⁶. O Projeto serviu de base para a criação, em 2003, do Programa Fome Zero.

O aumento dos índices de pobreza e desemprego, em especial nas grandes cidades brasileiras, assim como as iniciativas e ênfases de órgãos internacionais (como os indicadores de acompanhamento das condições da fome no mundo da FAO/ONU), são apontados, por Belik, Silva e Takagi (2001) como elementos estruturais e contextuais favoráveis à discussão do tema da segurança alimentar no Brasil a partir da década de noventa. Movimento que se constitui na transformação da pobreza e da fome em questões públicas e imprescindíveis ao Brasil enquanto governo e sociedade civil (Yasbek, 2004).

alimentar devidamente, respeitando as particularidades e características culturais de cada região. E o Brasil, como todo país soberano, faz questão de garantir a Segurança Alimentar e Nutricional de seu povo” (www.planalto.gov.br/consea - disponível em 10 de fevereiro de 2008).

⁵ Neste sentido, estes autores apontam para o período do governo de Itamar Franco, posições políticas claras, como a instituição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e a realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (I CNSA) (Valente, 2002, p. 47). O CONSEA foi instituído pelo Decreto Presidencial de 26 de abril de 1993, tendo sua estrutura formada por 09 ministros de Estado e 21 representantes da sociedade civil.

⁶ O Projeto (Projeto Fome Zero, 2002) foi formulado a partir de discussões em seminários em diferentes cidades brasileiras, contando com a colaboração de políticos, ONG’s, movimentos sociais, sindicatos, organizações populares e de militantes e especialistas da área de segurança alimentar. O Projeto encontra-se disponível no site do Instituto Cidadania e também no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (www.mds.gov.br).

A ESTRATÉGIA PROGRAMA FOME ZERO

Em 2003, depois da eleição de Lula à Presidência da República, o Programa Fome Zero se estabelece como programa do governo:

O Fome Zero é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome⁷.

O Programa Fome Zero se insere na perspectiva da segurança alimentar e nutricional, realizada através da afirmação da alimentação enquanto um direito humano, presente nos tratados e convenções internacionais. Tal estratégia tem um foco principal, a “população mais vulnerável à fome”, neste sentido, as áreas prioritárias para o início do Programa foram municípios do Nordeste do país. Ao relacionar a fome à falta de acesso aos alimentos e assim à necessidade de “inclusão social e conquista da cidadania”, o Programa a conjuga à pobreza⁸ (Brasil, 2004).

No início do governo de Lula, em 2003, foi criado o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA). Em janeiro de 2004 o MESA, o Ministério da Assistência Social e a Secretaria Executiva do Programa Bolsa Família se conjugam, na formação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A coordenação do Programa Fome Zero fica então sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social, mas acontecendo a partir da intersetorialidade das esferas do governo e dos ministérios. Assim como, pela relação entre o governo federal, os governos estaduais e municipais. A partir da intersetorialidade são postas em prática as ações do Programa Fome Zero, que acontecem em torno de quatro eixos: acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, mobilização e controle social.⁹

⁷ Definição encontrada no site do Ministério do Desenvolvimento Social (www.mds.gov.br - disponível em 30/12/2007).

⁸ Para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), estão na pobreza famílias com renda *per capita* abaixo de 75,50 reais (www.pnud.org.br – disponível em 06 de março de 2007).

⁹ São ações do Programa (segundo site do Ministério de Desenvolvimento Social – www.mds.gov.br):
1) Acesso aos Alimentos: abrange o Bolsa Família, Alimentação Escolar (PNAE), alimentos a grupos populacionais específicos, construção de cisternas, restaurantes populares, Bancos de Alimentos, agricultura urbana/hortas comunitárias, Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), distribuição de vitamina A e de ferro (Saúde de Ferro), alimentação e nutrição de povos indígenas, educação alimentar, nutricional e para consumo, alimentação saudável / promoção de hábitos saudáveis, Alimentação do trabalhador (PAT), desoneração da cesta básica de alimentos;
2) Fortalecimento da Agricultura Familiar: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Garantia-Safra, Seguro da Agricultura Familiar, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura

Tais ações se desdobrariam em políticas emergenciais (como a distribuição de cestas básicas, o repasse de renda mínima), políticas específicas (como os Bancos de Alimentos, a ampliação da merenda escolar etc.) e as medidas estruturais (como cursos profissionalizantes para combate ao desemprego, alfabetização, construção de cisternas no Nordeste). A estrutura do Programa Fome Zero era constituída pelo Ministério do Desenvolvimento Social, pelo CONSEA¹⁰, pelo Comitê Fome Zero (formado pela sociedade civil e Estado, auxilia nos programas de transferência de renda), pelo COPO (voluntários responsáveis pela mobilização social), pelo PRATO (voluntários que organizam as doações e distribuições), pelo SAL (equipe voluntária de educação cidadã através da arte e da cultura), pelo TALHER (equipes de educação cidadã que devem capacitar PRATOS e COPOS)¹¹ e o pelo CONSAD (sociedade civil e representantes dos governos, formando uma articulação entre municípios) (Brasil, 2004).

Para os formuladores do Programa, a realização das ações do Fome Zero seria impossível sem a participação da sociedade civil:

(O Fome Zero) não será um milagre de um Presidente da República. Acho que será um milagre da sociedade brasileira. Se cada entidade empresarial, se cada pessoa que tenha alma, consciência política, neste país, resolver adotar essa campanha, o governo não precisa nem saber, porque não queremos paternidade do resultado (Luiz Inácio Lula da Silva, no Lançamento do Mesa Brasil, 24/02/2004. In: Brasil, 2004, p. 03).

A parceria entre governo e sociedade civil leva a uma conceituação de sociedade civil que engloba os empresários enquanto membros desta sociedade (Teixeira, 2005). Tal perspectiva, para Carla Costa Teixeira (2005) estaria baseada “no rompimento da dicotomia entre política social e política econômica” (Teixeira, 2005, p. 06).

Familiar (PAA);

3) Geração de Renda: qualificação social e profissional, Economia Solidária e inclusão produtiva, Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad), organização produtiva de comunidades, desenvolvimento de cooperativas de catadores, Microcrédito produtivo orientado;

4) Articulação, Mobilização e Controle Social: Casa das Famílias - Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), mobilização social e educação cidadã (TALHER), capacitação de agentes públicos e sociais, mutirões e doações, parcerias com empresas e entidades, controle social - conselhos da área social (Site do Programa Fome Zero – www.fomezero.gov.br, disponível em 10 de outubro de 2007).

¹⁰ O CONSEA foi reinstituído pelo governo Lula, sendo um conselho de caráter consultivo que assessora a presidência da República nos temas relativos à Segurança Alimentar e Nutricional. Possui 1/3 de seus assentos destinados aos Ministros do Estado ou a Secretários do mesmo, 2/3 aos representantes da sociedade civil e possui acompanhamento de observadores. Além do CONSEA, existem os conselhos estaduais (27) e os conselhos municipais (253). Informações disponíveis no site do CONSEA (25/12/2007).

¹¹ Os nomes destas esferas remetem a um aspecto simbólico que liga ‘o comer’ ou os elementos de uma cozinha à linguagem empregada no Programa.

Há um caminho a ser percorrido pela população atendida pelo Programa Fome Zero. Este deveria ser o de “caminharem da exclusão à inclusão social...” (Brasil, 2004, p. 17). Para tanto, este processo estaria marcado pela autonomia financeira, através dos projetos de geração de renda, mas também por de um processo educativo:

O grande objetivo do Programa Fome Zero é a superação da miséria e da fome dentro de um processo educativo. O que menos interessa, no Fome Zero, é a distribuição de alimentos. Da mesma forma, rejeita-se a política assistencialista ou populista de oferecer consolo e ilusão para o povo (Brasil, 2004a, p. 20).

A educação seria uma das formas de afirmar o Programa enquanto valorizador da efetivação de um direito e não ‘meramente’ como uma política ‘assistencialista’. Nesta perspectiva o processo educativo proposto engloba a idéia de alfabetização, mas não se encerra no ensinar a ler e a escrever. As cartilhas relativas ao Fome Zero, lançadas pelo governo federal, também trazem informações sobre a necessidade de se “*aprender a comer*” (para utilizar as características nutricionais de cada alimento), de aprender os “*cuidados necessários com o corpo*” (para que diminuam os casos de gravidez precoce, de doenças sexualmente transmissíveis), trazem instruções sobre higiene bucal, além de cuidados com a “*beleza*” para a “*manutenção da auto-estima das pessoas*”. Além disso, o processo educativo deve valorizar o conhecimento da identidade nacional e o respeito à cultura popular e às diferenças regionais (Brasil, 2004b). Esta ênfase educativa, quase civilizatória, ressalta o que já foi apontado por Duarte et al. (1993), na análise de projetos de ONGs. Apesar de analisarem projetos que “se diziam” de esquerda, os autores demonstraram que a perspectiva destes também era marcada pela necessidade dos processos educativos e de ‘transformação’ para a cidadania, ou seja, marcados por um viés que separava os conscientizados (nós) dos outros (eles) (Duarte et al., 1993).

Outras medidas ainda têm sido tomadas pelo governo federal no sentido de institucionalizar as iniciativas de combate à fome no Brasil. Assim, em 15 de setembro de 2006, foi aprovada a Lei 11346 – LOSAN (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional), que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que em seu artigo 10, define como objetivos “formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da

segurança alimentar e nutricional do País” (Brasil, 2006). Cabe ainda apontar que em 2007 foi realizada a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional¹².

Diante desta organização na esfera do governo federal, os municípios do Brasil podiam se envolver com o Programa Fome Zero. Porto Alegre adere ao Programa nos primeiros meses de 2003, ainda na gestão petista na prefeitura municipal. Minha pesquisa de campo inicia na transição de mandatos entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido Popular Socialista. A partir deste momento o Programa deixa de ser apenas formal para mim e passa a ser entendido pela vivência e experiência das coordenadoras do Núcleo Monte Verde. Se meu conhecimento sobre o Fome Zero, aqui apresentado, surge a partir da pesquisa de campo, é preciso indicar como esta pesquisa aconteceu.

A PESQUISA DE CAMPO

Ainda que a pesquisa de campo desta dissertação tenha acontecido durante três anos (2004-2007), acredito que existiram duas etapas bem marcadas. Na primeira etapa da pesquisa, de dezembro de 2004 até março de 2006, eu estava na graduação e era bolsista de Iniciação Científica no âmbito do NACI – Núcleo de Antropologia e Cidadania, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nesta etapa meu olhar esteve mais voltado para as vivências no próprio contexto do Loteamento e às dinâmicas da rotina doméstica das mulheres. Foi o momento com o qual me aproximei de maneira mais intensa das suas trajetórias, das suas casas e famílias. Neste período, o Núcleo tinha dezesseis coordenadoras, número que diminuiu gradativamente durante a pesquisa. Marina foi “*coordenadora da coordenação*” em todo o período de meu trabalho de campo.

Cheguei ao Núcleo Monte Verde (e ao Loteamento) na ‘*contramão*’ - no momento no qual a maioria dos grupos que antes prestavam alguma assessoria no espaço estava deixando de freqüentar o mesmo. Este momento se relacionava com o término da gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) na prefeitura municipal de Porto Alegre e o início da gestão do Partido Popular Socialista (PPS). O descrédito acrescido ao trabalho do Núcleo Monte Verde, pela diminuição destas “*pessoas de fora*” no espaço do Núcleo, e das “*parcerias*”, assim como

¹² A primeira Conferência Nacional aconteceu no governo Itamar Franco. A segunda delas foi em março de 2004 (www.planalto.org.br/consea).

pela diminuição do repasse das cestas básicas (característica do novo governo) fez eco na forma como se estabelecia minha presença no local.

Desta maneira, percebendo as leituras que as coordenadoras faziam sobre minha presença naquele espaço, passei a ser utilizada como um referencial de status para o Núcleo, pois significava “*alguém de fora*”, interessada “*no Fome Zero*”. Isto tudo muito embora meu retorno em termos práticos fosse muito pouco significativo – afinal logo perceberam que eu não tinha poder de acessar recursos para o Núcleo e conhecia pouco as redes de assistência que elas costumam acessar. Era neste sentido, suponho, que eu era, no contexto do Loteamento, apresentada por elas enquanto “*uma amiga que faz uma pesquisa sobre o Fome Zero*”. Outras vezes apenas diziam: “*ela está conosco lá em cima*” (referindo-se à Capela da Igreja Católica, o local das reuniões)¹³.

Por outro lado, ainda que algumas vezes indicassem minha relação com a universidade, na maioria das vezes enfatizavam adjetivos que indicavam que minha ligação com elas não era ‘meramente’ uma relação ‘pesquisador-pesquisado’. Recebia adjetivos de parentesco: “*essa é minha outra filha*” diziam algumas das coordenadoras que tinham filhas com a minha idade. Termos como “*amiga*”, “*filha*”, ou até “*futura nora*” resgatavam uma relação pessoal com cada uma delas – e me inseriam nas suas realidades, que, de certo modo, acredito, as valorizava não apenas enquanto coordenadoras, mas como pessoas que portam relações e redes. E, especialmente, apontavam para a importância do parentesco nos grupos populares (Fonseca, 2004), fato com que seja comum a aplicação de termos de parentesco aos amigos e vizinhos (Jardim, 1998). Eu, de bom grado, assumia estes adjetivos que me aproximam de suas vidas.

Contudo, tais adjetivos ‘de aproximação’ não se davam por si só, mas em contrapartida a determinados comprometimentos que tive que assumir durante a pesquisa de campo. As coordenadoras exigiam, ainda que implicitamente, que eu colaborasse em atividades como o trabalho do dia do repasse de alimentos e também que eu pudesse ir com elas nas plenárias do Comitê Gestor na prefeitura. Tal perspectiva da minha posição, no meu entender, tinha diretamente a ver com a valorização do “*trabalho*” no Núcleo. Trabalhar se opunha ao “*vir só pela comida*” e era um dos critérios com os quais as coordenadoras estabeleciam as relações entre elas mesmas e com a “*comunidade*” (como apontarei no terceiro capítulo).

¹³ Alba Zaluar, ao introduzir *A máquina e a revolta*, já nos fala sobre os ‘usos’ que os interlocutores fazem do pesquisador nas suas redes de relações (Zaluar, 1985).

Na segunda etapa da pesquisa, depois do ano da realização das disciplinas do mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina, retornei para Porto Alegre a fim de continuar com o trabalho de campo no local. Chego no mês de fevereiro de 2007 e realizo trabalho de campo até junho do mesmo ano. Esta etapa foi marcada pela chegada dos profissionais técnicos do poder público municipal (em virtude da instalação da cozinha comunitária do Núcleo em 20 de dezembro de 2006), pela mudança dos obreiros da Igreja Católica e pela chegada de novas participantes no trabalho do Núcleo e da horta. Tal situação, somada ao afastamento das coordenadoras, alterou significativamente o funcionamento do Núcleo Monte Verde em 2007. Reconheço que, também meu olhar tivesse ganhado novo tom, em virtude das novas leituras e discussões provenientes da participação no mestrado.

Nesta etapa da pesquisa tentei acompanhar algumas das atividades deste novo grupo na Capela, mas algumas dificuldades se colocaram: primeiro, os vínculos que possuía com as coordenadoras contribuía de maneira negativa ao meu reconhecimento no local (já que estas estavam sendo acusadas de corrupção); além disso, os “*trabalhos*” se tornaram esparsos e mesmo raros – ou seja, diminuíram as reuniões e repasses. Assim, acompanhei, em visitas nas casas das coordenadoras (continuo a chamá-las desta forma na dissertação, pois elas ainda se consideravam coordenadoras), a visão que estabeleciam com as mudanças que aconteciam no espaço do Núcleo. Assim, fiquei sabendo do que chamavam de “*golpe de faca*” ou de “*atropelamento*” - que, segundo elas, os profissionais do poder público (agrônomos, nutricionistas) estariam realizando no local.

Também neste período tive a oportunidade de freqüentar algumas plenárias do Comitê Gestor na Prefeitura – ou onde se localizassem, pois não tinham mais um local de encontro pré-determinado. No final do mês de março participei da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CMSANS) e no mês seguinte, também da Conferência Estadual (CESANS), que aconteceu em Porto Alegre.

NEGOCIAÇÃO E PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Os Azande não me permitiram viver como um deles; os Nuer não me permitiram viver de outro modo que não o deles. Entre os Azande, fui forçado a viver fora da comunidade; entre os Nuer fui forçado a ser membro dela. Os Azande trataram-me como um ser superior; os Nuer como um igual (Evans-Pritchard, 1999, p. 20-21).

Na primeira etapa da pesquisa de campo tive a possibilidade de conhecer a maneira com a qual as coordenadoras viviam e administravam o Núcleo. Meu estranhamento diante da forma como estas atividades se davam acontecia principalmente sobre o caráter, por mim considerado, de ‘informalidade’ destas atividades. Longe das atas, do cumprimento de horários e dos registros, os procedimentos se limitavam às listas de presenças. Foi esta mesma lógica que influiu sobre a forma como se deu a minha negociação de entrada no campo. Neste sentido, não tive um momento específico no qual possa falar sobre meu ‘aceite’ de pesquisa, nem, por exemplo, me foi exigido qualquer documento formal relatando meu vínculo com a Universidade.

Da mesma forma, nas vezes nas quais as questionava sobre a necessidade/ou não, do uso do consentimento informando, recebi freqüentes negativas. Acredito que tanto na situação do aceite da minha presença nas suas atividades, quanto na opção das interlocutoras do não uso do consentimento informado, estava em jogo também a pouca familiaridade que tinham com a escrita e mesmo o fato de que algumas delas não soubessem ler e escrever. Nesta perspectiva, normalmente os papéis que possuíam em suas casas eram contas de luz e água (que passaram a vir com a regularização destes serviços no Loteamento), empréstimos bancários ou receitas médicas, ou, em nível de núcleo, os ofícios de pedidos de alimentos. Os papéis diziam sobre um universo que elas tinham pouco domínio, de linguagem sempre duvidosa, de pedidos normalmente custosos. *“É só um papel. Não muda nada e tu já estás aqui tanto tempo. Tu já conhece a gente e sabe o que pode dizer ou não”* - era a comum resposta a minha pergunta sobre a necessidade do uso do consentimento informado.

Por sua vez, na segunda etapa da pesquisa, tal perspectiva se alterou com a significativa mudança em relação aos atores presentes nas atividades do Núcleo Monte Verde. Neste sentido, colocou-se a necessidade de ir à Prefeitura Municipal, especialmente à Coordenação Municipal de Segurança Alimentar, apresentar documentos relativos à possibilidade da pesquisa de campo e ao meu vínculo institucional. Como pude perceber, a preocupação destes profissionais, advindos da área da nutrição, onde o uso em pesquisa do consentimento informado é praticamente obrigatório, era sobre o fato de eu não utilizar tal ferramenta. Parecia que minha presença no local estava condicionada à autorização do poder público. As coordenadoras ficaram intrigadas, afinal, quem poderia, se não elas mesmas, permitir minha presença naquele local – que era o seu local de moradia e *seu* trabalho no Núcleo?

Sobre as situações compartilhadas nestes momentos de ingresso no campo (e também de sua manutenção), aparecem duas leituras sobre a possibilidade da minha presença, uma que

me vinculava a uma rede de reciprocidade - às coordenadoras e suas relações de parentesco e vizinhança - e a valorização do “*trabalho*”; e outra que me vinculava, não à Prefeitura e seu trabalho em si, mas a uma instituição respeitável, a Universidade. Menezes Bastos (1998) e Cardoso de Oliveira (2000) lembram que os procedimentos éticos não podem ser tomados como algo pré-determinado, mas possuem caráter histórico e discursivo, no sentido de serem como “... formações polissêmicas, contestáveis e inconsistentes...” (Menezes Bastos, 1998, p. 102). Os mesmos autores ainda apontam para o caráter político destes procedimentos, sendo que os diferentes atores presentes na pesquisa de campo, são compostos também por suas éticas e a relação com os grupos que estes atores compõem, para o antropólogo, acontece de maneiras diferenciadas.

As formas de negociação estabelecidas com estes dois grupos me falavam sobre cada um deles (Bonetti e Fleischer, 2007)¹⁴. Assim, a ‘informalidade’ nas relações com as coordenadoras que marcava a aproximação com aquele universo do Loteamento, exigia outro tipo de contrapartida, que era a da minha participação nas “*correrias*” do Núcleo, pois apenas assim eu saberia como era coordená-lo. Enquanto na relação com o grupo de profissionais presentes na segunda etapa da pesquisa, a ‘formalidade’ que lhes era constituinte do trabalho institucional e, portanto, mais banal e cotidiana, também me colocava sob tal lógica de funcionamento.

PESQUISA DE CAMPO E ESCRITA ETNOGRÁFICA

Nas pesquisas antropológicas no Brasil têm sido diversos os apontamentos sobre a realização de pesquisas de campo nos cenários urbanos, convencionalmente chamados de ‘sociedades complexas’ (ver Magnani, 1996; Durham, 1997). Sobre a pesquisa de campo, Magnani afirma: “o que importa no olhar antropológico não é apenas o reconhecimento e o registro da diversidade cultural, nesse e em outros domínios das práticas culturais, mas também a busca do significado de tais comportamentos: são experiências humanas – de sociabilidade, de trabalho, de entretenimento, de religiosidade...” (Magnani, 1996, p. 18).

¹⁴ No livro organizado pelas autoras, os artigos escritos por mulheres sobre subjetividade na pesquisa de campo demonstram, naqueles diferentes contextos, como se deram as negociações em relação à pesquisa de campo (Bonetti e Fleischer, 2007).

Neste sentido, considero esta dissertação como uma daquelas pesquisas “feitas em casa”, ou seja, no ambiente urbano e com grupos que não estão assim tão ‘distantes’ – pelo menos geograficamente – de nós. Isto não quer dizer que se excluem os deslocamentos e o aprendizado de uma nova língua – ainda que oficialmente falemos a mesma (Peirano, 1997).

Mesmo reconhecendo a importância de questionar a hegemonia da prática da pesquisa de campo enquanto técnica por excelência da antropologia, e assim reconhecer a importância de outras formas de se realizar a atividade antropológica¹⁵, não tenho como negar que sou devedora desta “... fé na pesquisa de campo – longas horas, aparentemente ‘jogando tempo fora’, na observação de cidadãos comuns em suas rotinas mais banais” (Fonseca, 2004, p. 07). Se a tarefa aqui foi realizar uma etnografia, ela foi entendida no sentido atribuído por Geertz (1999), como algo que possibilita um “... contato viável com uma subjetividade variante” (Geertz, 1999, p. 29). Visto que, parto aqui do princípio de que a etnografia é uma “... ferramenta capaz de revelar o sensível. Mais do que polir o olhar, a etnografia consegue bolir com o olhar – enquanto movimento, deslocamento, viagem” (Leite, 1998, p. 44). Neste sentido, durante o texto, procuro trazer meus estranhamentos e minha subjetividade na medida em que me impulsionam ao conhecimento do outro, como a proposta clássica da disciplina (Grossi, 1992).

Neste sentido Fonseca (2004), afirma que “O método etnográfico foi fundado na procura por alteridades: outras maneiras de ver (ser e estar) no mundo” (Fonseca, 2004, p. 12), mas ao realizar este exercício, “Os primeiros antropólogos foram longe em busca do exótico, motivados pelo desejo de conhecerem melhor a si mesmos” (Fonseca, 2004, p. 209). Neste sentido, Da Matta (1975) afirma que a subjetividade do pesquisador é alcançada pelo movimento do estranhamento do que nos é familiar, faz parte de uma “... viagem (que) é como a do xamã, um movimento drástico onde, paradoxalmente, não se sai do lugar” (Da Matta, 1975, p. 29). Questionando-se sobre a subjetividade no trabalho de campo, Miriam Grossi (1992) sugere que “... só se encontra o outro encontrando a si mesmo” (Grossi, 1992, p. 15-16), o que torna a relação entre o pesquisador e o grupo pesquisado algo não mais periférico para a antropologia, mas um traço fundamental na constituição da mesma enquanto disciplina.

Ao introduzir “A máquina e a revolta”, Alba Zaluar, falando do deslocamento geográfico à Cidade de Deus, afirma que foi nesse momento que tomou conta da hierarquia

¹⁵ Emerson Giumbelli apresenta uma revisão provocativa do ‘trabalho de campo’, mostrando como este passa a definir a própria atividade antropológica. Seu questionamento remete ao fato de que, por vezes, a ênfase no trabalho de campo subsume outros procedimentos metodológicos tão interessantes quanto ele para os objetivos de determinada pesquisa (Giumbelli, 2002).

que a separava do grupo pesquisado: uma hierarquia presente em pequenos detalhes - nos gestos, nos olhares, na maneira de vestir e andar. Que remetia a uma condição diferente de classe (Zaluar, 1985). Se pesquisar *em casa* é uma possibilidade da antropologia (Peirano, 1997), é preciso, na esteira da proposta de Rose (2007), concluir que pode haver muito mais de estranho naquilo que nós consideramos como nosso familiar.

Uma alteridade nunca será resolvida nem dissolvida nos encontros e desencontros que a pesquisa traz. Neste caso, a alteridade não será dissolvida nem pela função simbólica única das subjetividades em encontro, nem pelo projeto político popular unificado. Ao contrário, aqui ela independe da vontade do pesquisador: está nos gestos, na posse de objetos (tais como o gravador, o papel, a caneta, a máquina fotográfica ou até mesmo o aparelho de vídeo e a filmadora), nos hábitos diários do comer, andar, vestir, falar, e nos sutis rituais de dominação que o pesquisador não consegue escapar (Zaluar, 1997, p. 115).

Neste caso, Zaluar (1985) está falando especificamente da pesquisa que envolve recorte de classe, mas as diferenças se colocam entre qualquer pesquisador e o grupo de pesquisa. A partir do recorte da pesquisa desta dissertação, podemos sugerir o entendimento da categoria classe enquanto uma das maiores alteridades da sociedade brasileira: “uma alteridade radical que nos faria sentir o lado frágil das nossas certezas, o caráter cultural e de classe de nossos valores universais” (Fonseca, 2004, p. 228).

Pensando na relação entre pesquisador, pesquisados e teoria antropológica e tendo esta relação como a possibilidade da pesquisa, acredito que, segundo Clifford (2002), a discussão sobre autoridade etnográfica, isto é, sobre a possibilidade – dada ao antropólogo, desde o século XIX - de falar sobre o outro, exige que se pense a etnografia num contexto de debate epistemológico e político sobre a escrita e sobre a alteridade (Clifford, 2002). Assim, no momento da escrita etnográfica, acredito que “O texto etnográfico rigoroso terá de incorporar as vivências individuais de seu (sua) autor (a) como recuos auto-analíticos, conducentes à relativização das observações narradas” (Soares, 1998, p. 69).

Tanto Roberto Cardoso de Oliveira (2000), quanto Luiz Eduardo Soares (1998), mostram como devemos ser cautelosos com o que consideram uma possível radicalização desta postura e seus possíveis deslizamentos intimistas. Segundo Cardoso de Oliveira (2000), as discussões sobre o aparecimento do antropólogo em primeira pessoa no texto etnográfico, assim como o reconhecimento, no texto etnográfico, de outras vozes, com as quais dialogamos, são posturas positivas:

Porém, o fato de escrever na primeira pessoa do singular – como parecem recomendar os defensores deste terceiro tipo de monografia – não significa, necessariamente, que o texto deva ser intimista (...) No meu entendimento, a chamada antropologia polifônica – na qual teoricamente se oferece espaço para as vozes de todos os atores do cenário etnográfico – remete, sobretudo, para a responsabilidade específica da voz do antropólogo, autor do discurso próprio da disciplina (Cardoso de Oliveira, 2000, p. 30).

Assim, ressalto minha responsabilidade na exposição destes dados, compartilhados em momentos diversos. Como poderia se prever, depois de alguma convivência, participei de situações tristes, alegres, de momentos de confidências e mesmo dos segredos das interlocutoras da pesquisa. A convivência também proporcionava um esquecimento, pelas coordenadoras, da minha presença enquanto pesquisadora (como diziam às vezes: “*ainda tem aquela sua pesquisa, não é?*”). Este ‘esquecimento’ – que assim chamo por não encontrar palavra melhor – antes de me delegar tranquilidade em relação à escrita, implicou numa contínua vigilância nesta dissertação. Que a generosidade da partilha tenha sido compensada num possível *bom senso* de meu recorte.

Durante a realização deste estudo, quando comentava que pesquisava o Programa Fome Zero, eu era frequentemente, questionada em relação ao funcionamento do mesmo, no sentido de responder se “*É um Programa que funciona ou não?*”. Por fim, constato novamente a minha impossibilidade de resposta. Este trabalho não busca propor um modelo de política pública, ‘participação política’ ou a vivência de um processo de cidadanização. Penso que estes rótulos externos empobreceriam estes mesmos dados. Percebo isso em consonância com outros trabalhos em antropologia da política, desenvolvidos no Brasil, que tratam a política como recorte de estudos, de uma forma na qual

Buscam compreender a política como parte de fenômenos sociais mais amplos, cuja explicação não está restrita a uma esfera específica da vida social (...) uma antropologia onde a política é um dado etnográfico que deve ser analisado com os instrumentais clássicos da disciplina: trabalho de campo, observação participante, entrevistas, etc. (Kuschnir, 2000, p. 09).

Compreendo que a ‘política’ vista e vivida pelas coordenadoras do Núcleo Fome Zero Monte Verde não pode ser entendida à parte das outras manifestações constituintes da vida destas mulheres (Borges, 2003). Este entendimento busca uma abordagem que evite categorizações anteriores e precipitadas de uma noção monolítica do que seja política, tentando não cair em rotulações estigmatizadoras do comportamento das pessoas envolvidas. Neste sentido, o enfoque etnográfico pretende

‘politizar’ a política, reconhecendo a existência de um conjunto de processos moleculares subjacente a cada ação ou escolha individual e coletiva. É hora, pois, de deixar de trabalhar com uma concepção apriorística do que seja a política, concepção raramente compartilhada pelos agentes sociais efetivos, o que costuma conduzir a uma espécie de surpresa que acaba por reduzir concepções positivas e específicas a carências e faltas (Goldman e Sant’Anna, 1999, p. 138-139).

A partir disto, acredito que o trabalho no Núcleo do Fome Zero, não pode ser compreendido sem levar em conta questões familiares, de gênero, de classe, ou seja, os aspectos sociais e simbólicos que permeiam a vida das pessoas envolvidas. Assim, se entenderia que “as próprias concepções de política variam de acordo com contextos sociais e culturais específicos e, para compreendê-las, é preciso estabelecer a conexão, sempre particular, entre as várias dimensões que compõe ‘a política’” (Goldman e Cruz da Silva, 1999, p. 149).

Nesta perspectiva, existem duas variáveis que marcaram a forma como as coordenadoras viviam (e coordenavam) o Núcleo Monte Verde, as categorias de classe e gênero. Para pensar classe remeto ao uso do termo “grupos populares”, baseado na abordagem de Fonseca (1995; 2004), nos seus estudos na cidade de Porto Alegre. Remetendo esta definição a um recorte analítico de grupos de baixa renda, a autora ressalta que não se trata da reificação do grupo enquanto fechado e homogêneo, mas, como sugere, trata-se de uma análise que tem o “... cuidado em não perder completamente de vista possíveis diferenças nas matrizes simbólicas que ressaltam a especificidades dos grupos subalternos” (Fonseca, 2006, p. 15). Tal perspectiva nasce da percepção de que uma análise realizada através dos valores dos grupos dominantes não daria conta das situações vividas pelos grupos subalternos. Isto porque tal análise costumava reduzir o grupo estudado à miséria, às táticas de sobrevivência e a uma adaptação passiva ao modo de vida dominante, não percebendo as positivities e a criatividade dos grupos em questão¹⁶.

Outro elemento que aparece de maneira fundamental na gestão do Núcleo se relaciona com o fato das coordenadoras serem mulheres de grupos populares. Em primeiro lugar, se destaca na constatação de que composição da coordenação do Núcleo era apenas de mulheres sem qualquer prerrogativa para tal fato (visto que os outros núcleos do Programa tinham tanto homens, quanto mulheres em sua formação). Miriam Grossi, (1998) afirma “Que *gênero* é um conceito que remete à construção cultural coletiva dos atributos de

¹⁶ A autora está se baseando na produção de autores como, por exemplo, Michel De Certeau (1999), James Scott (1990). Nesta bibliografia, destacam-se as formas de agir e as táticas dos ‘fracos’, além do conceito de cultura popular.

masculinidade e feminilidade” (Grossi, 1998, p.15). Gênero seria, portanto, assim como classe, uma forma de categorizar o mundo social, uma forma de classificação e de organização de determinado contexto (Strathern, 1988).

Ao remeter as reflexões sobre o conceito de gênero ao universo de pesquisa, pude notar que as atividades cotidianas e o envolvimento com o trabalho do Núcleo Monte Verde eram categorizados também a partir de um recorte de atividades femininas e masculinas naquele espaço. No sentido também proposto por estes estudos, chamou-me a atenção como se colocavam distinções entre o grupo de mulheres, de forma a “... repensar o gênero como parte de um campo complexo de relações de poder” (Fonseca, 2004, p. 164). Utilizo ainda, tentando dar conta desta articulação entre gênero e classe, o conceito de “agência”, pois ressalta que os sujeitos não estão apenas sendo submetidos a uma ideologia (Ortner, 1996; Butler, 2003). Butler afirma que a agência não supõe, necessariamente, que o sujeito possa fazer suas escolhas livremente. Mas que a possibilidade de agência está nos próprios efeitos da repetição das leis regulatórias. São estas algumas indicações teóricas que embasam este trabalho.

Gostaria ainda de apontar algumas indicações sobre forma, adotadas na escrita. As categorias das próprias informantes se encontram em itálico e entre aspas, assim como as suas falas. Citações de autor@s, por sua vez, estão em letra normal e entre aspas quando em citações curtas. Em citações longas estão com recuo e sem aspas. Ainda aponto, embora tenha comentado na nota de rodapé introdutória ao capítulo, que o nome do Loteamento, assim como o nome dos interlocutor@s de pesquisa foi alterado, por uma opção ética negociada com os mesmos. Nomes de pessoas com cargos políticos, contudo, não alterei, pois acredito que descontextualizaria os dados. Um último aporte, o nome ‘Núcleo Monte Verde do Programa Fome Zero’ era o nome ‘oficial’ do espaço, algumas vezes remeto ao Núcleo, especialmente em alguma fala das coordenadoras, com a denominação “*Comitê*”, porque assim também o chamavam.

PLANO DA DISSERTAÇÃO

O primeiro capítulo desta dissertação fala sobre características que marcavam o dia-a-dia das informantes desta pesquisa. Trata-se de um enfoque sobre os significados dados a posição das mulheres naquele grupo popular. Das relações destas com seus maridos, filhos e com suas famílias. Nesse sentido, procura contemplar as diferentes fontes de recursos que

provém das atividades femininas naquele espaço e de como os programas governamentais se inserem dentro destas fontes de recursos. Desdubro alguns traços das trajetórias subalternas das coordenadoras do Núcleo Monte Verde e dos espaços que circularam, constituintes de suas redes de reciprocidade e conhecimento.

Por sua vez, o segundo capítulo procura dar conta da constituição do Loteamento Monte Verde, espaço de moradia das coordenadoras, assim como das formas de acesso que possibilitaram a chegada ao Loteamento. Descrevo brevemente o recebimento de equipamentos públicos no local, o que fez com que os moradores usassem a expressão “*paraíso*” para definir o momento vivido naquele espaço. A relação com o Estado, que marca o acesso à moradia, também se estende à formação do Núcleo do Programa Fome Zero de Porto Alegre. Procuo ainda apontar a relação dos acontecimentos na esfera da política institucional no município às mudanças na gestão local do Núcleo.

O capítulo de número três trata das atividades e “*trabalhos*” que as mulheres desempenhavam enquanto coordenadoras do Núcleo. Versa sobre as reuniões das coordenadoras, as plenárias, as colheitas na horta, as aulas de artesanato e as reuniões na Prefeitura. A partir destes momentos, procuro apontar a não-homogeneidade do grupo de coordenadoras, as relações e distinções entre elas, assim como com membros da Igreja Católica e com as pessoas da “*comunidade*”. Articulado com o capítulo anterior, este capítulo procura mostrar como se vive a estratégia governamental Programa Fome Zero no espaço do Loteamento.

O capítulo de número quatro trata da segunda etapa da pesquisa de campo. É marcado pela chegada de profissionais e técnicos no espaço do Núcleo e pela mudança dos obreiros da paróquia local. Tal movimento é marcado pela diminuição da participação da “*comunidade*” e pela saída das coordenadoras do Núcleo Monte Verde. No cenário municipal, este momento discute temas como a profissionalização e coloca questões para conceituações em torno do status do Programa, ora sendo considerado “*politicamente partidário*”, ora “*de governo*”, ou ainda de “*sociedade civil*”. No final do capítulo proponho uma categorização ‘nativa’ de política, que acontece pela definição de “*ajuda*” – sendo esta última valorizada pelas interlocutor@s, em detrimento da “*política*”.

Por fim, traço algumas considerações iniciais sobre a idéia de ‘fome’ e assim seu inverso, a presença de alimentos no espaço do Núcleo Monte Verde. Busco apresentar pistas para tentar perceber como a fome, ou a comida aparece no *trabalho* do Núcleo Monte Verde, agregando funções variadas e ingressando em redes de reciprocidade. Recebendo os sentidos

mais diversos, a comida possibilitaria pensar a ‘cesta básica’¹⁷ enquanto emblema do Estado, e a ausência da mesma funcionaria enquanto elemento caracterizador do local ocupado por aquele grupo na sociedade mais ampla.

No Loteamento Monte Verde, quando da presença de alguma pessoa ‘visitante’, era prática comum não deixá-la andando sozinha pelas ruas. Sendo estruturado em quadras, a movimentação e a localização no espaço eram simples, podendo ser facilmente explicadas a qualquer visitante. Mas, normalmente se acompanhava a pessoa até o espaço ao qual se destinava, dizendo: “*Te levo lá...*”. No campo, depois de algum tempo, parei de ser tratada como uma ‘visitante total’ e, segundo Elza, passei a ser “*uma visita que sabe se virar*”. Dentro desta perspectiva - de uma sempre visita (e com todas as limitações presentes) - a partir da terminologia nativa e do exercício etnográfico, procurei *levar lá...*

¹⁷ Em anexo (01) apresento dados sobre índices sobre cestas básicas no início e no final da pesquisa de campo. Contudo, não eram estes os gêneros alimentícios que eram repassados aos núcleos. No Programa eram distribuídos em menor quantidade e de acordo com as doações recebidas.

CAPÍTULO 1
AS COORDENADORAS

Mulheres, família e trajetórias

Fevereiro de 2005, Graziela me encontrou no ônibus, a caminho do Loteamento. Estava com Juliano, seu filho de um ano, no colo, sentada nos primeiros bancos. Era a segunda vez que eu me deslocava até o Loteamento Monte Verde. Da primeira vez fui para um reunião do Núcleo do Fome Zero, acompanhada de um conhecido que fazia trabalho voluntário no local. Conteí para Graziela que estávamos indo pra Capela para ver se encontrávamos alguma das coordenadoras do Núcleo. Ela me disse que elas não deveriam estar lá agora, porque houvera uma reunião pela manhã. Quando descemos, havia muitas pessoas esperando o ônibus – uma linha gratuita da cidade¹⁸ -, inclusive Elza, outra das coordenadoras do Núcleo. Desta vez vestia uma espécie de ‘roupa de domingo’: salto alto, uma calça jeans e uma mini blusa amarela. Comentei com Graziela que gostaria de passar na casa de Marina para conversar. Graziela chamou Lucia, sua cunhada, que passava perto da parada do ônibus e pediu que Lucia me mostrasse onde ficava a casa. Lucia me disse: “Te levo lá...” – logo depois de telefonar para “o homem” que tinha lhe prometido um emprego. O emprego tinha uma razão específica, conseguir dinheiro para realizar a festa de quinze anos da sua filha mais velha. Tanto Graziela, quanto Lucia se vestiam com bermudas, camisetas ou mini-blusas e optavam pelos cabelos longos presos em ‘rabos-de-cavalo’. As duas mulheres eram jovens, Graziela tinha 21 anos, enquanto Lucia estava nos primeiros anos dos trinta.

Enquanto seguíamos o caminho para casa de Marina, no Monte Verde III, Lucia contava sobre os pães que tinham feito para vender no Fórum Social Mundial – ocorrido há algumas semanas. As ruas do Loteamento eram o palco das brincadeiras de um bom número de crianças (aproveitando o recesso escolar). O dia ensolarado ajudava a explicar as roupas estendidas em cordas, varais e nas cercas – um colorido que se opunha ao cinza cor do concreto das casas - e que tanto falava sobre as atividades domésticas e femininas naquele espaço. Dobramos na rua do armazém do seu Gonçalves e chegamos em frente a uma casa, a maior parte em madeira pintada de bege. Marina não estava, tinha ido, de carona com o irmão que trabalhava em uma empresa de ônibus, visitar a família no interior do

¹⁸ As empresas de transporte coletivo de Porto Alegre mantinham algumas linhas circulares e gratuitas em regiões consideradas de extrema pobreza da cidade, chamadas “linhas alimentadoras”.

estado, onde deixaria as duas filhas mais velhas, uma com 14, a outra com 12 anos, morando com os sogros. Marina era a “coordenadora da coordenação” do Núcleo do Fome Zero Monte Verde, do qual Lucia e Graziela também participavam.

Não encontrando Marina naquele dia, caminhei por diversas partes do Loteamento e, buscando Lucia no final da tarde, para me despedir, desci a rua asfaltada do Monte Verde II – quase todas as ruas estavam asfaltadas, ou em obras – e conheci sua cunhada Elizângela, que também participava do Núcleo. Elizângela tinha ido à casa de Lucia para tomar banho, visto que, na sua casa, na área conhecida como “Invasão”, não havia infra-estrutura de água ou luz. Elizângela então chamou uma das filhas de Lucia, para que me “leva-se lá...” onde Lucia se encontrava. Por fim entramos em ruas estreitas e sem asfalto, ocupadas, segundo os órgãos públicos, por “moradores irregulares”. Os terrenos estavam sendo demarcados pelos próprios moradores, com arame farpado, à medida que as ruas eram abertas. Lucia estava sentada, com outros adultos e crianças, em baixo das árvores, tomando ‘sacolê’¹⁹. Estavam no pátio da casa do irmão dela, onde conversavam orgulhosamente sobre a compra da mesma, parcelada numa madeireira local. Com a porta aberta podíamos ver que a casa tinha um cômodo, ocupado por um colchão, um pequeno armário de cozinha e um fogão. Contaram-nos que custou, na madeireira, 1.500,00 reais. A casa de Elizângela, ao lado, custou 700,00²⁰ reais. Lucia então me acompanhou até a parada de ônibus. No caminho mostrou sua casa, havia um carro embaixo de um ‘puxadinho’, se destacava o adesivo da última campanha do PT nas eleições municipais. (Extrato do diário de campo 02, 18/02/2005).

Desde o início de minha pesquisa, em dezembro de 2004, constatei que ir ao Loteamento Monte Verde era uma atividade que sempre reservava surpresas. Embora encontrasse mesmices nas atividades rotineiras de minhas interlocutoras - principalmente nas atividades domésticas - estas pareciam estar longe de ditar os limites ou qualquer estabilidade de planos. Assim, costumavam também ser geridas as atividades do Núcleo Fome Zero do Loteamento Monte Verde, fazendo com que o próprio Programa Fome Zero acontecesse a partir da gestão deste cotidiano.

¹⁹ Doce feito de suco de fruta congelado em pequenos pacotes plásticos.

²⁰ Na época o salário mínimo era equivalente à 260,00 reais (Lei 10888, de 24/06 /2004).

Este capítulo trata da observação deste dia-a-dia no qual se inscreveu minha pesquisa de campo. Foram as características das vivências subalternas destas mulheres (Spivak, 1998)²¹ - enquanto mulheres, de grupo popular, do Loteamento Monte Verde da cidade de Porto Alegre - que se tornaram fundamentais para o entendimento do seu envolvimento, em determinado momento de suas trajetórias, com o Programa Fome Zero. Trata-se, portanto, de um capítulo etnográfico sobre um grupo de mulheres – que foram, em algum momento, coordenadoras do núcleo Fome Zero do Loteamento Monte Verde – e das relações que mantinham com outros moradores daquele espaço.

1.1 SOBRE MULHERES

Lucia, Graziela, Marina, Elza, Geneci, Diná, Irene, Elizângela e outras tantas mulheres do Loteamento Monte Verde, guardam algumas semelhanças entre si. Fazem parte deste cotidiano marcado pela presença das crianças, das roupas para lavar, das “*correrias*” - como elas mesmas definiam as atividades diversas do dia-a-dia.

À semelhança de Lucia, e também Graziela, que cito no extrato do diário de campo que abre este capítulo, todas as mulheres com as quais tive contato eram mães. A maternidade, naquele contexto de grupo popular, definia muitas das atividades cotidianas, desde o acordar cedo para mandar as crianças à escola, quanto esperar seu retorno na parada de ônibus. Fosse a presença das crianças, fossem elas o tema dos argumentos usados para o retorno ao mercado de trabalho (como aconteceu com Lucia que voltou a trabalhar fora do Loteamento para realizar a festa de quinze anos da filha), estes elementos apontavam para a maternidade (fosse biológica, fosse enquanto relação, quando apareciam como ‘mães’ no cuidado dos filhos de outras mulheres) como um traço identitário fundamental destas mulheres (Zaluar, 1985; Sarti, 1996)²². Tanto que, ser mãe – cuidar do bem dos filhos e da

²¹ Gayatri Spivak, em seu artigo “Can the subaltern speak?” (1998), acredita que as mulheres dos países colonizados não possuem espaço para sua fala e representação. Para a autora o papel de representação também deve ser ocupado pelos intelectuais em contato com estas vivências.

²² Como aponta Sarti, pesquisando a idéia de família no Jardim das Camélias na cidade de São Paulo no início da década de noventa: “A autoridade feminina vincula-se à valorização da mãe, num universo em que a maternidade faz da mulher, mulher, tornando-a reconhecida como tal, senão ela será uma potencialidade, algo que não se completou” (Sarti, 1996, p. 43). De maneira semelhante, para Claudia Fonseca, nos grupos populares “As mulheres dificilmente podem falar de uma carreira profissional ou ‘matrimonial’, mas sempre podem falar dos sacrifícios de ser mãe” (Fonseca, 1995, p. 87).

família – era a justificativa nas lutas, nas disputas de poder na relação conjugal e também na relação comunitária nos grupos populares (Fonseca, 1995; Caldeira, 1987).

Nem todos os filhos moravam, ou tinham morado intermitentemente, na casa de suas mães. A prática da “circulação de crianças” e adolescentes era comum naquele espaço. Marina, ancorada nos cuidados que achava necessário ter como mãe, naquele fevereiro de 2005, tinha levado as duas filhas mais velhas para morarem algum tempo com a avó delas, no interior do estado. Esta prática, nomeada por Fonseca (1995) como “circulação de crianças”²³, não era vista como reprovável e menos ainda condenava-se a mãe que a praticava: dar o filho para criar é considerado um “ato de amor da mãe”, que reconhecia a melhoria nos cuidados. Assim, justificou Marina: *“Lá a cidade é menor. As coisas são menos escancaradas, elas já estão virando mocinhas...”* (Marina, 38 anos, 04 filhos).

Em outros casos, os filhos e de maneira geral as crianças, estiveram presentes em diversos momentos da pesquisa de campo. Sua participação não era vedada nas atividades diárias, fossem elas domésticas ou atividades do próprio Núcleo Monte Verde. Assim se davam os aprendizados das crianças, na socialização do trabalho doméstico: nas pequenas tarefas destinadas aos meninos e meninas dentro de casa.

A presença dos netos era freqüente na casa dessas mulheres. Diná já tinha três netos quando a conheci. Também se tornaram avós, durante o período de pesquisa, Elza e Marina, ambas em torno dos quarenta anos. A filha de Marina, que em 2005 foi morar no interior do estado, na casa da avó, voltou para a casa da mãe, no início de 2007, trazendo o pequeno filho; enquanto a filha de Elza se casou e passou a residir com seu marido e a filha, nos fundos do terreno. Autoras destacam a maternidade como um traço característico da entrada na vida adulta nos grupos populares (Sarti, 1996; Almeida, 2002), algo que também se pode perceber no Loteamento. Contudo, tal passagem não se fazia dissociada das relações familiares, de família consangüínea e família extensa (Fonseca, 2004).

Mas, não apenas nas situações apontadas acima - da chegada dos novos membros da família²⁴ - que se contava com as redes familiares²⁵. A importância da rede familiar ficava

²³ Segundo Fonseca: “circulação de crianças, ou seja, o grande número de crianças que passa parte da infância e juventude em casas que não a de seus genitores” (Fonseca, 1995, p.14).

²⁴ Sarti sugere que a família, para os pobres, não possui apenas valor instrumental, “... mas se refere à sua identidade de ser social e constitui o parâmetro simbólico que estrutura sua explicação do mundo” (Sarti, 1996, p. 33).

²⁵ De fato, autores falando sobre família em grupos populares destacam que esta se configura, menos enquanto núcleo familiar, mas antes enquanto rede, como uma “trama de obrigações morais” (Sarti, 1996, p. 49); mas, onde, os laços de consangüinidade são muito fortes: “... a rede consangüínea que exige constante demonstração de solidariedade, muitas vezes em detrimento dos laços conjugais. O ‘sangue puxa’, laços de sangue – imediatos, imutáveis - têm precedência sobre relacionamentos contratuais, como o casamento” (Fonseca, 1995, p. 39).

explícita no fato de que muitas pessoas tinham se mudado para o Loteamento após remoção de parte da família para o local (ver capítulo 2). Tal pertencimento compunha uma rede de ajuda mútua, da qual dependiam, tanto no auxílio material em relação à alimentação e dinheiro para comprar bens (como gás), assim como na defesa em disputas violentas com outros moradores daquele espaço.

Diversas vezes ouvi narrativas das interlocutoras contando sobre as brigas e os feitos violentos que tinham travado com outras mulheres. Volta e meia apareciam com marcas que relacionavam a estas brigas. Normalmente tais disputas estavam associadas à defesa de sua posição de esposas, diante de outra mulher que colocava sua honra em jogo ou ameaçava sua relação conjugal (Fonseca, 2005, Bonetti, 2000). Nas brigas com estas características, segundo Elza as “*brigas de mulher*”, homens não eram bem-vindos. Eu soube da intervenção masculina em atos violentos entre mulheres em duas situações justificadas: a primeira teve a intervenção do marido de Lucia, numa disputa que envolveu dinheiro e a segunda contou com a presença dos homens da rede familiar de Marina, se tratava de uma vingança que utilizava arma de fogo.

1.1.1 Sobre homens e família

Durante os momentos em campo no Loteamento Monte Verde, tive contato com dois grupos diferentes de homens. Um deles era composto pelos companheiros/parceiros das mulheres pesquisadas. Estes eu conhecia quando freqüentava suas casas: sua presença era sinal de ausência de trabalho. O segundo grupo de homens com os quais tive contato era formado pelos que participavam dos trabalhos relacionados com o Núcleo do Programa Fome Zero do Loteamento e também estavam legitimados a auxiliar em ajudas cotidianas nas casas de minhas interlocutoras.

Na bibliografia sobre grupos populares é recorrente que a figura dos homens seja associada ao provimento do sustento da casa, revelando a figura do homem provedor - configurado como uma presença ambígua (Zaluar, 1985; Sarti, 1996, entre outros). Tal ambigüidade estaria relacionada com a instabilidade em corresponder com tal papel, devido às condições impostas da desigualdade social brasileira. O interessante na figura do provedor é

sua força, apesar de sua realização plena ser rara e um tanto dotada de idealismo (Fonseca, 1995; Brites, 2000)²⁶.

Outro traço recorrente desta bibliografia tratava de enfatizar a divisão de papéis entre homem e mulher, seguindo a divisão entre o espaço doméstico e o espaço da rua (Sarti, 1996). Contudo, a mesma bibliografia, adverte que estas posições não são completamente estáveis, mas variam de acordo com os momentos da vida das pessoas, em especial pelas condições de vida nestes momentos (condições econômicas, geracionais etc.). Brites sugere ainda que a idéia de complementaridade hierárquica extrapola a relação homem/mulher²⁷ (Brites, 2000).

Contudo, tais pesquisas têm o cuidado em nos precaver em relação a uma interpretação que tende a anular a posição feminina nestas relações, demonstrando que, embora haja reforço das hierarquias de gênero (Jardim, 1998)²⁸, as mulheres possuem espaço para “agência” (Ortner, 1996), não correspondendo apaticamente a uma dominação masculina (Fonseca, 2004; Brites, 2000). Neste sentido, por exemplo, o trabalho doméstico era negociável.

Conviver com estas mulheres demonstrava que a rotina doméstica estava longe de ser absoluta, muitas das atividades eram realizadas de acordo com os arranjos que elas mesmas faziam. Além disso, não lhes tomava todo o tempo. Marina e eu, descendo da Capela depois de uma reunião do Núcleo encontramos Sônia sentada na sombra, na esquina da rua. Marina perguntou o que ela fazia ali, nos respondeu: “*Não tenho mais nada pra fazer* (risadas). *O pior é que é verdade*” (Sônia). Em outra ocasião, Marina, Geneci e Diná disseram que a tarde iriam para a Capela, para organizar algumas coisas do Núcleo, porque “*Em casa não tem nada pra fazer mesmo*” (Diná). Sugiro que não se tratava de uma ausência de atividades domésticas, mas do seu sentido repetitivo, da sua mesmice, o que fazia com que fossem atividades que pudessem esperar (Caldeira, 1987).

Normalmente o espaço doméstico não era um espaço de participação masculina. Se o auxílio cotidiano na vida das interlocutoras da pesquisa partia de algum homem, que não fosse de um membro da família consanguínea, costumava vir de duas pessoas: do seu José, ou de

²⁶ Brites acrescenta: “o sustento que as mulheres costumam exigir de seus homens, para além da atitude pragmática, é a forma legítima encontrada por elas para garantirem outra dimensão fundamental da relação: o afeto e a fidelidade do marido” (Brites, 2000, p. 160).

²⁷ Claudia Fonseca aponta para uma hierarquia entre os moradores da Vila do Cachorro Sentado, em Porto Alegre. A autora percebe que os homens “fortes”, que “têm a possibilidade de impor sua vontade aos outros” ocupam posição privilegiada, enquanto os pacíficos, os homens velhos e os jovens estavam em posição inferior em tal hierarquia, assim como as mulheres. “Veremos, no entanto, que essa ordem política não se impõe de forma mecânica...” (Fonseca, 2004, p. 25; ainda em Brites, 2000).

²⁸ Os trabalhos de Jardim (1998) e Brites (2000) são etnografias realizadas durante a década de noventa, envolvendo grupos populares. Marta Jardim estava interessada na idéia de trabalho em uma ‘vila’ da cidade de Porto Alegre (RS), enquanto Jurema Brites analisou a relação entre patroas e empregadas domésticas em Vitória (ES).

Alfredo. Foram estes homens que vi, embora não sendo familiares, circularem pelas casas destas mulheres quando seus maridos não estavam, sem sofrer qualquer tipo de represália. Segundo elas, por dois motivos: seu José era considerado um “*homem velho, velho e sem família*”. Alfredo, por sua vez, era considerado um “*guri*” e também considerado uma pessoa sem família, visto que morava sozinho, assim como José, no espaço da “*Invasão*”. Ambos eram homens sem esposas e assim, para justificar esse tratamento, as mulheres em questão acrescentavam que eles eram homens que “*não tinham mulher, nem uma mãe*”.

Tais características também permitiam que Alfredo e José participassem nos trabalhos da horta do Núcleo Monte Verde, embora não participassem de sua coordenação. Eram os únicos homens que circulavam no espaço, além deles, apenas sazonalmente assessores externos, presentes no local realizando algum tipo de consultoria (agrônomos, voluntários), ou padres da Capela onde o Núcleo Monte Verde se reunia.

Os parceiros das coordenadoras, por sua vez, eu conhecia apenas em momentos em que não tivessem algum trabalho ou quando ficavam desempregados²⁹. Períodos de ausência de trabalho eram bastante comuns. Normalmente não tinham emprego com carteira assinada, realizavam pequenos ‘bicos’, nas áreas de elétrica, hidráulica e construção civil, sendo, um bom número de homens do Loteamento, catadores de resíduos sólidos em outras regiões da cidade.

Tais ocupações (construção civil, elétrica, hidráulica) também eram os trabalhos que costumavam desempenhar dentro do ambiente doméstico, principalmente nos períodos de desemprego. Assim, Adelmo dedicou-se à construção da casa de Josiane, filha de Elza sua esposa, nos meses seguintes ao momento em que foi “*mandado embora*”. Enquanto tal presença tinha uma vinculação direta com alguma obra ou construção em casa, os homens eram mais facilmente aceitos no ambiente doméstico, logo, contudo, passavam a ser um incômodo para as mulheres, que não gostavam das intromissões em um trabalho que ritmavam à sua vontade na ausência daqueles. Na casa de Irene, que nunca tinha se casado, estes auxílios partiam de seus irmãos e de outros membros da família consanguínea.

Embora se reconhecesse as vantagens de “*se ter um homem dentro de casa*” (Zaluar, 1985), principalmente, como sugere Elza, “*no respeito*” dos malandros do local em relação ao patrimônio material da família (a casa, as roupas “*na cerca*”), eles não estavam livres das freqüentes críticas das suas esposas: mais comuns diante de situação de desemprego ou ausência de trabalho dos mesmos. Às interlocutoras estes momentos refletiam bastante

²⁹ Estou entendendo a idéia de “*ter algum trabalho*” como estar realizando alguma atividade monetária, independente do tempo de vínculo e sem contratação formal. A idéia de estar “*desempregado*” remeto, assim como as interlocutoras da pesquisa remetiam, ao emprego formal com carteira assinada.

preocupação. Numa grande frequência de casos, significava a saída delas de casa, para o trabalho assalariado (Brites, 2000; Sarti, 1996).

Nestes períodos, com os proventos que obtinham de atividades diversas (das quais falarei abaixo), eram elas que costumavam comprar o ‘Diário Gaúcho’³⁰ para que fossem consultados os classificados em busca de emprego, ou muniam seus companheiros das passagens de ônibus necessárias à circulação na cidade. Marina, após meses de desemprego de Carlos, seu marido, me dizia: “*Aqui, na parte da frente do pátio eu vou fundar a Associação de Maridos Falidos e Desempregados. Eu vou ser a secretária, vamos fazer um cadastro...*” (Marina, 38 anos).

Tal frase de Marina, numa conversa após meses de desemprego do marido, apontava para uma forma de tratamento daquela situação. Ao mesmo tempo em que me contava, com certo humor³¹, a situação de desemprego do marido, indicava para a presença de outras pessoas na mesma situação no Loteamento, para a própria vida associativa e comunitária dela – a coordenação do Núcleo do Fome Zero – além de uma fonte de emprego para si. Normalmente quando Carlos estava desempregado, ela mesma trabalhava, mas, desta vez, também ela tinha sido demitida do local onde estava exercendo a função de balconista. Essa situação apontava ainda para os momentos nos quais as mulheres costumavam “*trabalhar fora*” – e para as fontes de recursos que elas traziam para casa.

1.1.2 Em casa ou fora dela: fontes de recursos

As fontes de recursos das mulheres podiam ser as mais diversas. Assim como a natureza destes recursos: por vezes correspondiam especificamente a dinheiro, por outras, se tratavam de bens como alimentos, roupas, pequenos móveis etc. Não ultrapassavam, contudo, a característica de serem atividades complementares ao trabalho masculino, ou que se davam nos momentos em que este não conseguia se efetivar – tendo, portanto, “caráter de ajuda” (Sarti, 1996; Jardim, 1998; Fonseca, 2004)³².

³⁰ Jornal de circulação popular na cidade. No seu lançamento custava apenas 0,25 centavos de real.

³¹ Claudia Fonseca aponta como o humor nos grupos populares é usado para questionar as barreiras demarcadas entre homens e mulheres (2004). Ver também Brites (2000).

³² Sarti aponta para o caráter secundário e de ajuda, que acompanha o trabalho feminino (Sarti, 1996). Refletindo, portanto, as hierarquias de gênero (Jardim, 1998). Claudia Fonseca sugere que, o trabalho feminino fere a honra masculina, pois o homem não cumpre sua função de provento (Fonseca, 2004).

As atividades monetárias poderiam ser divididas entre as que aconteciam no espaço do Loteamento e as que aconteciam fora dele. Sempre que eu caminhava pelo espaço do Monte Verde, eram muito comuns as pequenas placas confeccionadas de madeira, plástico e tecido, presas às cercas das casas. Nas placas anunciavam que se vendiam pães, bolos, sorvetes, panos de prato; que lá faziam atividades como costura, cuidado de crianças ou placas e faixas. Algumas pessoas abriam pequenos negócios na própria casa: os mais comuns eram os brechós de roupas e brinquedos usados, também freqüentados, majoritariamente, pelas mulheres residentes no Loteamento.

Na primeira vez que fui à casa de Marina, ela me mostrou orgulhosa a pequena saleta na entrada, onde estava a cadeira, o espelho e os instrumentos que formavam seu salão de cabeleireira – devidamente anunciado na cerca da casa com uma placa de madeira na qual se lia “*Corta-se cabelo*”. Além de Marina, outras mulheres vendiam produtos nas casas do Loteamento, Nilza já tinha vendido roupas, Irene costurava pequenos prendedores de cabelo, toalhas e tapetes e oferecia nas casas, Geneci vendia produtos de estética e vestuário. Neste sentido, Geneci me contava que não poderia mais fazer a festa de aniversário do primeiro ano de Rute, pois havia perdido uma das sacolas de roupas que estava vendendo (tendo assim o prejuízo quase correspondente ao valor da sua comissão). Pergunto como ela estava vendendo os produtos, ela me contou que ia de casa em casa, oferecendo-os, depois encomendava mais com um “*homem*” que comprava em São Paulo e lhe pagava a comissão. Curiosa, perguntei para Geneci porquê ela acreditava que as pessoas gostavam de comprar de pessoas que oferecessem nas casas. Explica-me que o centro é longe, e que as roupas que ela revende não podem ser encontradas no centro, “*só em São Paulo*”.

Os dados demonstram, através das conversas com mulheres que tinham pequenos “*briques*” de roupas usadas no Loteamento, que, da mesma forma com que Geneci vendia roupas trazidas “*de São Paulo*”, as outras vendedoras normalmente associavam suas mercadorias a cidades que não fossem a própria Porto Alegre. A procedência – e quanto mais longe, mais parecia agregar valor – determinava a importância da peça, apontando o vestuário como um dos itens de consumo nos quais ficava mais evidente o desejo de individualização e, desta forma, de desvio das estigmatizações da pobreza (Zaluar, 1985).

Por outro lado, algumas mulheres - como Lucia no trecho do diário de campo que abre este capítulo - procuravam emprego fora do Loteamento. Normalmente este trabalho tinha um tempo, ou um desejo: se trabalhava até conseguir comprar uma geladeira ou um móvel, até conseguir dinheiro para visitar a família no interior, até conseguir algo que as crianças estavam pedindo (como um vídeo-game), para fazer a festa de aniversário ou

casamento de algum filho ou para poder pedir algum empréstimo. O caráter sazonal deste trabalho, contudo, podia extrapolar a dimensão de tempo anteriormente prevista, especialmente quando pretendia suprir o período de desemprego do marido.

Apesar do retorno ao trabalho doméstico ser freqüente, paradoxalmente ele não excluía a insatisfação com a monótona rotina do mesmo, reforçada pela lembrança e apreciação dos períodos da vida nos quais se “*trabalhou fora*”. Nestes períodos ocuparam - e ainda ocupavam, quando necessário – funções relacionadas ao cuidado de casas e de crianças. Elza já tinha trabalhado em diferentes empresas privadas de limpeza, enquanto Geneci já tinha sido doméstica e babá. Irene, por sua vez, tinha sido doméstica e depois trabalhou com a limpeza de academias de ginástica, além disso, tinha trabalhado em shoppings passando as roupas das lojas.

Pude perceber que nestes momentos de “*trabalho fora de casa*” elas costumavam desempenhar funções estritamente ligadas ao próprio fazer doméstico. A diferença, segundo elas, entre realizar esta atividade (ou trabalho) “*dentro*” ou “*fora*” de casa, tinha a ver com a possibilidade de “*conhecer outras pessoas*” e “*aprender coisas novas*”³³ (Caldeira, 1987). Ainda que a rotina no próprio Loteamento não fosse restrita de diferentes formas de contato social, trabalhar fora daquele espaço era contato com um mundo que dificilmente penetrava o Monte Verde, pela distância que o separava de outros locais da cidade (não era um espaço de passagem entre bairros) e assim, pelo isolamento – não apenas espacial (Fonseca, 2004).

Com alguma facilidade vi minhas interlocutoras procurando e conseguindo emprego rapidamente, ou ainda, optando por não trabalhar quando o marido estava empregado e elas não julgavam necessário (ou seja, quando a família tinha outra fonte de recurso monetário, como quando participava de algum programa governamental). Outras vezes ainda apontaram para estes momentos como os que podiam “*escolher*” no que queriam trabalhar (aqueles nos quais estavam cadastradas em algum programa governamental ou recebessem auxílio financeiro de filhos mais velhos), e outros como aqueles em que “*se deve pegar o que aparece*” (na maioria dos casos em situações de desemprego dos outros membros da família ou doença).

Assim, as mulheres do Loteamento demonstravam leituras dos momentos de emprego/desemprego, relativas a uma rede familiar e a traços identitários nos quais a rotina doméstica e o cuidado dos filhos faziam mais sentido do que o pequeno aumento na renda

³³ Sugiro que, na participação no Programa Fome Zero também se dava uma inversão. As características como não saber ler e escrever, consideradas, fora do espaço do Loteamento, como deficiências que decresciam estas mulheres, no espaço do Núcleo não apareciam desta forma. Naquele espaço, elas podiam ensinar as outras pessoas, podiam ‘coordenar’.

(Jardim, 1998). Pensando a sazonalidade do emprego feminino no mercado de trabalho para as mulheres pesquisadas, podemos destacar, como a bibliografia apontada, a complementaridade entre o homem e a mulher. Mas também podemos apontar que é esta sazonalidade que permite, por um lado pelo desemprego do marido, que sejam feitas as obras de construção e melhoria das casas (tanto pela liberação do tempo como pelo dinheiro proveniente dos seguros-desemprego); e por outro, permite às mulheres tanto a possibilidade de “*conhecer coisas novas*” como, em outros momentos, a liberação de tempo para participar no Núcleo do Fome Zero (como apontarei abaixo).

Mas, além destas atividades monetárias, outra esfera de recursos que, via de regra, era composta majoritariamente das presenças femininas era o acesso a diferentes bens ou subsídios - como gêneros alimentícios, roupas, agasalhos e pequenos objetos para casa – que provinham de trocas entre conhecidos, do pertencimento religioso ou assistencial (Jardim, 1998). Aqui entrava o acesso, via mulheres, em relação aos programas e planos governamentais – que, como veremos a seguir, acontecia em diversos momentos da trajetória de algumas das interlocutoras.

Neste sentido, Diná contou sobre um período no qual esteve cadastrada em um programa governamental de transferência de renda, segundo ela por intermédio de um de seus cinco filhos:

Uma vez eu tava na Família Cidadã³⁴ porque o Guilherme, ele é que juntava plástico, por isso a gente tava no programa. Com o dinheiro do Família Cidadã eu comprei móveis, comprei essa cozinha, comprei roupas, fiz o casamento da minha filha. Tudo isso num ano só (Diná, 44 anos).

Neste mesmo sentido, do recebimento de renda a partir de um programa governamental, Geneci me disse sobre o recebimento da Bolsa Família³⁵:

Recebo oitenta reais. Dizem que é 15 reais pro gás, 15 pra ajudar na luz e 50 pra fazer um rancho. Mas eu pago 60 pra máquina de lavar, 17 pro cemitério, que eu divido com as minhas irmãs porque estamos pagando pra transferir meu pai do chão pra gaveta, lá na Santa Casa. E eu ainda tenho o dízimo disso pra Igreja, que é oito reais, ficam faltando cinco... (Geneci, 26 anos).

³⁴ Programa de transferência de renda. No momento de seu lançamento do estado do Rio Grande do Sul, o Programa repassava um valor mensal de 221 reais para cada família, tendo as mulheres como as titulares.

³⁵ Programa do governo federal, implementado durante o primeiro mandato do governo de Lula. Pertencente às políticas de transferência de renda. Seus critérios de seleção determinam que sejam famílias com renda de até sessenta reais por pessoa; ou até cento e vinte reais por pessoa desde que com crianças e adolescentes entre 0 e 15 anos. Seu recebimento está condicionado à presença das crianças na escola e o titular do cartão, normalmente, é a mãe da(s) criança(s).

As mulheres, constituindo as fontes de entrada dos programas governamentais nas famílias (Meyer, 2005; Klein, 2005)³⁶, faziam com que esta ‘renda’ ou os bens adquiridos entrassem como colaboração sua – assim como, justificativa para sua saída de casa – à economia doméstica na rede familiar. Neste sentido Geneci pagava a prestação da máquina de lavar – ligada diretamente às atividades cotidianas e femininas, e considerada eletrodoméstico de prestígio dentro de casa. Ainda se ocupava dos gastos de sua família de consangüíneos, além de contribuir, aí com auxílio do marido, no pagamento do dízimo da igreja neopentecostal que pertencia. Da mesma forma, Diná tinha empregado a renda que recebia do Programa Família Cidadã, em melhorias no espaço doméstico e também em relação aos filhos. Tal perspectiva também marcava a participação no Núcleo Fome Zero como “*trabalho*” (como veremos no terceiro capítulo), como uma contribuição feminina “*pra dentro de casa*” (Jardim, 1998).

Tais características, das vivências das mulheres do Loteamento Monte Verde, colocavam em evidência a figura de uma mulher valorizada, aquela *mulher valente* (Fonseca, 2004), destacando que “a mulher admirável é aquela que sabe se mexer – limpando casa, trabalhando fora ou brigando para arrancar o marido/provedor dos braços de uma amante” (Fonseca, 2004, p. 130).

1.2 TRAJETÓRIAS

Durante a pesquisa de campo, tive maior contato com Marina, Elza, Geneci, Diná e Irene. Enquanto compartilhava as atividades do Núcleo, me possibilitavam o convívio nas suas casas e conhecer as suas trajetórias. A partir do que diziam nas narrativas (Langdon,

³⁶ Abordo o recebimento da renda proveniente dos programas governamentais a partir do uso e da compreensão deste uso apontado pelas interlocutoras desta pesquisa. Em outro espaço, Dagmar Meyer e Carin Klein apontam para outro enfoque instigante dos programas de transferência de renda na área da educação e saúde que possuem as mulheres como “agentes prioritárias de sua implementação” (Klein, 2005, p. 31). As autoras remetem à constituição de um determinado tipo de maternidade que associa “mulher” ao status de “mãe”, reforçando as hierarquias de gênero que postulam seu espaço como o da casa (não oferecendo acesso ao mercado de trabalho) e o do cuidado dos filhos (ver Meyer, 2005; Klein, 2005).

1999)³⁷ que me contavam, tentava constituir um pouco daquelas mulheres com as quais convivia.

A partir de relatos sobre as trajetórias (Velho, 2001), gostaria de apresentá-las, não mais da maneira mais geral como tenho apontado até aqui, mas de uma maneira mais particularizada. Estes relatos não provêm de entrevistas ou técnica de coleta de histórias de vida, mas de diferentes momentos de convívio com as coordenadoras. Nestas conversas, as coordenadoras frequentemente confundiam e esqueciam datas e locais (Caldeira, 1987)³⁸. Meu desejo (frustrado) de linearidade e o desconforto causado por ele nas conversas, me despertou para os recortes/esquecimentos presentes nas suas narrativas. A partir destas conversas, trago algumas considerações sobre Elza, Marina, Diná, Geneci e Irene.

Elza

Elza era uma mulher magra, negra, de braços fortes, natural de Porto Alegre, mas residiu em diferentes cidades da região metropolitana. Narra o fato de ter sido “*criada pela patroa da mãe*” até os treze anos, quanto teria descoberto ser “*adotada*”, o que resultou na sua saída de casa. A partir de então, tinha morado nas ruas da cidade de Canoas e Porto Alegre: “*Aos quatorze anos eu comecei a trabalhar em uma boate, eu precisava comer, né... precisava me vestir. Nessa época eu nem sabia quem eu era, eu nem existia*” (Elza). Esta condição de “*não existência*” se alterou com seu primeiro filho e a coabitação com o pai do mesmo. Situação que não durou por muito tempo, fazendo com que se separassem e Elza perdesse o contato com o filho. Na época da pesquisa de campo, Elza era casada com Alberto, fazia oito anos, e tinha cinco filhos, alguns provenientes de outros relacionamentos. Em 2005, aos 38 anos, se tornou avó. Morava no Loteamento havia 05 anos e meio, via uma inscrição que fez no DEMHAB, ‘por acaso’: numa fila que ficou por que “*eu sou curiosa*” (Elza).

Durante a gravidez de seu último filho (em 2001), Elza descobriu que era portadora da AIDS. A partir deste momento algumas coisas (entre outras) mudaram na sua vida: por causa do tratamento da doença ela parou de trabalhar “*fora de casa*”, onde normalmente

³⁷ Estou entendendo narrativa a partir de Langdon (1999): “A narrativa como forma oral não tem uma forma fixa e ou memorizada; ela é empregada em contextos diferentes para comunicar diferentes pontos de vista. Fragmentos de narrativas maiores e versões diferentes de narrativas são invocados no discurso cotidiano para esse fim. Ao mesmo a narrativa estrutura a realidade, no sentido em que permite várias interpretações ou argumentações, e também porque cria uma estrutura comum na interpretação dos eventos” (Langdon, 1999, p. 249).

³⁸ Teresa Caldeira, nas entrevistas com mulheres no Jardim das Camélias (SP), percebeu que elas não construíam uma história linear, mas cíclica. Para a autora, isto acontecia por causa da própria rotina doméstica, traduzida num cotidiano repetitivo. Abordagem da qual discordo (Caldeira, 1984).

estava empregada em empresas que prestavam serviços de limpeza. Passou a ter gratuidade no uso do transporte urbano - o Loteamento está a “*dois ônibus*” distante do centro da cidade e a circulação dos moradores sempre depende de ter/ou não, dinheiro para o “*passo*”.

Possuindo esta gratuidade, Elza se tornou extremamente importante para o Núcleo do Fome Zero do Loteamento, pois poderia – quando as mulheres não tivessem mais dinheiro para os passes de ônibus - ser a representante nas reuniões da Coordenação Executiva dos Núcleos na Prefeitura. Elza sentia bastante o uso da medicação e por vezes a interrompia, principalmente em períodos nos quais afirmava estar mais triste e por isso precisava – e freqüentava - “*os pagodes*” no bairro do qual provinha e nestes ingeria bebida alcoólica.

Também por causa da gratuidade no uso do transporte público, o fato de não poder mais “*trabalhar fora*” – ligados a sua condição de *portadora* da AIDS, Elza foi descobrindo diferentes grupos – tanto da esfera governamental, quanto de fora dela – que prestavam auxílio material e imaterial para portadores de HIV/AIDS. Assim, constituiu uma espécie de “*itinerário semanal*” de visitas a locais onde recebia roupas e alimentos que poderiam auxiliar “*dentro de casa*”. Faziam parte deste itinerário, igrejas (de diversas denominações religiosas), instituições e mesmo a própria sede da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) do governo municipal. Nestes locais, Elza passava por rituais religiosos, freqüentava grupos de mulheres, ouvia palestras e buscava recursos para casa.

Acredito que estes traços somados ao fato de “*ser curiosa*” como ela mesma apontava, poder circular com freqüência pela cidade e, principalmente como resposta a isso, o fato de conhecer bastante bem a rede de assistência (governamental e não-governamental) eram fatores que lhe forneciam um caráter distintivo. Mesmo sem saber ler ou escrever, Elza aparecia enquanto alguém que sempre sabia de contatos fora dos limites do Loteamento, pois estabelecia uma relação constante (semanal) com estes outros espaços políticos, religiosos de assistência.

Marina

Marina tinha 38 anos, era branca, mãe de 04 filhos. No ano de 2007 todos residiam com ela, inclusive o neto, que acabara de nascer. Marina veio a Porto Alegre, já casada, para ajudar uma irmã que estava doente e a chamou para que trabalhasse em seu salão de cabeleireira. Foi aí que aprendeu o ofício e fez alguns cursos na área, embora sua escolaridade fosse apenas de quarta série do ensino fundamental. Mantinha, à época da pesquisa, como apontei em outro momento neste capítulo, um pequeno salão de cabeleireira na entrada da

casa. Mas, nos momentos em que seu marido estava desempregado – que foram longos períodos durante 2006 e 2007, Marina “*trabalhava fora*”, inicialmente trabalhou em uma lanchonete. Largou o emprego como garçõete para ser diarista, pois apresentava a vantagem de estar em casa à noite. Em seguida soube de uma vaga de balconista, no período da tarde e aceitou, porque a maioria dos trabalhos do Núcleo Fome Zero acontecia pela manhã.

Quando chegou a Porto Alegre, depois de morar algum tempo próximo à casa da irmã, soubera de um terreno para comprar na região do Porto Seco. Marina chegou ao Loteamento Monte Verde, com sua família, removida de uma das “*vilas*” do Porto Seco. É narrando sobre esta remoção que ela apontava que “*nós fizemos um abaixo-assinado. A gente foi na Câmara (de Vereadores) e tudo. Tu vê, desde lá eu já era metida nessas coisas. Mas não tinha o que fazer, então a prefeitura mandou os caminhões para recolher as nossas coisas...*” (Marina).

Quando Marina dizia “*... desde lá eu já era metida nessas coisas*”, se referindo a ida até à Câmara dos Vereadores, estava apontando à esfera da política institucional³⁹. Estabelecendo uma ponte com “*essas coisas*” que fazia naquele momento, ou seja, a coordenação o Núcleo do Fome Zero. Portanto, identificava o início de seu envolvimento com a um espaço da política institucional nas manifestações que envolveram a remoção do seu local anterior de moradia. Marina foi escolhida como coordenação geral do Núcleo do Fome Zero no final de 2004, em uma reunião da coordenação. Era um ‘nome forte’ porque respaldado na Paróquia local, visto que tinha envolvimento com alguns trabalhos da Igreja Católica. Marina, durante todo o ano de 2005 e também em 2006, além da coordenação geral do Núcleo, também era coordenadora da horta.

Geneci

Geneci tinha vinte e seis anos, estava casada com André há cinco anos. Tinha três filhos, Danielly, com sete anos, Taylor com cinco anos e, durante a pesquisa, teve uma filha, Rute (esta com nome bíblico, por se tratar da época em que estava na Igreja). Veio

³⁹ Aqui utilizo “política cotidiana” e “política institucional” de acordo com o uso realizado por Medeiros (2006) em uma etnografia realizada na periferia de São Paulo. Para a autora, a política cotidiana estaria relacionada com o dia-a-dia das pessoas no local onde moram e à militância nestes locais. A política institucional, por sua vez, remeteria ao contato com a prefeitura, os partidos políticos, o emprego assalariado no governo. Contudo, antes de expressar uma dicotomia ou ruptura entre ambas, Medeiros demonstra como os acontecimentos em cada uma delas intensificavam ou abalavam a política na outra esfera. Além disso, lembro que a distinção entre uma vivência privada e uma pública da política é uma preocupação clássica pensada pelos estudos feministas e de gênero (ver Scott, 1990, Grossi, 1988, Pinto, 2003).

para o Loteamento em 2002, removida de outra “vila” de um grande bairro da cidade. Na mesma remoção vieram várias pessoas da sua família extensa, principalmente da família de seu marido. Contudo, sua mãe continuava morando no bairro do qual procedera com as irmãs, e esta era a ausência que mais sentia.

Desde que havia se casado com André tinha parado de “trabalhar fora”, onde era doméstica e babá, e tinha, por causa do trabalho, morado em outras cidades. A este período ela se referia como “*Quando eu era do mundo*” – remetendo ao fato de ter se convertido a Igreja Assembléia de Deus, Ministério da Renovação. Referia-se negativamente ao período anterior, desqualificando algumas coisas com as quais vivia, como as roupas com decote e o uso de maquiagem (em contraposição usava saias longas e camisetas, nenhuma maquiagem. Vaidade apenas na compra do seu xampu e creme de cabelo). No período da pesquisa freqüentava a Igreja e por isso, formalizou perante a mesma, sua união com André, pai biológico de Taylor e Rute. Participava da Igreja pelo menos três vezes por semana, junto com o marido e os filhos. Esta participação intensa foi rompida com a chegada de um novo Pastor no local, com o qual não simpatizava.

Geneci foi a primeira das minhas interlocutoras que entrou no Núcleo Monte Verde. Não gostava dos trabalhos domésticos, mas sempre estava disposta às “*correrias*” do mesmo, colocando, algumas vezes, o carro que possuía (e o marido motorista) à disposição dos trabalhos. Dizia que o trabalho no Núcleo era seu “*trabalho voluntário*”, visto que o marido não queria que ela trabalhasse “*fora de casa*”. O desejo de Geneci, para o futuro, era poder abrir uma loja de roupas na parte da frente da casa, mas enquanto não tinha dinheiro para tal feito, vendia algumas peças nas casas dos conhecidos.

Diná

Diná também era proveniente do interior do estado, mas morava em Porto Alegre havia mais de 20 anos, era branca, baixa, possuía um longo cabelo castanho. Como as outras interlocutoras, morou em diferentes “vilas” da cidade. Em 2007 estava com 44 anos, casada com seu marido João fazia 20 anos. Possuía sete filhos (ênfatizava que até os 25 anos já tinha 05 deles), a mais nova era Letícia, que conheci com cinco anos e o mais velho dos filhos estava com 26. Tinha quatro netos, que moravam em Porto Alegre, mas em outros bairros da cidade.

Conta sua chegada ao Loteamento, acontecida em 2002, narrando sobre as melhoras na casa, a construção das novas peças e a limpeza do pátio. Dizia-me que

considerava a limpeza da casa e sua arrumação como fundamentais, assim como valorizava extremamente a limpeza das roupas de sua família. Sua casa encontrava, na parte dos fundos, com pátio de Geneci. As duas se tornaram muito amigas e Diná ingressou no trabalho do Núcleo por causa do convite da vizinha. Geneci dizia que era como se Diná “*fosse a minha mãe*”, era com Diná que os filhos de Geneci ficavam quando alguma atividade do Núcleo exigia a saída do Loteamento. Isto acontecia porque a única filha de Diná que ainda precisava de cuidados era Letícia, os outros filhos estavam crescidos e “*trabalhavam fora*” ou já tinham constituído suas famílias.

Durante meu contato com a família de Diná, seus filhos estavam trabalhando como empacotadores de supermercado e como diaristas em limpezas domésticas. Isto possibilitava que Diná não mais trabalhasse, indicava as filhas quando era “*chamada para alguma faxina*”. Visto que possuía uma rede conhecida de “*ex-patroas*”. Assim tinha tempo para o Núcleo e para os cuidados médicos de Letícia, que possuía uma deficiência física na perna. A família de Diná já tinha passado por momentos de grande dificuldade financeira, quando participaram de programas governamentais de transferência de renda.

Diná mudou-se do Loteamento no final do ano de 2005, para outra “*vila*” em um bairro populoso da cidade. Mas continuava sendo considerada, pelas outras coordenadoras, uma delas e continuou freqüentando as reuniões na prefeitura enquanto representante do Núcleo Monte Verde. Geneci sentiu bastante a ausência da amiga, indo visitá-la algumas vezes.

Irene

Irene tinha trinta anos. Possuía uma filha de 12 anos. Não tinha “*marido*” e por ter sua família extensa vivendo em cidades diferentes da sua, apresentava maiores dificuldades no seu cotidiano. Irene tinha nascido no interior do estado, em uma comunidade rural. Teve nove irmãos, foi “*criada pela irmã mais velha*”, porque a mãe faleceu logo após seu nascimento e o pai alguns anos depois. Já na sua infância tinha circulado por serviços estatais de abrigagem infantil. Na adolescência morou em diversas cidades, inicialmente porque trabalhava em casas de família, mas em outros momentos foi procurar auxílio na casa de algum irmão ou tentava buscar contato com a família materna do pai de sua filha (com quem manteve pouco contato, pois quando se conheceram já era um homem casado).

Todas estas mudanças de cidade envolveram serviços de abrigagem do Estado: em Florianópolis, quando teve que sair da casa da irmã que tinha a hospedado, morou em uma

casa de passagem do governo municipal. Retornando para Porto Alegre morou algum tempo “*na rua*” onde, juntamente com a filha, “*catava lixo*” para sobreviver. Em seguida, passou a manter contato com as redes de assistência da cidade e conseguiu residir, por dois anos em um abrigo da prefeitura. Nos anos de 2001 e 2002 enquanto residiu no abrigo, ingressou no Programa Família Cidadã. Terminou o primeiro grau e fez alguns cursos, como de manicure e de camareira.

Quando chegou ao Loteamento Monte Verde, no início de 2003, Irene recebia como renda financeira apenas os setenta reais enviados pelo pai de sua filha. Ingressou em outro programa do governo e em seguida começou a participar do Núcleo do Fome Zero e dos trabalhos da horta. As dificuldades financeiras sempre foram grandes, durante o tempo em que tivemos contato normalmente ela cozinhava num fogo improvisado no pátio e não possuía geladeira – situações mais raras na casa das outras interlocutoras. Estava afastada do mercado de trabalho por causa de um problema de saúde e encontrava problemas burocráticos com o cadastro que pretendia fazer no Bolsa Família. Em 2006, voltou a estudar, agora no ensino médio, ao mesmo tempo em que confeccionava artesanato (o material conseguia em espaços de doações da Igreja Católica e em doações em um programa de rádio da cidade) para vender e para decorar a própria casa, além de escrever poesias.⁴⁰

Nestes momentos de conversa com as coordenadoras, sobre suas trajetórias, se tornava aparente um movimento extremamente diversificado de locais de moradia e mesmo de cidades nas quais residiram. Suas narrativas de mudanças destacavam a chegada ao Loteamento Monte Verde, fato que possibilitou que elas se conhecessem (como apontaremos no capítulo seguinte). De maneira geral tinham, portanto, trajetos freqüentes de mudança, visto que “Há sempre a promessa de que adiante, com maior *conhecimento* (ampliação do círculo de relações de amizade, afinidade, aliança, por exemplo), novas trocas possam ser estabelecidas” (Borges, 2003, p. 69). Segundo Borges (2003) o conhecimento possibilitaria a reciprocidade, e estes buscariam um afastamento do que seria a verdadeira situação da pobreza, aquela dos que não conseguiam constituir redes com as quais se poderia contar. Num local no qual existia uma dependência quase que diária, aconteciam cotidianamente “*ajudas*” das mais diversas (Fonseca, 2004).

⁴⁰

Escreveu, inclusive, sobre a horta do Núcleo do Fome Zero. A poesia está em anexo.

As mudanças – as circulações, os deslocamentos e as viagens – além disso, também contribuíam para formar um saber, agregar outro tipo de conhecimento àquelas pessoas: o domínio dos códigos de circulação naqueles diferentes espaços e nas situações que passavam a partir destas mudanças. Neste sentido, quando relacionamos estas trajetórias às suas participações no Núcleo Monte Verde, se tornava evidente que o aprendizado e conhecimento tinha se dado em espaços diversos (e não associados aos partidos políticos ou a sindicatos), como as igrejas, a rede de serviços de assistência social, também as reuniões do OP (Velho, 2001). Outras características da vivência de cada uma delas, estas não tão óbvias, eram fundamentais na participação no Núcleo, como poder colocar o próprio carro à disposição ou ter passe-livre no transporte urbano. Assim, “Cada vez mais, na sociedade moderno-contemporânea, a construção do indivíduo e de sua subjetividade se dá através de pertencimento e participação em múltiplos mundos sociais e níveis de realidade” (Velho, 2001, p. 20).

Com exceção de Diná, que se mudou do Loteamento durante a pesquisa, as outras mulheres apresentadas acima, pareciam estar dando um ‘descanso’ para as idas e vindas, investindo nas suas casas no Loteamento. Em momentos de maior dificuldade financeira, pensavam na venda das mesmas, mas, recuavam, reconhecendo a dificuldade do pagamento de um aluguel. A “*vida de aluguel*” costumeiramente era uma das grandes dificuldades associadas ao período anterior à chegada ao Loteamento. Era parte de um conjunto de vivências narradas com a presença de sofrimentos: Elza contava sobre o abandono da mãe e sobre um filho com o qual perdeu contato há muitos anos. Irene lembrava dos períodos de maior dificuldade financeira, da atividade de catadora que desempenhou com sua filha e sobre a vivência no abrigo. Geneci contava como as dificuldades eram maiores, “*quando ainda era do mundo*”.

Mais do que reafirmar o sofrimento em si, tais narrativas apontavam para sua superação, para a constatação de que “*hoje tudo está bem melhor*”, que “*o pior já ficou pra trás*”. Contando sobre os problemas da família da irmã, Irene me dizia: “*Quando tu perdes a esperança, aí tu não tens nada*” (Irene). Nesse sentido, ao conversar sobre as dificuldades financeiras no início do seu casamento, Diná afirmava: “*Tu podes estar na merda, mas ninguém precisa saber da tua situação*” (Diná). Encarnavam, em diversos momentos - como sempre repetia Marina - o tão falado (e cantado) “*rir pra não chorar*” e assim seguiam a vida. Ainda que o horizonte da melhora das condições da mesma não estivesse tão aparente assim.

Nas narrativas, contudo, apareciam momentos não comentados. Estes momentos dos “não-ditos” revelavam narrativas que não podiam ser contadas, pois não haveria condições

compartilhadas para que estes silêncios tivessem sentido, ou seja, não se teria como “... construir uma narrativa que daria sentido a uma situação sem sentido” (Langdon, 1993, 157). Gayatri Spivak (1998), ao enunciar sobre a posição das mulheres em países marcados pelo colonialismo, aponta para um espaço discursivo ainda não construído para as narrativas das mulheres subalternas (Spivak, 1998). Estes ‘não-ditos’, portanto, somados aos sofrimentos comentados (mas que tinham sua atualidade negada) falavam do lugar que aquelas sujeitas ocupavam: um lugar de mulheres e mulheres pobres. Etnografias brasileiras se dedicam a pensar a vida das mulheres nos bairros pobres, enfatizando a grande presença das mesmas nas organizações e políticas de bairro, ao mesmo tempo em que denunciam as análises que se baseiam em ambientes institucionalizados da política e corpos biologizados, onde a presença das mulheres é inferior (Caldeira, 1987, Bonetti, 2000, 2001⁴¹; Medeiros, 2006). Neste sentido, gostaria de fazer uma última consideração neste capítulo.

1.3 GÊNERO, CLASSE E “PARTICIPAÇÃO”⁴² NO NÚCLEO MONTE VERDE

Autoras como Barbieri e Oliveira (1986), Caldeira (1987), Macedo (1979), Durham (1984) - bibliografia que desponta na década de setenta do século XX, no período da ditadura militar e início da redemocratização política no Brasil - buscavam dar conta da participação de mulheres nas políticas de bairro e associações. Tal bibliografia destacava que a participação política das mulheres estava vinculada diretamente ao seu status de mãe e ao cotidiano doméstico, participação que não era associada na época, pelas mulheres pesquisadas, à política (Caldeira, 1987). Esta produção se perguntava sobre os avanços – ou os conservadorismos – colocados nestas formas de participação e pensava sobre as influências destas mudanças no ‘doméstico’ diante daquelas que seriam ‘novas’ formas de participação política.

Desde quando iniciei minha pesquisa de campo junto ao Núcleo Monte Verde percebi que - apesar da distância de mais de duas décadas entre estes estudos e minha pesquisa – que conhecia mulheres muito similares às estudadas no período da ditadura

⁴¹ Alinne Bonetti realizou uma etnografia na cidade de Porto Alegre, com um grupo de mulheres que fez um curso de capacitação em direitos humanos, oferecido pela ONG Feminista Themis. Após o curso, estas mulheres passavam a ser Promotoras Legais Populares (PLP’s) e acionavam este status enquanto uma possibilidade de ascensão no cenário político de Porto Alegre (Bonetti, 2000).

⁴² Utilizo esta palavra embora as coordenadoras não a usassem para definir sua presença no Núcleo. Elas costumavam usar “*trabalhar*” (ver capítulo 3)

militar: mulheres com rotinas basicamente domésticas, voltadas ao cuidado da casa e dos filhos, seu trabalho “*fora de casa*” era marcado pelo caráter de ajuda e continuava sazonal⁴³. Temerosa da perspectiva de fornecer rótulos como ‘conservador’ ou ‘não-político’ para aquelas vivências, desloquei minha preocupação para os significados de uma ‘participação’ no Programa Fome Zero que nascia comprometida com estas características de gênero (Grossi, 1992) e de classe (Fonseca, 2004). Assim, buscava deslocar da idéia de que uma participação somente seria vista como legítima após a supressão destas características. Desta maneira, pude perceber que era nos arranjos do próprio dia-a-dia destas mulheres de grupos populares de Porto Alegre, que a participação e envolvimento no Núcleo do Fome Zero tomava cor. Eram, sugiro como hipótese, estas condições, tidas como não-políticas, tendo como eixo central a importância do parentesco, que possibilitavam viver ‘política’ por parte das mulheres no Loteamento Monte Verde.

Ou seja, acredito que as atividades relativas à esfera do Programa Fome Zero não aconteciam separadas dos referenciais sociais e de gênero que organizavam a vida de suas coordenadoras, mas também a partir deles e por causa dos mesmos. O que as coordenadoras afirmavam e mostravam era que estavam fazendo uma forma ‘feminina’ de política, forma que envolvia obrigatoriamente práticas e representações de gênero associadas ao feminino nos grupos populares (Fonseca, 2004; Bonetti: 2000; Medeiros, 2006)⁴⁴. Demonstrando assim que trabalho não remunerado, vida doméstica e militância eram três elementos que se articulavam na relação complementar entre o marido e a esposa, e na articulação família e Estado, através dos “benefícios” recebidos por situações de doença e pobreza, que traziam como garantia a liberação de tempo necessária para a realização das atividades do Fome Zero⁴⁵. Portanto, a política era a própria vida, nos fazendo remeter a um dos questionamentos centrais do feminismo dos anos 70/80 que tinha como palavra de ordem: “o cotidiano é o político” (Pinto, 2003; Grossi, 1988).

⁴³ Como apontei anteriormente, em semelhança a grande parte de alguma bibliografia sobre grupos populares no Brasil, como por exemplo: Fonseca (2004); Zaluar (1985); Sarti (1996), Jardim (1998).

⁴⁴ Medeiros (2006) e Bonetti (2000) perceberam que a política que acontecia nos locais onde faziam suas pesquisas (lembro: periferia de São Paulo e Porto Alegre, respectivamente) era marcada pela presença das mulheres. Paradoxalmente à participação masculina no âmbito da política institucional.

⁴⁵ Meyer (2005), ao estudar programas governamentais na área de educação e saúde aponta para o atual momento político brasileiro como uma “politização do feminino e da maternidade”. Estes programas passando a ser também processos de gestão de uma forma de viver como mulheres-mães e assim normatizando o cotidiano das mulheres, em especial das mulheres pobres.

Este capítulo procurou, articulando os dados etnográficos com uma bibliografia da antropologia brasileira sobre grupos populares, trazer apontamentos, bastante parciais e com certeza incompletos, sobre aspectos da vida das mulheres coordenadoras do Núcleo Fome Zero Monte Verde. Seria desnecessário dizer que não dão conta das vivências das mesmas. Nem da riqueza dos ajustes e estratégias que coexistem com as regularidades percebidas. Mas procurei ressaltar que tais regularidades - como o status de mãe, a figura do homem provedor, entre outras perspectivas recorrentes na bibliografia - são ideais extremamente poderosos, que embora não vividos de maneira absoluta ou estável, possibilitam uma leitura da realidade social e um ordenamento da vida cotidiana. Buscou-se mostrar características das relações destas mulheres, embora tais relações estivessem associadas com uma hierarquia para além delas (Fonseca, 2004). Assim, sugiro que existia uma correspondência entre as mulheres e a mobilização de redes de ajuda, onde esta “estende-se à esfera do poder público, alcançando, através de instituições burocráticas, aquilo que estas consideram direitos sociais” (Jardim, 1998, p. 77). A partir desta perspectiva pretendo, nos próximos capítulos, tratar do envolvimento destas mulheres com a coordenação do Núcleo Monte Verde.

Capítulo 2

O “PARAÍSO”

Estado, segregação, a constituição do Loteamento e do Núcleo Monte Verde

Cheguei cedo ao Loteamento, parei no armazém na esquina da rua de Marina, quase em frente à casa de Elza. Chovia sem parar. A mulher que atendia no balcão (Dona Esmeralda) começou a me contar como na noite anterior as ruas “tinham enchido de tanta chuva”. Apesar disso, completou a frase dizendo que “hoje isso é o paraíso” - as ruas não enchem mais tanto por causa do asfalto. Perguntei se ali onde estávamos era Monte Verde II. Dona Esmeralda me informou que do outro lado da rua era Monte Verde II, mas do lado que estávamos começava o Monte Verde III.

Dona Esmeralda: “Aqui veio o pessoal da remoção do Porto Seco”.

Eu: “Há quanto tempo vocês estão aqui?”

Dona Esmeralda, após um momento de silêncio respondeu: “Ah não sei, a nossa casa foi a primeira daqui do III, faz uns quatro anos, é, no final do ano já vai fazer cinco. A gente saiu do Porto Seco, eles já tinham o projeto pronto. Eles da prefeitura tinham o projeto pronto pra fazer aquele negócio do samba, o, o sambódromo. É bem no lugar onde a gente morava”.

O marido de Dona Esmeralda, seu Gonçalves, que estava no interior do armazém e acompanhava nossa conversa de longe, se encostou à porta de entrada, onde havia uma pequena área coberta e entrou na conversa: “Era um dia como hoje, todos os dias eram assim, era inverno, chovia sem parar. A gente tinha uma casinha pré-moldada, então eles se admiraram quando foram carregar, porque a gente chegou aqui e já tinha a casa pronta no mesmo dia. Teve gente preguiçosa que ficou meses em baixo da lona. Não fizeram mais rápido porque não queriam, eram preguiçosos, como a gente conseguiu arrumar tudo em só um dia?”.

Dona Esmeralda: “E tinha a água. Ali tinha as caixas da água (e aponta para as primeiras casas da rua em frente). Mas logo nos puxamos água aqui pra casa, porque teve gente que ficava buscando água sempre. Com uns baldes. Ainda tinha aqueles banheiros comunitários, bem ali. Nós logo fizemos um banheirinho, porque não dava pra usar aqueles”. E após uma pausa, continuou: “Isso aqui era um horror, agora está uma maravilha. Se chovesse assim não tinha como andar. Não tinha nada, isso foi feito agora, era pra ter terminado ontem, mas eles acabaram bem antes. Não tinha como dormir aqui, era tudo a céu aberto, o

esgoto, isso dava tanto mosquito, tanto mosquito. Agora não tem mais quase nada”.

Lembrei-me da placa na entrada da rua, que anunciava as obras de “Qualificação do Loteamento”, realizadas pela prefeitura municipal – eram estas as obras que Dona Esmeralda comentava.

Seu Gonçalves continuava me contando exemplos de como o Loteamento tinha melhorado: “Pra tu ter uma idéia de como era isso aqui, só aqui nesse terreno do lado moravam quatro famílias inteiras, era tudo uns barraquinhos colados nos outros. E só nessa parte daqui, onde a gente tem os dois balcões, tinha três famílias morando, imagina só”.

O casal tinha um terreno maior do que o dos outros moradores, porque trocaram, com o vizinho, aquele espaço por um terreno que tinham em outra área da cidade. Ainda me contaram que, quando eles foram removidos, as casas do Monte Verde II ainda estavam sendo construídas.

Conto que conheci a “Invasão”, Dona Esmeralda me diz que começou há muito pouco tempo, mas que já está bem grande: “Vai demorar ainda um, dois anos, mas a prefeitura vai tirar eles dali. Vão ser removidos.” Seu Gonçalves estava preocupado em para onde iriam, porque, segundo ele, não teriam mais lugares em Porto Alegre pra onde se poderia fazer uma remoção: “Talvez lá na Lomba do Pinheiro e aqui (aponta pra frente) ainda tem um espacinho, e só...”. Dona Esmeralda completa: “É assim que cresce Porto Alegre: são removidos, aí já formam outra vila. Eles vêm do interior e acabam ficando por aqui” (Extrato do diário de campo 06, 01/04/2005).

Essa conversa com Dona Esmeralda e seu Gonçalves introduz este capítulo sobre a constituição do Loteamento Monte Verde⁴⁶. Não tive muito contato com este casal, apenas breves conversas nas vezes em que comprava algo no armazém. Neste dia, por causa da chuva, conversamos um pouco mais. Introduziram-me nas histórias sobre a lama, os mosquitos e o abandono que precederam o “paráiso” atual. Falaram de um movimento que era comum a muitos dos migrantes do interior do estado do Rio Grande do Sul. E indicaram para outra etapa deste movimento, àquela das constantes remoções, visto que, tudo levava a crer no fato de que também os moradores da “Invasão” em breve deveriam ser removidos. Mas, nas suas falas este movimento teria um fim: falavam de uma cidade

46

Em anexo mapa do Loteamento e da localização do Bairro Mário Quintana, onde este se encontra.

limitada e cheia, que não tinha mais espaços para moradias. Uma cidade que não era gerida pela vontade dos seus habitantes, mas por vontades políticas.

O Loteamento tem uma historicidade que diferencia seus moradores e também os aproxima. A segunda parte deste capítulo trata sobre um destes movimentos que aproximam pessoas, a constituição do Núcleo Monte Verde do Programa Fome Zero de Porto Alegre. Procuo desenhar o seu percurso desde sua fundação até o momento em que inicio meu trabalho de campo em dezembro de 2004. Lembro que este capítulo eu constituo a partir das falas dos moradores do Loteamento sobre sua chegada e a formação do Núcleo, por se tratar de um período no qual não estive no local.

2.1 O LOTEAMENTO MONTE VERDE

A vinda dos moradores do Loteamento era recente, em especial quando relacionada às coordenadoras do Núcleo, podíamos ver que tinha se dado nos últimos cinco ou seis anos. Foi a partir da moradia no Loteamento que aquelas que já não pertencessem as mesmas redes familiares, passaram a se conhecer. Portanto, essas mulheres se encontram a partir de uma ação estatal, da construção de habitações populares. Talvez por isso, ao narrar sua chegada ao Loteamento Monte Verde, se destaca intensamente a questão da moradia. A temática da habitação e da moradia é considerada importante nos estudos brasileiros sobre antropologia urbana (Caldeira, 1984; Zaluar, 1985; Fonseca, 2004). Em especial porque, permite “entender como, de uma maneira geral, o meio social urbano “problematiza” uma classe social (...) essa abordagem pode dar conta, com mais nitidez, da formação de status que está em jogo nas trocas sociais e econômicas...”⁴⁷ (Agier, 1990, p. 46). Tais estudos demonstram como a questão da disposição e segregação urbana configura traços de uma hierarquia social e de um processo de dominação (Zaluar, 1985).

O Loteamento Monte Verde passou a ser construído pelo Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) no ano de 1996, na região nordeste da cidade de Porto Alegre, divisa com a cidade de Alvorada. Contudo a ocupação desta região remonta ao final do século XIX, quando parte do espaço foi loteado por um proprietário particular (Amorim, 2005). Embora fosse uma área pouco povoada até 1970, na década seguinte a região passa ter este

⁴⁷ Ao estudar o operariado baiano, Michel Agier, sugere que o bairro é uma dimensão importante do estudo de sua identidade, juntamente com a família e o status social (Agier, 1990).

cenário consideravelmente alterado. Isto porque passa a ser loteada em diferentes projetos de habitação popular iniciados pelo poder público. Os espaços continuavam sendo ocupados pelos moradores da região, mas, principalmente passavam a comportar pessoas em sua maioria removidas de “vilas” da região central da cidade⁴⁸.

No Loteamento Monte Verde houve três diferentes momentos de construção de casas ou distribuição dos lotes, constituindo as partes físicas do Loteamento: o Monte Verde I, II e III. Amorin (2005) afirma, partindo dos dados fornecidos pela prefeitura municipal, que nestas três etapas foram disponibilizadas 708 unidades habitacionais (Monte Verde I e II) e 524 lotes (Monte Verde III). O Loteamento ficando assim constituído com cerca de 1500 famílias, aproximadamente 8000 pessoas (Amorin, 2005).

Da mesma forma como em outras áreas da cidade de Porto Alegre, o mecanismo de concessão das casas utilizado foi a ‘Concessão do Direito Real de Uso’ (CDRU) ou a do ‘Direito de Uso’ (CDU)⁴⁹. Este mecanismo mantinha o terreno em nome do poder público, tornando o ocupante o real proprietário mediante o pagamento mensal de taxas que variavam de acordo com a renda familiar. No ano de 2007, seu custo, no Loteamento, era em média a quantia de 16 reais. As pessoas que tinham recebido apenas o lote de terra não pagavam esta taxa, segundo Marina “*porque os lotes eram menores que os prometidos*”. Na casa de Elza, tal documento era guardado dentro de uma caixa de papelão, junto com outros documentos, correspondências, fotografias, extratos bancários (em especial dos empréstimos recorrentes que fazia) e as receitas médicas. Mariza Peirano (2006) trata dos documentos e papéis enquanto constitutivos de um reconhecimento social do indivíduo. Neste sentido, na caixa de Elza era guardado o que precisava de cuidado – e que falavam sobre sua vida, suas relações e compromissos, entre eles o pagamento de sua casa.

2.1.1 A chegada ao Loteamento

Foram diferentes os processos de aproximação, ligados a habitação popular, das interlocutoras de pesquisa com o espaço do Loteamento Monte Verde. Nestes processos, se destacava uma perspectiva comum. Diretamente relacionada às condições de moradia

⁴⁸ Dados do site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, disponíveis em 25/05/2007. No período da década de oitenta, cerca de 90% das áreas destinadas a habitação popular em Porto Alegre eram áreas públicas (Cidade, 2005, p. 06).

⁴⁹ Sobre esta forma de concessão ver Cidade, 2005.

encontradas, apareciam as situações de sofrimento nas quais se deram as remoções e/ou a chegada ao Loteamento. O fato dos moradores terem compartilhado, em menor ou maior grau, estas dificuldades, permitia que fossem narrativas que sensibilizassem os ouvintes, visto que se identificavam com as mesmas (Langdon, 1993).

Marina e eu estávamos sentadas na área da frente de sua casa – um lugar com vista privilegiada para Monte Verde III. Ela me contava sobre sua chegada em Porto Alegre: “*Aí botei na cabeça que ia ficar mesmo*” - diz ela que sempre toma “*as decisões meio sem pensar*”. Soube, por intermédio da irmã, sobre alguns terrenos que estavam sendo vendidos lá na região do Porto Seco, cada um custava o valor de 150 reais. Então, segundo ela, avisou sua família no interior do estado e também seus irmãos vieram em busca dos terrenos. Contudo, depois de construírem suas casas no Porto Seco, foram removidos:

As empresas que estavam por perto não queriam mais a gente lá. E fizeram um abaixo-assinado. A gente foi na Câmara e tudo, tu vê, desde lá eu já era metida nessas coisas (de política). Mas não tinha o que fazer. Então a prefeitura mandou os caminhões pra recolherem as nossas coisas, madeira e tudo e jogaram tudo aqui, na frente do nosso terreno. Era inverno, chovia, estragou um monte de coisa, não tinha nem onde dormir. Deram um metro de lona preta e disseram “se vira”. Queria que tu visses, não tinha nada aqui, tava tudo pelado (...) Agora isso aqui é o paraíso... queria que visse... Era tudo banheiro e tanque coletivo no começo. Tinha fila na hora do almoço, tinha fila até de madrugada. Então eu disse pro pai: vamos construir logo um banheiro, e fizemos lá na casa dele. Aqui não tem rede de luz ainda, por enquanto é tudo clandestino, mas parece que vai sair agora. (Marina).

As condições da chegada de Marina são comum a muitos moradores, que narram as agruras dos primeiros dias em Monte Verde. Faziam parte de processos migratórios dentro do espaço da própria cidade. Processos geridos, em parte, pela vontade e desejo dos próprios moradores dentro das possibilidades encontradas, e por outro lado, pela gestão do Estado (Zaluar, 1985; Caldeira, 1984). A remoção, principalmente para os moradores do Monte Verde III, tinha estas características, visto que ganharam apenas um lote de terra - um terreno de cinco metros por cinco, no qual tinham sido deixados com seus pertences.

Mas a chegada ao Loteamento ainda aconteceu de outras maneiras. Elza narra a conquista de sua casa no Monte Verde II:

Um dia eu tava passando lá pelo Beira-Rio, sabe lá? Ai tinha uma fila imensa, pra ir no DEMHAB, e eu sou curiosa, você sabe. Parei e perguntei o que era, entrei na fila e me inscrevi. Isso foi em 91 eu fui chamada em março de 2002, eu nem me lembrava mais. Essa casa aqui estava invadida, tinha uma família morando. Hoje

eles estão em São Leopoldo⁵⁰, eu ainda ajudei a mulher na hora de sair (...) A família que estava ocupando aqui a casa, nunca tinha pagado a luz, então ainda tô pagando uma conta que nem é minha. São quarenta reais e sessenta centavos por mês. Agora eles arrumaram tudo, porque eles terminaram o asfalto (Elza).

Irene ainda acessou a possibilidade de sua casa em uma lista que entrou via a participação nas reuniões do Orçamento Participativo. Antonádia Borges (2003) percebe como diversas modalidades de relacionamento com o Estado se dão por meio de listas⁵¹. Neste sentido, tal linguagem de relação era posta para Irene que, naquele período, já tinha sua moradia associada ao Estado: residia em um abrigo do governo municipal. Neste período freqüentou, junto com os outros moradores do local, as reuniões do OP, onde acessou a possibilidade de conseguir uma habitação popular, que resultou na sua casa no Loteamento Monte Verde.

Da mesma forma que Elza, quando Irene chegou à ‘sua’ casa, ela já estava ocupada por outros moradores. Estes foram removidos pelo poder público para que ela pudesse ingressar na casa. Mas, se no caso de Elza, a herança que lhe tinha restado da estadia dos primeiros ocupantes eram as contas não pagas, no caso de Irene, era o medo, resultado das pedradas que os antigos moradores irromperam contra a casa. Tal medo fazia com que ela tomasse algumas medidas quando se ausentava, cuidando, por exemplo, para que o pátio sempre tivesse sinais de ocupação, a fim de que ninguém pensasse que sua casa estava abandonada.

2.1.2 Equipamentos públicos

A partir do início de sua constituição, o Loteamento recebeu equipamentos públicos. Foi instalado no local um Posto Regional da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) e uma Unidade Básica de Saúde. No primeiro semestre de 2004 passou a fazer parte do programa municipal intitulado “Qualificação dos Loteamentos do Departamento Municipal de Habitação”, dentro do qual foram realizadas as obras relativas ao esgoto pluvial e a pavimentação de 37 ruas daquele espaço (quase a totalidade das ruas). No local ainda era fornecida uma linha gratuita de ônibus, que fazia um trajeto circular e possibilitava que se

⁵⁰ Cidade da região metropolitana de Porto Alegre.

⁵¹ A autora afirma que “Quem se relaciona com o Estado por via de modalidades de assistência tem seu nome estampado em listas. Há listas de todo o tipo, como, por exemplo, a ‘lista do pão e do leite’, em que estão registrados os nomes das famílias que recebem esse benefício...” (Borges, 2003, p. 63).

chegasse ao bairro vizinho – de onde partiam as linhas para o centro da cidade. Além disso, o Loteamento foi sede inicial de alguns programas governamentais, como, por exemplo, o primeiro grupo do Programa Agente Jovem de Porto Alegre⁵². Tais investimentos, somados à freqüente circulação de políticos petistas e seus assessores no local, davam ao Loteamento Monte Verde a aparência de “vitrine” do Partido dos Trabalhadores na cidade (Amorim, 2005).

Além destes equipamentos, o Loteamento continha pequenos armazéns, igrejas neopentecostais e associações de moradores. Contava com creches infantis (mantidas por entidades filantrópicas) e uma escola municipal que atendia o Ensino Fundamental. Não havia serviços bancários ou de farmácia, que costumavam ser realizados no bairro vizinho. Possuía ainda uma estrutura significativa da Igreja Católica: O CESMAR – Centro Social Marista, uma escola particular, com cotas públicas, onde eram oferecidas oficinas para as crianças e adolescentes, além de cursos profissionalizantes para jovens e adultos. Havia ainda a presença da Congregação das Irmãs Escolares e uma Capela - onde se localizam os trabalhos do Núcleo Fome Zero Monte Verde.

Durante o ano de 2006 e 2007 a prefeitura municipal se fez presente no local através da construção de uma creche gerida pela Associação de Moradores do Monte Verde I, assim como por novas obras em relação à habitação popular. Neste sentido, em 25 de agosto de 2006, o Prefeito Municipal José Fogaça assinou o contrato de construção de 107 casas no Loteamento Monte Verde, especificamente no Monte Verde III, para os moradores que tivessem casas que não fossem de alvenaria⁵³. Estas casas, por sua vez, eram de três cômodos: dois quartos, uma cozinha e sala conjugadas e um banheiro. Para efetuar a construção das novas casas, as anteriores deveriam ser derrubadas pelos seus moradores, que também deveriam deixar o terreno limpo e para o início da construção. A relação com o Estado tinha como característica a constante condição de obra inacabada e, portanto, a contínua necessidade das ações do Estado (Borges, 2003).

Algumas das mulheres, interlocutoras da pesquisa, receberiam casas novas. Assim aconteceu com Nilza e Marina. Como os outros moradores, elas fizeram o desmonte e conservaram uma “peça” (um cômodo) da antiga casa nos fundos do pátio, transferindo para aquele espaço os membros da sua família e os móveis “*mais necessários*” para o dia-a-dia, como fogão, geladeira e colchões. Nos planos futuros, estas “peças”, permaneceriam apesar

⁵² O Programa Agente Jovem foi criado durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso no governo federal. Em Porto Alegre existia desde o ano de 2000. Atendia jovens de 15 a 17 anos, que recebiam uma bolsa de 65,00 reais (valor em 2007) e em contrapartida desenvolviam um projeto social em suas comunidades (segundo site da prefeitura municipal, dados disponíveis em 25/10/2007).

⁵³ Dados do site da prefeitura municipal, disponíveis em 25/10/2007.

da casa nova, porque seria preciso mais do que dois quartos pequenos para dar conta de abrigar os membros da família. A partir do momento do início da construção das casas, era preciso “*ficar em cima*” acompanhando o trabalho dos pedreiros e também acompanhando a qualidade do material de construção enviado pela prefeitura, que, segundo me indicaram, era comprado nas madeiras do próprio Loteamento.

Embora as narrativas do “*tempo de chegada*” tenham sido marcadas pelo sofrimento e abandono sentidos naquele momento, diversos moradores afirmavam que a situação estava mais próspera do que nos primeiros tempos no Loteamento. Remetiam isto a melhora nas condições de infra-estrutura local, principalmente à pavimentação, mas também aos esforços das pessoas que melhoravam suas casas, ao aumento das redes de sociabilidade local e, principalmente a uma diminuição da violência⁵⁴. Visto que as narrativas da “*chegada*” tinham como elemento básico os tiroteios e as expulsões das casas recém liberadas.

Embora narrassem o momento atual do Loteamento como o “*paraíso*”, havia aspectos negativos relacionados ao mesmo, sempre re-lembrados. Os dois temas mais apontados nas reclamações relativas ao espaço eram, em primeiro lugar, a separação de membros da família extensa que não foram removidos para o local e, em segundo lugar, a dificuldade de locomoção ao mesmo (ausência de horários noturnos de ônibus, existência de apenas uma linha e o fato de táxis não circularem naquele espaço). Este último tema também estava ligado à família, pois o argumento utilizado era o de que não tinham como oferecer cuidados aos filhos que necessitassem de atendimento médico nos períodos em que não tinha ônibus⁵⁵. Estes dois motivos remetiam a questões centrais da vivência das mulheres daquele grupo popular, a importância do parentesco e a questão de classe (Fonseca, 2004).

Em 2007, na construção das novas casas no Monte Verde III, as condições da vivência nas “*peças*”, os freqüentes atrasos na vinda do material de construção⁵⁶, a ausência do envio das portas e janelas das casas - associadas ao tempo de inverno e as chuvas que assolavam o Loteamento - remetiam às memórias daquele primeiro período no Loteamento. E, inevitavelmente, ao poder público associado às condições de moradia. Gilberto Velho (2001) aponta, não apenas para a presença do Estado, mas para a relação do mesmo com a população local:

⁵⁴ Nas falas dos moradores do Loteamento, os anos nos quais chegaram aquele espaço, havia muita violência envolvendo armas de fogo, tiroteios pelas ruas e situações nas quais tiveram que se esconder ou mesmo sair de casa por causa de ameaças dos “*bandidos*”.

⁵⁵ Teresa Caldeira mostra como a expansão dos bairros populares na cidade de São Paulo tinha relação determinante com o traçado do transporte público naquela área urbana (Caldeira, 2004).

⁵⁶ Estes atrasos faziam com que o tempo inicial de construção da casa, de 3 a 4 meses, chegasse a demorar o dobro até a conclusão da obra.

O Estado e o poder público em seus diversos níveis articulam boa parte dessas redes de distribuição e alocação de recursos materiais e simbólicos, interagindo permanentemente com a chamada *sociedade civil*. Os indivíduos em geral, mais ou menos organizados, categorias, grupos comunitários e movimentos sociais participam desse complexo processo de demandas, reivindicações, pressões e contrapressões (Velho, 2001, p. 25-26).

Enquanto as obras realizadas no local eram com mérito remetidas ao poder público e seus investimentos, ele ocupava uma posição ambígua nas falas dos moradores do Loteamento. Por um lado por causa do movimento de remoção, por outro, porque os equipamentos públicos ainda eram considerados insuficientes.

2.1.3 Distinções: diferenças e segregação

Michel Agier, no texto “Espaço urbano, família e status social” (1990), sugere que a apresentação do espaço, seja dada a partir da classificação que os moradores apresentavam. Seguindo esta proposta, de pensar o espaço deste ponto de vista, no Loteamento Monte Verde, os moradores enfatizavam três etapas de construção das casas e lotes pela prefeitura municipal. As casas da primeira etapa de construção, Monte Verde I, no momento desta pesquisa de campo, pouco guardavam características do modelo no qual foram construídas. Em muito já tinham sido alteradas, principalmente recebendo novos cômodos, áreas e por vezes, um segundo andar. A parte conhecida como Monte Verde II, construída e ocupada posteriormente, ainda conservava muitas das casas no formato na qual foram entregues pelo DEMHAB. Estas eram formadas de um cômodo e um pequeno banheiro, entregues sem reboco e sem forro (casas de 2,70m. por 5,40m.). Já a parte relativa ao Monte Verde III fora, inicialmente, distribuída apenas em lotes, o que fazia com que prevalecesse maior diversidade entre as casas.

Apesar destas descrições generalizadas, sobrepunha sobre isto um cenário de alguma heterogeneidade, que figurava nas casas e também nas histórias dos moradores do Loteamento. Entre os que receberam apenas os lotes, as distinções entre os novos vizinhos já apareceram nos primeiros tempos: as diferenças se deram entre os que colocaram as casas mais rapidamente em pé, os que mais rapidamente construíram seus banheiros e conseguiram instalações precárias de água e luz (como apontou seu Gonçalves no extrato de diário de

campo que abre o capítulo). Alguns autores têm afirmado que as distinções estabelecidas com base numa segregação urbana interna aos bairros pobres se tratam de uma forma de negação da homogeneidade do local, de uma distinção que se estabelece entre os que são vistos, pelas pessoas externas ao espaço, como iguais (Sarti, 1996; Caldeira, 1984).

Tal segregação espacial se tornava evidente na distinção estabelecida com dois locais que ficavam nos arredores do Loteamento: o Repouso e a “*Invasão*”. A “*Invasão*”, também conhecida como Monte Verde IV, começava na rua “*de baixo*” da parte relativa ao Monte Verde II e III, adentrava uma ‘área verde’ e estendia-se até a lateral do arroio presente no local, que fazia a divisa com a cidade vizinha. Sendo um espaço de ocupação irregular, não existia o fornecimento de qualquer infra-estrutura pública, não tendo rede de água, nem luz, nem rede sanitária. As delimitações e fronteiras dos terrenos eram marcadas pelos próprios moradores, com arame farpado, à medida que abriam as ‘novas ruas’ e construíam suas casas. Ao mesmo tempo, alguns moradores da “*Invasão*” estavam colocando suas casas à venda, muitos com o intuito de adquirir nova casa na parte regularizada do Loteamento. Embora boa parte das pessoas que eu conheci tivesse conhecidos e mesmo familiares morando na “*Invasão*”, o espaço era visto com maior negatividade pelas pessoas que residiam no Monte Verde I, II e III.

O Repouso, por sua vez, era uma pequena localidade que se encontrava à esquerda do Monte Verde II. Ficava em uma “área verde”, sem qualquer equipamento ou infra-estrutura pública, era marcado pela presença de lixo e a sujeira, que resultavam da coleta de resíduos sólidos - atividade majoritária dos moradores do local. Ainda era, no discurso dos moradores do Loteamento, o local onde residiam os “*bandidos*” envolvidos em tráfico de drogas e nos atos violentos no local.

Na proposta de Borges (2003)⁵⁷, podemos sugerir que esta segregação e diferenciação hierárquica em relação a estes grupos, em termos espaciais, remetiam ao fato destes figurarem as condições de vida do passado dos outros moradores – àquela da ocupação irregular, das condições difíceis que ela carrega, da presença do lixo e dos “*bandidos*”, e do medo das remoções.

⁵⁷ “Quem está em uma invasão, com seu barraco de lona e papelão, amedronta quem está no barraco de madeirite, o qual, por sua vez, assusta quem vive em uma casa com laje. Esse receio, como pudemos perceber, tem raízes concretas (...) Na verdade, aquelas pessoas sintetizavam dois fantasmas que perseguem os moradores da cidade: a falta de um lugar onde morar e a falta de ter o que fazer...” (Borges, 2003, p. 45).

2.1.4 A estética e as casas

Enquanto construía-se as casas novas no Monte Verde III, outras casas eram construídas na parte dos fundos dos terrenos da região do Monte Verde II. Nestes espaços os terrenos eram delimitados com cercas feitas de madeira que já tinha sido utilizada anteriormente em alguma construção. Antes do que limitar a circulação das pessoas, as cercas limitavam a entrada e saída dos cachorros da família e dos cachorros que eram da rua. Também transformavam o pátio em um espaço propriamente doméstico, onde se cozinhava, onde ficavam guardados os móveis que não estavam sendo utilizados e onde se lavava roupa (Jardim, 1998)⁵⁸.

A construção das casas na “*Invasão*” continuava intensa durante todo o período da pesquisa de campo, apesar do receio de remoção. Geneci, por sua vez, seguia fazendo melhorias na casa: “*Agora até corredor tem*” – me dizia orgulhosa, sinalizando para o aumento de cômodos em contraposição ao único cômodo existente anteriormente. A construção estava sendo feita com o salário do marido que era motorista (fazia entrega de gêneros alimentícios em mercados). Elza, no primeiro semestre de 2007, também aumentou a quantidade de peças da casa – fez mais uma peça, do tamanho da original, que transformou em dois quartos através da utilização de um guarda roupa e de algumas estantes como divisória. Este novo cômodo, que estava sendo feito pelo próprio Adelmo, seu marido, e tinha sido possível porque o mesmo fora demitido e assim, retirou seu fundo de garantia (FGTS).

Um dos marcos das melhorias nas casas era conseguir fazer o reboco liso das paredes e, principalmente lajotar a cozinha e o banheiro (Heye, 1980; Medeiros, 2006)⁵⁹. As lajotas novas compunham o ambiente junto com os móveis re-utilizados: que foram ganhos dos vizinhos e familiares, comprados destes ou mesmo “*catados*” de algum lugar no qual foram abandonados. A re-utilização dos móveis eram muito comum e se mostrava, orgulhosamente a criatividade, a arrumação, a nova pintura.

⁵⁸ Marta Jardim aponta o pátio das casas como território geográfico, mas também simbólico, por excelência pertencente às vivências da família extensa (Jardim, 1998, p. 27).

⁵⁹ Em etnografia realizada em uma favela carioca no final dos anos setenta, Ana Margarete Heye aponta a importância que havia, para os moradores, nas lajotas colocadas nos banheiros das casas: “O resultado, o banheiro reformado, pode ser mostrado, não só porque a superfície vitrificada, impermeável do material constitui uma barreira ótica à ‘sujeira’, mas também porque ‘ficou bonito’, porque é o resultado concreto de um esforço de ordenação...” (Heye, 1980, p. 123). Medeiros aponta para o valor monetário que as lajotas agregavam a um apartamento na periferia de Guaianazes - SP, sendo uma marca de maior poder econômico dos proprietários (Medeiros, 2006).

Do lado de fora das casas os animais eram comuns freqüentadores das ruas, onde estavam em grande número os cachorros e os cavalos, estes utilizados na atividade de coleta de resíduos na cidade. Alguns homens costumavam estar conversando e trabalhando nas obras de construção e reforma das casas e nas oficinas improvisadas nas ruas e nos pátios, onde se podia consertar os carros velhos que costumavam compor o cenário do Loteamento. Toda caminhada pelo Loteamento revelava uma disputa entre as semelhanças nas casas - o cinzas do concreto das mesmas - e a heterogeneidade trazida pelas freqüentes obras que podiam ser percebidas nos tijolos e a madeira acumulada pelos pátios.

2.2 O LOTEAMENTO E O BAIRRO MÁRIO QUINTANA

O Loteamento se encontrava em uma região da cidade que, até então, eu desconhecia, visto que não era uma região de passagem para nenhum outro bairro, nem de cruzamento de linhas de transporte urbano, somente se chegava ao local por uma linha circular e gratuita de ônibus. Por estes motivos, e por se tratar de uma área majoritariamente residencial, a circulação no Loteamento normalmente era dos próprios moradores e de alguns políticos, em especial em épocas de eleição.

A vivência que eu compartilhei no Loteamento, das vezes em que lá estive, havia sido marcada por uma rotina aparentemente ‘tranqüila’, pelas conversas nas cercas das casas e pelas crianças pelas ruas. Os únicos casos de assalto, envolvendo arma de fogo, tinham acontecido na casa paroquial da Capela da Igreja Católica. Contudo, os jornais e alguns programas de rádio de Porto Alegre costumavam noticiar, com alguma freqüência, atos e mortes violentas em Monte Verde, em especial envolvendo armas e tendo como vítimas jovens do sexo masculino, em consonância com as estatísticas brasileiras relativas ao público atingido por este tipo de morte no Brasil. Tais acontecimentos, segundo a mídia externa ao Loteamento, estavam conectados ao fato de que se tratava de uma região que concentrava atividade de tráfico de drogas.

Para as mulheres do local, em especial para as interlocutoras da pesquisa, este era um assunto considerado tabu (especialmente, sugiro, porque remetia a um passado sobre o qual não falavam). O silêncio sobre ele, em certa medida, mantinha o afastamento em relação aquele universo. Apenas nos últimos meses da pesquisa de campo - quando, segundo elas, aumentaram os números de homicídio e de tiroteios pelas ruas - é que o tema apareceu nas

suas falas. Ainda assim, de maneira sucinta e em tons baixos de voz. A complacência não era a dos que concordam com a situação dada, nem dos que se sentem protegidos pelos “*bandidos*”, mas daqueles que postulavam suas atitudes prezando sobre seu próprio dia-a-dia e o de suas famílias (Zaluar, 1985).

Além de ser um espaço constituído como ‘perigoso’ na cidade, outros índices estatísticos configuravam a área na qual o Loteamento Monte Verde se localizava enquanto um espaço de “exclusão”⁶⁰. Em Porto Alegre, a cidade está distribuída em 16 regiões, de acordo com o Orçamento Participativo. O Loteamento Monte Verde está localizado na região nordeste do Orçamento Participativo (ROP 06). Tal região corresponde a apenas um bairro da cidade, o Bairro Mário Quintana, que possui 28.518 habitantes, representando 2,10% da população do município⁶¹. O Bairro é marcado pela presença dos loteamentos populares formados a partir do governo municipal. Neste sentido, o percentual de 19% correspondente à área ainda pertence ao Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB). Além dos loteamentos ‘oficiais’, o bairro ainda conta com 25 assentamentos em situação de ‘irregularidade fundiária’⁶².

Segundo dados do “Mapa da Inclusão e Exclusão de Porto Alegre”, a ROP 06 é parte das regiões que comportam os mais altos índices de vulnerabilidade social⁶³ e também a quase inexistência de desigualdade de renda (Porto Alegre, 2004, p. 46), sendo que a renda mensal dos responsáveis por domicílio (ano de 2000) era de cerca de 2,6 salários mínimos. Além disso, na Região, 8,4% dos chefes de família são analfabetos e 74,4% destes não concluíram o ensino fundamental (Porto Alegre, 2004, p. 44).

Outros dados ainda apresentados pelo Mapa (Porto Alegre, 2004), indicam que, em relação à longevidade, constata-se que o coeficiente de mortalidade infantil da ROP Nordeste é de 22,3 por mil – sendo apontando como o índice mais elevado das regiões do OP, e é complementado com aquele que indica que o seu índice de envelhecimento é o menor da cidade, que seja, de 13 idosos para 100 crianças e adolescentes. Para formar ainda o quadro dos índices ‘negativos’ associados ao espaço, coadunando com o que era apontado por meus conhecidos externos àquele espaço, a violência era outro problema que afetava a região do

⁶⁰ O termo “exclusão” é utilizado nos documentos pesquisados da Prefeitura (Porto Alegre, 2004). Utilizo o termo entre aspas concordando com Fonseca (2006) de que “desliza-se sutilmente entre a idéia de que a *exclusão* não deveria existir e a de que o *excluído* - e, por extensão, o pobre – não deveria existir” (Fonseca, 2006, p. 17-18).

⁶¹ Segundo site da Prefeitura Municipal (www.portoalegre.rs.gov.br), disponível em 08 de agosto de 2007.

⁶² Dados do Mapa da Inclusão e Exclusão de Porto Alegre. Porto Alegre, 2004, p. 40-41.

⁶³ Para construir o indicador “vulnerabilidade social” no Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre (2004) foram cruzadas as dimensões: renda, educação, longevidade, vulnerabilidade infanto-juvenil, habitação e desenvolvimento infantil (Porto Alegre, 2004, p. 10-11).

bairro Mário Quintana, atingindo especialmente os jovens do sexo masculino entre os 15 e 24 anos. A taxa de homicídios das ROP Nordeste estava acima da média da cidade de Porto Alegre, nela a probabilidade da morte violenta é de 4,6 por 10 mil habitantes (Porto Alegre, 2004, p. 43).

Embora todos estes índices, o Bairro não era um local homogêneo. A diversidade dos diferentes loteamentos – a grande maioria deles criados a partir de iniciativas governamentais – era evidente. O Loteamento Monte Verde, por exemplo, embora, por um olhar exterior, facilmente possa ser caracterizado como um espaço marcado pela ausência do Estado, era um lugar construído por ele próprio, e conjugava, em determinados momentos, intensas iniciativas de partidos políticos. Assim se constituiu, em 2003, o Núcleo Monte Verde do Programa Fome Zero de Porto Alegre.

2.3 PROGRAMA FOME ZERO EM PORTO ALEGRE⁶⁴

O Programa Fome Zero de Porto Alegre foi lançado em 08 de abril de 2003, na Câmara de Vereadores, tendo como aponta o Relatório do Programa (2006), “... uma organização que é única no país: tem por base os núcleos”. Neste sentido, os coordenadores dos núcleos costumavam apontar que em Porto Alegre o Programa era “*sui generis*”, por estruturar-se em núcleos, fato que não acontecia em outras cidades do país. Em Porto Alegre o Fome Zero da cidade era coordenado por um Comitê Gestor:

O Comitê Gestor, constituído por representantes do governo e sociedade civil organizada, orienta a realização e a organização de campanhas de doação de alimentos e a construção da cidadania das famílias que fazem parte dos núcleos do Programa Fome Zero, buscando ênfase na geração de trabalho e renda, orientação na área de saúde e educação e desenvolvimento do trabalho comunitário orientado em hortas e cozinhas⁶⁵.

O Comitê Gestor tem seus assentos definidos da seguinte forma: 06 representantes da sociedade civil (representantes dos núcleos, escolhidos mediante eleição) e 03 membros

⁶⁴ Na cidade de Porto Alegre podemos destacar algumas iniciativas relativas à segurança alimentar e nutricional, provenientes de diferentes esferas dos governos e também da sociedade civil: os núcleos do Programa Fome Zero (sociedade civil e Estado), o Banco de Alimentos, o Restaurante Popular, as Hortas Comunitárias, o Comitê Porto Alegre Contra a Fome (da Ação da Cidadania), e programas como o SESC Mesa Brasil e o SESI Cozinha Brasil.

⁶⁵ Segundo site da prefeitura municipal (www.portoalegre.rs.gov.br), disponível em 22 de janeiro de 2008.

indicados pela prefeitura municipal⁶⁶. O Programa se estruturava de acordo com as seguintes instâncias, assim definidas:

Plenária: Reúne todas as pessoas e instituições interessadas em desenvolver o Programa Fome Zero Porto Alegre.

Coordenação Executiva: Grupo de 08 pessoas representantes da sociedade civil, que têm papel de coordenação e articulação das ações dos núcleos.

Comitês Regionais: Tem a função de estimular e organizar o Programa nas diversas regiões da cidade, considerando a divisão por CAR (Centro Administrativo Regional) ou por Região do Orçamento Participativo. Articulam o trabalho dos núcleos locais e formam-se segundo a capacidade das comunidades.

Núcleos: formados a partir do interesse e da necessidade das comunidades. Cada um reúne as associações de moradores, os clubes de mães, as unidades de saúde, os órgãos de assistência social, as igrejas os templos de matriz africana, ONGs e voluntários⁶⁷.

Segundo Relatório do Segundo Seminário do Programa Fome Zero de Porto Alegre (Relatório, 2006), os núcleos, que em 2007 eram 32, deveriam ter como foco do atendimento às famílias com crianças em risco nutricional (totalizando 80% da distribuição das cestas básicas) e pessoas com riscos sociais, como portadores HIV/AIDS (os 20% restantes). As tarefas das coordenações dos núcleos englobavam o gerenciar do Fome Zero nas regiões em que se localizavam, o que compreendia as tarefas de proporcionar atividades junto às famílias com crianças em risco nutricional, distribuir alimentos provenientes de doações, realizar atividades de combate à desnutrição materno-infantil. Além disso, deveriam buscar convênios com mercados e armazéns, produzir alimentos para consumo próprio, objetivar a venda direta entre produtor e consumidor, e oportunizar espaços de geração de trabalho e renda⁶⁸. A estas responsabilidades se somava a necessidade de ir à prefeitura, no centro da cidade, toda quarta-feira à noite, para a plenária do Comitê Gestor.

No âmbito dos núcleos, que atendiam 2630 famílias (Relatório, 2006), como pude perceber acompanhando plenárias do Comitê Gestor do Programa, as iniciativas de atividades e as formas de trabalho eram bastante diversas. Quando pensados em relação às iniciativas de geração de renda, os núcleos possuíam cursos de artesanato e costura, além de plantio de flores para venda. Em relação ao atendimento aos moradores das suas regiões, prestavam serviços de confecção de documentos, serviam refeições em determinados dias da semana, distribuíam agasalhos e alimentos. Outros núcleos ainda produziam alimentos para venda,

⁶⁶ Pude participar da eleição deste grupo em 24 de maio de 2007. Neste contexto, a prefeitura tinha indicado apenas dois nomes para seus assentos.

⁶⁷ Segundo site da prefeitura municipal (www.portoalegre.rs.gov.br), disponível em 22 de janeiro de 2008.

⁶⁸ Segundo site da prefeitura municipal (www.portoalegre.rs.gov.br), disponível em 24 de maio de 2005.

como pães e bolos. Dois deles atendiam públicos específicos, como doentes de tuberculose e HIV/AIDS.

Ainda em relação às iniciativas nos núcleos, havia as hortas e pomares e as cozinhas comunitárias (ainda instaladas em pouco número até o término da pesquisa). Segundo informações do Programa disponibilizadas no site da prefeitura, as hortas comunitárias deveriam ser um “projeto de produção de hortifrutigranjeiros, educação ambiental, geração de renda, diminuição de desperdício e aproveitamento integral dos alimentos”. Havia 19 hortas comunitárias em núcleos do Programa Fome Zero, sendo que 15 recebiam assistência da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (SMIC) e o restante delas da EMATER⁶⁹.

Ainda na gestão petista na prefeitura municipal, o governo federal repassou à prefeitura o valor de 458.656,00 reais para a compra de equipamentos relativos a 24 cozinhas comunitárias⁷⁰ para serem instaladas nos núcleos do Fome Zero de Porto Alegre, sendo que a contrapartida da poder público municipal somou o valor de 145.600,00 reais⁷¹. A compra dos equipamentos foi realizada no dia 20 de outubro de 2004⁷², mas em dezembro de 2007, apenas 04 das cozinhas comunitárias haviam sido instaladas.

⁶⁹ EMATER é uma instituição que nasce de uma política pública do governo do estado, que atende questões relativas à extensão rural no Rio Grande do Sul, entre grupos de agricultores familiares, pescadores artesanais, quilombolas, indígenas e assentados. São atendidos 483 municípios, por intermédio de 2000 funcionários (dados do site www.emater.tche.br – disponíveis em 11 de fevereiro de 2008).

⁷⁰ A distribuição foi feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, dentro do Programa Rede Solidária de Restaurantes Populares, na modalidade Pequenas Unidades de Produção e Comercialização de Refeições – Cozinhas Comunitárias. Informações disponíveis no “Modelo de Projeto de Cozinha Comunitária para ser adaptado pelos núcleos do Fome Zero”, documento da Prefeitura de Porto Alegre e do Comitê Gestor do Programa.

⁷¹ Segundo <http://www.ptpoa.com.br>, disponível em 22 de janeiro de 2008.

⁷² Notícia sobre os três primeiros convênios de instalação: “A prefeitura assinou convênios para instalação de três cozinhas comunitárias que custam, cada uma, cerca de R\$ 19 mil, recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A primeira é a da Unidade de Triagem e Compostagem (UTC) do DMLU da Lomba do Pinheiro, que produz o composto orgânico usado nas hortas comunitárias do Fome Zero, também comercializado nas feiras ecológicas e no Mercado Público. Ali já foram instalados os equipamentos da cozinha semi-industrial que está em pleno funcionamento, fornecendo almoço para aproximadamente 200 recicladores que trabalham pela manhã e à tarde (...) A segunda cozinha comunitária é junto à Escola Técnica José César de Mesquita, do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre, localizada na Estrada do Forte, 77, Zona Norte. Funcionará como uma cozinha-escola, promovendo cursos de aproveitamento de alimentos, de receitas culinárias, de formação e gerenciamento e pretende ser um apoio às demais 23 cozinhas da cidade” (http://www.planalto.gov.br/consea/exec/noticias_antigas.cfm?cod=1202&ano=2004). Publicada em 21/10/2004.

2.4 A CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO MONTE VERDE DO PROGRAMA FOME ZERO

No espaço do Loteamento Monte Verde, no ano de 2001, um padre da Igreja Católica, obreiro da Paróquia local, iniciou uma distribuição de pão e sopa para os moradores do Loteamento⁷³. Tal atividade acontecia uma vez por dia, três vezes por semana, no espaço da Capela. No discurso dos moradores envolvidos com o Programa Fome Zero a distribuição do “*sopão*” era uma espécie de mito de origem da instalação (naquele local) do Núcleo Monte Verde⁷⁴. Acredito que tal relação acontecia, por um lado, pelas duas atividades distribuírem alimentos e, por outro lado, complementarmente, pela justaposição do local onde aconteciam - o espaço da Capela. Embora os trabalhos do Núcleo do Fome Zero, na conhecida “*Capela do Sopão*” iniciassem apenas em 2003, no discurso de moradores, uma coisa estava ligada à outra, o que fazia com que, várias vezes, fossem confundidas as atividades do Núcleo e aquelas que correspondiam às pastorais sociais da Igreja Católica⁷⁵.

Como apontado na introdução deste trabalho, em abril de 2003, período da quarta gestão da administração pelo Partido dos Trabalhadores, se firmou compromisso de instalar, na cidade, o Programa Fome Zero (Relatório, 2006). Segundo Amorim (2005), no dia 24 do mesmo mês, lideranças locais, membros das pastorais da Igreja Católica e representantes da prefeitura, se reuniram na “*Capela do Sopão*” e decidiram juntos sobre a fundação do primeiro núcleo do Programa. Sugiro que a escolha do Loteamento Monte Verde não foi aleatória, aconteceu de maneira paralela à constituição daquele espaço, ainda em andamento (visto que em 2003 ainda havia casas sendo construídas). Uma constituição marcada tanto pela representação do Loteamento enquanto ícone da participação popular em Porto Alegre, como pela instalação, no local, de primeiras experiências com outros programas governamentais. O que contrapunha (ou somava), sugiro, a visão do PT apenas como o partido que os tinha removido de seus locais de moradia anteriores e os colocado em situações classificadas como de sofrimento.

No lançamento do Núcleo Monte Verde, segundo projeto de criação do Núcleo⁷⁶, havia 16 grupos e entidades apoiadoras e parceiras, a maioria delas localizadas no próprio

⁷³ Lembro que neste período o espaço ainda estava recebendo novos moradores, devido às três diferentes etapas de construção.

⁷⁴ Sobre o papel das narrativas na constituição dos mitos ver Langdon, 1999; 2001; Peirano 2003.

⁷⁵ Apensar dos trabalhos serem associados pelos moradores, quando iniciei minha pesquisa de campo já não havia mais distribuição de sopa no local.

⁷⁶ In: Projeto Comitê Regional Fome Zero (2003).

Loteamento, ou serviços governamentais lá localizados⁷⁷. Em 11 de dezembro do mesmo ano, no terreno da Capela, era instalada a horta comunitária “Mãos que semeiam”. Na época a horta tinha como objetivo servir de fonte de geração de renda, via comercialização de hortaliças, para famílias atendidas pelo Programa Fome Zero. Contudo, antes de falar sobre os trabalhos do Núcleo (tarefa realizada no próximo capítulo), acredito ser necessário indicar alguns momentos importantes na trajetória do mesmo, aqui em especial sobre sua formação, que estabelecem relações também com os espaços mais amplos de política institucional na cidade de Porto Alegre.

Inicialmente, até outubro de 2004, a coordenação do Núcleo tinha como articulador, um assessor do Partido dos Trabalhadores (chamado Fernando). Fernando foi o primeiro coordenador do Núcleo Monte Verde. Foi neste período que as mulheres pesquisadas ingressaram na coordenação:

Naquela época tinha o Fernando, e ele era brincalhão daquele jeito dele. Ele disse “Elza vamos lá, tu não está fazendo nada”. Então eu fui às reuniões e tinha passe livre então podia ir na Prefeitura. Mas tinha aquele problema, tu sabe, eu não sei escrever... (Elza).

Eu tinha interesse em conhecer o que era aquilo ali. Eu nunca tinha feito alguma coisa assim, eles ajudavam as pessoas e eu queria ver como era. Foi bem no começo. O Fernando coordenava e então eu fui ali a uma plenária. Não foi por mim, foi por uma comadre, fui ver a reunião no lugar dela porque ela é que ganhava repasse⁷⁸. Comecei a conversar, a dar minhas opiniões. O Fernando me viu e me convidou para entrar. Foi assim a minha entrada no Programa Fome Zero (...) a Geneci já participava. Conheci as gurias, a gente tinha chegado ao Loteamento e ainda não conhecia quase ninguém (...) O Fernando pra nós era um facilitador. Por que quem coordenava éramos nós. Ele é que fazia as coisas de ir na Prefeitura, mas as decisões quem tomava era a coordenação. Até quando alguém ia procurar ele na Capela, lá em cima, ele dizia que era conosco (Marina).

Segundo Elza e Marina, elas tinham sido convidadas a entrar a partir da participação delas nas reuniões da plenária do Núcleo, onde foram reconhecidos atributos como a gratuidade do uso do transporte público, certa disponibilidade de tempo e também a importância da oratória enquanto qualidades importantes para a coordenação. A fala de

⁷⁷ No Projeto (2003) constam os seguintes colaboradores: Posto de Saúde Familiar Monte Verde, Pastoral da Criança, Irmãs Escolares Nossa Senhora, Criação Monte Verde (Conselho Comunitário de Direitos Humanos e Cidadania), Associação de Moradores do Loteamento Monte Verde, Paróquia da Igreja Católica, FASC (gerência regional), Associação de Moradores do Loteamento Monte Verde III, Mutirão CNBB (Sul III), Centro Social Marista, Clube de Mães Madre Carolina, Associação de Moradores do Recanto, Clube de Mães Jardim das Colinas, Centro Administrativo Regional Leste/Nordeste (Prefeitura) e as secretarias do poder municipal: Secretaria Geral do Município e Secretaria Municipal da Indústria e Comércio.

⁷⁸ Ou seja, a comadre de Marina recebia “repasse” mensal da cesta básica que provinha da articulação municipal de arrecadação de alimentos.

Marina ainda chama atenção para outro elemento recorrente na fala das coordenadoras sobre sua entrada no Programa Fome Zero: as coordenadoras, muitas delas, não se conheciam antes. O Núcleo funcionou como um lugar importante para o estabelecimento de laços de amizade, conhecimento e relacionamento (nem sempre amigável) entre as interlocutoras. Como contrapartida a dificuldade da situação inicial da vivência no Loteamento, o Núcleo aparecia como um elemento que criava redes entre pessoas e instituições daquele espaço:

Hoje eu gosto daqui. Depois que eu entrei no Fome Zero tudo melhorou. Tu sabes né, é quando tu começa a viver socialmente, tu te sentes menos sozinha (Irene).

Quando eu vim pra cá eu queria ir embora daqui. Agora sim, eu gosto, porque tem a igreja e o Núcleo (Geneci).

As falas não deixam de demonstrar como o projeto do Fome Zero no Loteamento, ao mesmo que estabelecia relações entre as pessoas, reforçava a construção daquele local como um espaço de ‘participação popular’:

Não gostava daqui, mas tudo melhorou. Eu me lembro de quando começou o Fome Zero, do primeiro repasse (...) teve uma plenária, aí eu entrei no repasse. Assim é que deu pra arrumar as coisas dentro de casa. Às vezes eu até penso em ir embora. Mas lá onde eu morava, tu ta em abandono, tu sempre volta de mãos abanando. Lá não tem Fome Zero, não tem Pastoral, não tem nada. A gente se incomoda um pouco sim, mas a gente consegue algumas coisas (...) Lá eles não participam muito do OP. Eles não têm um delegado que fale pra eles, eles ficam confusos. Meu sonho é morar lá e lá ter um núcleo. Lá as pessoas ficam muito desacreditadas. (Diná).

O Programa Fome Zero, apesar das dificuldades que encontravam na sua coordenação (e do ‘se incomodar’ como apontou Diná), é reconhecido como um elemento positivo no fato de morarem no Loteamento Monte Verde. Sugiro que é na associação entre Loteamento/Núcleo que se construiu, para as coordenadoras, uma das possibilidades de pertencimento ao local, paralelamente à construção de um espaço de ‘participação política’.

2.4.1 Mudanças partidárias e na organização local (a transição 2004-2005)

Quando o PT perde as eleições municipais de Porto Alegre no segundo semestre de 2004, diversas são as mudanças no governo municipal em relação ao Programa Fome Zero.

No contexto do Loteamento, a primeira alteração sentida pelas coordenadoras foi a saída de Fernando, que se mudou, saindo cidade. A saída do coordenador evidenciou “o caráter cíclico da carreira na política”, dependente dos ciclos eleitorais (Kuschnir, 2000, p.54). Foi no momento de mudanças no cenário da política institucional, Fernando deixou a posição de “*coordenador da coordenação*” do Núcleo. Naquele momento, 16 mulheres também faziam parte da mesma, entre elas Marina, Elza, Irene, Diná e Geneci.

2.4.2 As coordenadoras

Segundo as coordenadoras, foi em outubro de 2004 que Marina foi escolhida tanto como “*coordenadora da coordenação*” do Núcleo, como coordenadora da horta, posição até então ocupada por Maristela. Nos meses seguintes duas alterações já esperadas – pois com relação direta à saída de Fernando – aconteceram. Inicialmente, houve uma diminuição do número de coordenadoras. Das 16 coordenadoras que continuaram o trabalho de coordenação do Núcleo após a saída de Fernando, seis delas terminaram o ano de 2005 (um ano depois) ainda como coordenadoras. Para Elza esta diminuição, gradual durante aquele ano, aconteceu porque Fernando conferia unidade ao grupo, unindo as mulheres na mesma coordenação. Sendo assim, após sua saída, Maristela e Marina teriam se desentendido, marcando o grupo com uma cisão entre suas respectivas aliadas.

Marina e Diná, por sua vez, explicavam a diminuição no número das coordenadoras de outra maneira. Quando eu soube que Sônia tinha saído da coordenação perguntei, para elas, qual era a razão para as – então freqüentes – saídas. Forneceram-me a seguinte explicação:

Marina: “*Isso está acontecendo porque a gente está botando pressão*”.

Martina: “*Como assim botando pressão?*”

Marina: “*Ah, falando o tempo todo que tem que estar aqui, que precisa participar da reunião*”.

Diná: “*Que não adianta vir aqui só na hora do repasse*”.

Marina: “*Não adianta ter um grupo grande e que não trabalha, eu já falei, pode ser duas ou três, mas precisa pegar junto*”. (Extrato do diário de campo 06, 01/04/2005).

Segundo Marina e Diná, elas que estavam mais intensamente dedicadas ao Núcleo naquele momento, estavam exigindo maior empenho das outras coordenadoras, que, diante da necessidade de aumentar sua participação nas atividades, estavam saindo da coordenação.

Esta explicação nos leva a um segundo aspecto que influenciou na diminuição no número das coordenadoras do Núcleo. Quando Marina falava sobre “*vir aqui só na hora do repasse*”, remetia a uma grande discussão da transição entre o PT e o PPS no governo municipal, quando o repasse de alimentos das cestas básicas passou a ser o tema dominante das preocupações do Núcleo.

2.4.3 Repasse de “*cestas básicas*” e as parcerias

Quando do ingresso do PPS na Prefeitura Municipal o Programa Fome Zero de Porto Alegre sofreu com o término das “*parcerias de trabalho*” (Relatório, 2006). As parcerias seriam as relações estabelecidas entre instituições e organizações da sociedade civil e o Estado. No caso do Programa Fome Zero de Porto Alegre, estas organizações ofereceriam apoio, tanto através da doação de alimentos e sua distribuição, quanto de fornecimento de serviços e assessorias aos núcleos. Na gestão do Partido dos Trabalhadores, o Programa contava com 50 organizações parceiras, entre elas empresas, sindicatos, conselhos, organizações esportivas e universidades⁷⁹.

Em maio de 2005, no início da gestão do PPS, a assistente social que representava a Prefeitura na Coordenação Executiva do Programa, afirmou sobre a situação das parcerias:

Nós temos parcerias com as empresas que fornecem os alimentos. Até no mês passado conseguimos renovar o termo de cooperação com o grupo SONAE. Então esse alimento vai pro Banco de Alimentos, porque a gente não tem onde armazenar. Eles também têm um caminhão para a distribuição. Pode colocar aí que também é nossa parceria uma ONG de funcionários da Caixa Econômica. Eles vão fazer palestras nos núcleos sobre prevenção à gravidez precoce, DST's e AIDS (Assistente Social coordenadora provisória do Fome Zero na prefeitura).

A diminuição das parcerias foi sentida nos núcleos. Em Monte Verde, diante desta situação, as coordenadoras intensificaram a escrita de ofícios, pedindo auxílios e doações:

Precisamos desses ofícios porque parece que as coisas estão feias, tinha que ver na última reunião na Prefeitura. Eles avisaram que agora os alimentos talvez venham em menor quantidade. Parece que não tem mais nenhuma parceria, que ficou só a SONAE. Tu tinha que ver, quando começou o Fome Zero, tinha um monte de parceira, a Geneci tem o papel eu acho. Vou tirar um xérox pra tu ver. É uma folha assim, dos dois lados, cheia de parcerias... (Marina).

⁷⁹

Segundo site da Prefeitura Municipal. Disponível em 24/03/2005.

A não-renovação das parcerias impossibilitou o repasse mensal de alimentos aos núcleos. Assim, no período em que Marina iniciava seu período na “*coordenação da coordenação*” a relação entre as coordenadoras e também entre estas e os moradores do Loteamento passa a ter na ‘instabilidade’ dos repasses das cestas básicas seu assunto mais recorrente. Foi também a diminuição dos repasses somados às suas conseqüências (que veremos no próximo capítulo) que, segundo as coordenadoras, influenciou sobre a quantidade de mulheres envolvidas na coordenação.

A idéia de parceria nos remete ao momento de transição partidária na prefeitura municipal, e a forma na qual esta transição figurou nas reuniões com integrantes dos núcleos, as plenárias do Comitê Gestor do Programa. Nestas reuniões pude perceber que os representantes dos núcleos argumentavam ter “*avisado*” o poder público sobre o encerramento dos contratos de parceira com o término da gestão petista na Prefeitura, mas diziam que nada tinha sido feito em relação a isto pelo novo governo.

Além das argumentações em torno da “*perda*” das parcerias, a transição partidária era apontada negativamente. Embora optasse pela manutenção do Programa Fome Zero, o poder público “*deixou o Programa em segundo plano*” como apontavam alguns membros da sociedade civil (dos núcleos) na coordenação municipal do Programa. Além disso, apontavam como sinal deste desinteresse o fato de a posição do responsável pelo Fome Zero dentro da Prefeitura Municipal ter sido ocupada por três pessoas diferentes no primeiro ano do mandato do Partido Popular Socialista.

Este capítulo buscou falar sobre dois processos advindos das iniciativas governamentais e que entraram em contato com determinado público: a constituição do Loteamento Monte Verde e do Núcleo do Fome Zero no local. Em 1996 foi criado o Loteamento Monte Verde em uma área da cidade de Porto Alegre, caracterizada pelos condomínios habitacionais e loteamentos populares. Muito embora o Partido dos Trabalhadores tivesse constituído o local com diferentes equipamentos públicos, não deixava de formar aquele espaço com as características (e os estigmas) que marcavam tais projetos: a distância, o isolamento parcial, a relação direta com processos de violência. A conjugação destes dois processos - inicialmente o processo, considerado violento, da remoção do local de moradia, e, posteriormente, os investimentos em equipamentos e na construção da idéia de um

local de ‘participação popular’ – colocavam o Partido dos Trabalhadores sob o signo da ambigüidade.

Por outro lado, até aqui procurei apontar o período de formação do Núcleo Monte Verde e seu momento inicial, até a eleição do PPS à prefeitura municipal. Embora esta mudança acontecesse fora do Loteamento, pesou diretamente sobre o funcionamento do Núcleo, em especial porque significou a saída do coordenador geral do mesmo, mudando a configuração da coordenação, que passou então a ser realizada exclusivamente pelas mulheres moradoras do Loteamento. No próximo capítulo tratarei de descrever e analisar o Núcleo no período de coordenação das mulheres do Loteamento, em especial as atividades, relações e conflitos acontecidos durante o período de dezembro de 2004 até março de 2006, primeira etapa da pesquisa de campo.

Capítulo 3

O NÚCLEO

Trabalho, correrias e conflitos

Cobravam Marina pelo atraso da reunião e pelo fato de que quase ninguém tinha aparecido. Marina falava pausadamente, dizia que ninguém tinha avisado na plenária de quinta à noite, que naquela manhã teriam reunião. Sônia logo retrucou dizendo que não precisa avisar porque “Todas as sextas têm reunião. Todo mundo sabe disso, sempre foi assim”.

Marina: “Mas não vai mais ser, porque é muita reunião”.

Sônia: “Mas então o que a guria veio fazer aqui (apontou pra mim), tu achas que ela veio pra não ter reunião? Tu achas que ela veio aqui pra nos ver?”. Foi só neste momento que Marina viu quem eu era e então me cumprimentou. Pegou uma cadeira, o que mais algumas fizeram e ficamos em baixo das árvores. Abriu um caderno e disse: “Então o que vocês têm pra hoje? Têm algum assunto?”

A primeira coisa que falaram foi sobre os presentes de Páscoa que tentariam arrecadar, nos comércios, através dos ofícios que Adair tinha se comprometido a fazer. Os presentes arrecadados seriam para os filhos das mulheres do Núcleo e da horta. O próximo assunto tratado foi o curso de artesanato e costura. Perguntei o porquê dos cursos, elas disseram que era “para as pessoas trabalharem e se envolverem e não só ficar ganhando o rancho” – que a prefeitura estava exigindo que os núcleos tivessem cursos de geração de renda. Vilma perguntou: “Mas, quem é que acostumou eles assim?” - e ela mesma respondeu: “Nós mesmas é que acostumamos”.

Elza ainda falou sobre um liquinho que ela tinha e pensou em trazer para a Capela: “É que sempre que a gente chega aqui e quer fazer um café não dá”. Discutiram sobre preço do liquinho e se tinha possibilidade de levar e trazer todos os dias, porque não podiam deixar na cozinha da Capela, já que era frequentemente atingida por roubos. Conversaram sobre o fato de nunca ter um dinheiro comum do Núcleo, algumas mulheres apostavam na idéia de que era preciso fazer uma “caixinha” e pedir que as pessoas contribuíssem com um real. Graziela logo falou - do jeito forte de falar que lhe é característico: “Mas isso nunca deu certo, lembra daquela vez Marina? Isso aqui nunca deu certo”.

O pessoal da horta foi se aproximando e sentando na beira da rampa. Conversaram ainda sobre a presença nas reuniões, que acontecem toda quarta à noite no centro de Porto Alegre. Primeiro, Sônia disse que Marina teria que ir a

todas as reuniões, afinal ela era a coordenadora, Marina respondeu rapidamente: “E não são todas coordenadoras aqui?”. Sônia disse que não tinha dinheiro para a passagem, por isso não podia ir. Elza disse: “Eu vou porque tenho passe-livre, mas não posso abraçar o mundo, eu queria estudar. Semana que vêm que recebo (o benefício assistencial), aí compro uma passagem e deixo lá na casa da Sônia pra ela. Pode deixar, semana que vêm já deixo lá”.

Dália, intimada, pois nunca tinha ido a nenhuma reunião na Prefeitura, justificava: “Mas, se é à noite eu não posso ir não, porque agora eu vou estudar de noite”. Marina “Mas se tu vai estudar vai ter que sair do Núcleo. Lá começa às seis e meia (da noite), mas pra chegar é só estar no ônibus quinze para as cinco. Se tu está essa hora, tu chega lá tranqüilo”.

Sônia ainda falou sobre uma mulher chamada Fátima que estava desempregada e queria entrar no Núcleo. Apesar de não terem tomado uma decisão formal, parece que, em meio à conversa, concordaram com o ingresso. Assim parece que tomam todas as decisões, no meio da conversa, quase sem um ‘veredicto final’. Elza comenta: “Como está dando desemprego, né?” - Tal fala as leva ao assunto dos cursos que seriam oferecidos pelo programa ‘Primeiro Emprego’. Discutiram ainda se os critérios de seleção para os cursos eram as cotas para negros ou índios, mas Marina disse que tinha perguntado e tinham dito que não. Elza em seguida saiu, porque precisava ir ao colégio buscar a lista de material do seu filho. As gurias foram assinando a lista de presença no caderno, as que não sabiam escrever perguntam se Marina ou Geneci já tinham escrito seus nomes... (Extrato do diário de campo 03, 04/03/2005).

Este capítulo procura dar conta das atividades das mulheres enquanto coordenadoras do Núcleo Monte Verde, no período de dezembro de 2004 até março de 2006. Trata-se da primeira etapa desta pesquisa de campo e, embora as coordenadoras permanecessem na coordenação por cerca de mais um ano, foi este um período mais ‘local’ de gestão⁸⁰. Neste sentido, inicialmente descrevo alguns dos compromissos e atividades das coordenadoras, como as reuniões que organizavam e participavam, no Loteamento e fora dele. Prestando atenção naquela que era a principal atividade do Núcleo, a distribuição das cestas básicas. Num segundo momento, e tendo como eixo de transição a distribuição das cestas, procuro dar

⁸⁰ Período no qual, como cito na introdução, a prefeitura municipal não possuiu iniciativas nos núcleos em relação ao Programa.

conta (sempre limitadamente) de como as coordenadoras se relacionavam entre si e com a “*comunidade*” os conflitos e disputas aí ocasionados.

Para De Certeau (1999), o cotidiano é onde “... a cultura articula conflitos e volta e meia legítima, desloca ou controla a razão do mais forte (...) As táticas de consumo, engenhosidades do fraco para tirar partido do forte, vão desembocar então em uma politização das práticas cotidianas” (De Certeau, 1999, p. 44-45). Os contatos que mantivemos, as coordenadoras e eu, durante a pesquisa de campo, me fizeram entender que a compreensão de como estavam percebendo o Programa Fome Zero estava ligada, necessariamente, ao entendimento do “*trabalho*” que estar na coordenação do Núcleo lhes proporcionava⁸¹. Logo, entender como tal programa de governo era vivido não poderia se dar fora das “*correrias*” que o compunham⁸².

3.1 CORRERIAS, CESTAS E TRABALHOS

A partir do ano de 2003, quando as atividades do Núcleo iniciaram, uma das marcas destas atividades promovidas era a efemeridade, no sentido de que eram iniciativas diversas, mas que duravam pouco tempo. Foram desde oficinas de capoeira para adolescentes, até atendimento psicológico e jurídico, realizado por voluntários, no local (Amorim, 2005)⁸³. Apesar desta diversidade constante, no período de dezembro de 2004 até março de 2006, o Núcleo Monte Verde, segundo minha percepção a partir do trabalho de campo, possuía alguns compromissos que eram constantes na coordenação do mesmo. Neste sentido aponto: a reunião das coordenadoras, que acontecia toda sexta de manhã; as reuniões na prefeitura, com os representantes de outros núcleos da cidade; as reuniões semanais com as pessoas que

⁸¹ Embora tenha convivido com mais intensidade com as coordenadoras, os dados da etnografia englobam diversos momentos de contato com outras pessoas no Loteamento, que, também fizeram parte das minhas experiências no local.

⁸² Há um pressuposto nesta afirmação - aquele que propõe que a participação no cotidiano das pessoas permite entender a forma na qual elas vivem (Evans-Pritchard, 1999).

⁸³ Amorim (2005) cita algumas atividades acontecidas no local, que tiveram relação com o Núcleo do Fome Zero até o início de 2005. Seriam elas: “... a presença do Balcão da Cidadania na Escola Municipal de Ensino Fundamental da comunidade, para a confecção de certidões de nascimento e a carteira de identidade, como o pedido de segunda via de documentos; a realização de uma festa campeira no Repouso, sendo que a entrada para o evento consistia na doação de um alimento não perecível, destinada à distribuição para as famílias do comitê, dentre outras atividades. Em outubro de 2003, especialistas em agricultura do Programa de Gestão Urbana das Nações Unidas (PGU/ONU) para América Latina e Caribe, além de visitarem, promoveram uma oficina para as famílias (...) Em 2004, o comitê, além de suas reuniões, da distribuição de sacolas e da horta comunitária, continuou a organizar e a propiciar atividades sociais e que beneficiam a comunidade, como o encaminhamento para cursos profissionalizantes, a participação em feiras e venda de produtos da horta...” (Amorim, 2005, p. 26-27).

integravam os trabalhos da horta - sendo que, na horta, havia atividades todos os dias. Durante algum tempo ainda aconteceram, todas as quintas à noite, as plenárias com as famílias que recebiam o repasse das cestas básicas. Ainda, por menor período de tempo, durante o ano de 2005, as coordenadoras organizaram cursos de artesanato.

No espaço do Loteamento, no que se refere às atividades do Núcleo havia a relação das coordenadoras entre si, com a paróquia da Igreja Católica local (onde usavam o telefone, o computador e o CNPJ da igreja), com as pessoas que trabalhavam na horta e com a “*comunidade*” atendida pelo Fome Zero. Sobre a relação entre as coordenadoras e estes grupos locais (estabelecidos também no Loteamento) buscarei falar ao tratar das atividades realizadas pela coordenação do Núcleo Monte Verde, onde tais atores figuram de acordo com suas influências, suas iniciativas e os contatos estabelecidos.

Marcadas pela presença das temáticas diversas, por brincadeiras e especialmente por conflitos (Simmel, 1983)⁸⁴, estas atividades (as reuniões, a horta etc.) se constituíam sobre uma determinada idéia de trabalho. Neste sentido, o “*trabalho*” se constituía como algo inquestionável:

Vilma: “*Mesmo assim, com briga, se precisarem trabalhar agora juntas, elas vão*”.

Sônia: “*A gente briga, briga, mas eu não tenho preguiça de trabalhar, se precisar ir agora eu vou.*” (Diálogo entre Vilma (34 anos, casada, 04 filhos) e Sônia (cerca de 35 anos, viúva, 04 filhos)).

O “*trabalho*” deveria ter um valor superior ao dos constantes conflitos entre elas. Tal explicação, presente num diálogo entre Vilma e Sônia, apareceu em uma reunião no início da pesquisa de campo, quando as coordenadoras conversavam com um assessor externo sobre as dificuldades de se trabalhar em equipe. Contudo, esta afirmação eu pude presenciar diversas vezes entre as coordenadoras. A recorrência me fez pensar sobre os significados dados ao “*trabalho*” no Núcleo⁸⁵.

Inicialmente, percebia que no Núcleo não se participava, se “*trabalhava*”. Diferente de outros espaços nos quais as coordenadoras também recebiam alimentos e doações, estarem no Núcleo era diferente: “*dá mais trabalho*”. Algumas vezes ouvi as coordenadoras falarem

⁸⁴ Remeto a idéia de conflito ao trabalho de Simmel e sua análise do conflito no espaço urbano: “As hostilidades não só preservam os limites, no interior do grupo, do desaparecimento gradual, como são muitas vezes conscientemente cultivadas”. O autor ainda acrescenta “... não é só um meio de preservar a relação, mas uma das funções concretas que verdadeiramente a constituem” (SIMMEL, 1983, p. 126, 127).

⁸⁵ Para uma revisão a cerca do conceito de trabalho na antropologia, ver a dissertação de mestrado de Jardim (1998).

em “*trabalho voluntário*”, remetendo à sua participação no Núcleo Fome Zero. Todavia, na maioria das vezes, as ouvia falar sobre “*trabalhar*”. O “*trabalho*” no Núcleo representava um retorno material (não sob forma monetária) para dentro de casa, passando este a significar uma contribuição feminina ao ambiente doméstico (Jardim, 1998). Era também uma forma de “*trabalho*” que se distanciava das características negativas associadas ao trabalho das mulheres naquele grupo popular (Sarti, 1996 entre outras)⁸⁶: acontecia no espaço do próprio Loteamento e permitia que as atividades domésticas e o cuidado com os filhos não fossem prejudicadas. Sem ferir as características que lhes conferiam seus referenciais sociais no local, o “*trabalho*” no Núcleo agregava: inicialmente demonstrava que elas não estavam paradas, mas “*correndo atrás*” (Fonseca, 2004).

Sendo o “*trabalho*” uma característica positiva, ouvi as coordenadoras respeitarem Maristela, antiga coordenadora da horta e uma das coordenadoras do Núcleo (embora não tivessem uma relação que caracterizaríamos como amigável com a mesma), ressaltando que ela “*trabalhava na horta todos os dias*”. Assim, quando queriam elogiar algumas delas, um elogio válido era o de que “*fulana trabalhava*”. Ainda sob a ótica da “mulher valente” (Fonseca, 2004), as “*correrias*” e a coragem para a tarefa de “*lidar com o povo*” somavam características positivas àquela atividade.

Como coordenadoras, as mulheres tinham para si que “*trabalhavam*” mais do que as outras famílias envolvidas nos repasses das cestas e também nos cursos de artesanato. Contudo, essa noção de “*trabalho*” no Núcleo não apresentava relação trabalhista nos termos que identificamos ao mercado de trabalho. Também não se tratava de um “emprego na política” (Borges, 2003; 2005, Medeiros, 2006)⁸⁷, visto que o mais próximo da esfera de contratação da política institucional que ficaram, naquele período, foi serem contratadas para a distribuição, na cidade, de panfletos de campanhas eleitorais. Ainda assim, não se pode negar que este envolvimento (o “*trabalho*” das coordenadoras) sentia a influência das mudanças do período e dos mandatos eleitorais⁸⁸. A fim de entender como acontecia esse “*trabalho*”, descrevo as atividades da coordenação do Núcleo Monte Verde.

⁸⁶ Como aponto no primeiro capítulo da dissertação.

⁸⁷ As autoras, neste aspecto, tratam da trajetória de pessoas que se envolveram em campanhas eleitorais e, posteriormente, passaram a buscar um emprego no âmbito da administração pública (Borges, 2003, 2005; Medeiros, 2006).

⁸⁸ “Experiências semelhantes perpassam a vida daqueles que perderam ou daqueles que nunca tiveram seu emprego na política. Tudo começa do zero. Por essa razão, no que tange a esse grupo específico, a campanha eleitoral não acaba no dia da votação. Com a posse ou com a exoneração, uns lutam para manter seus postos e outros para os reaver. Em triangulação, políticos, empregados na política e beneficiários dos programas, sintetizam o Estado, a Política, o Governo, os Partidos, as eleições” (Borges, 2005, p. 11).

3.1.1 “A reunião de sexta”

Todas as sextas-feiras pela manhã havia a reunião⁸⁹ das coordenadoras do Núcleo. No início da mesma, normalmente, a Capela estava sendo lavada – o retorno prático dado à Paróquia pelo uso do espaço (e tarefa feminina naquele espaço). Os temas das conversas, como apontei no extrato do diário de campo que abre este capítulo, eram os mais diversos. Entre as temáticas da própria vida – do dia a dia, da família, do corpo, da sexualidade, do mercado, das notícias televisivas e noveleiras – apareciam as preocupações com os ofícios de pedido de alimentos, as reclamações que recebiam de moradores do Loteamento, notícias esparsas e breves lembradas sobre as reuniões na prefeitura. Um quadro composto com assuntos diversos e completamente distantes do que alguns caracterizariam como “política”.

Durante as reuniões, quem normalmente introduzia novos assuntos era a própria Marina. Poucas vezes vi que tinham estabelecido qualquer tipo de pauta prévia, menos ainda algum registro como uma ata. Tinham apenas uma lista de presença. Quase sempre era Geneci - que era uma espécie de secretária do grupo – quem iniciava o preenchimento da mesma, colocando o nome das mulheres presentes, mas que não sabiam escrever. Normalmente eu não conseguia identificar o início e o término das reuniões, menos ainda para quando ficavam marcados os próximos encontros. A informalidade era preenchida ainda pela circulação constante das crianças e mesmo das coordenadoras. Porém, algumas mudanças aconteciam quando havia algum visitante na reunião, como membros de alguma ONG ou da Igreja Católica, nestes momentos havia controle do tempo das falas e seqüência das mesmas. Foi nestas ocasiões que ouvi pedidos de silêncio e mesmo ‘inscrições’ para a ordem das falas.

Demorei a me acostumar com outros aspectos que acredito estarem relacionados a esta ‘informalidade’: aqueles aspectos presentes nas brigas e nas brincadeiras (constantemente associadas). As brigas eram acirradas, debates aconteciam em alto tom e, em seguida, ria-se de alguma colocação dita. Havia casos como o de Elza e Sônia que tinham brigado em uma reunião da coordenação, com agressões físicas sérias. Tiveram, na ocasião, que ser separadas pelas outras mulheres. Embora, segundo Elza, “*as coisas nunca mais foram como antes*”, as duas continuavam “*trabalhando*” juntas no Núcleo⁹⁰. As brincadeiras seguiam a mesma linha: eram colocadas de forma direta, que para mim lembravam pequenas agressões verbais e

⁸⁹ Comeford faz uma interessante análise sobre reuniões camponesas. Para o autor, as “Reuniões criam um espaço de sociabilidade que contribui para a consolidação de redes de relações que atravessam a estrutura formal das organizações, estabelecem alguns parâmetros e mecanismos para as disputas pelo poder...” (Comeford, 2001, p. 149).

⁹⁰ Existiam casos de agressões mais sérias, que comportavam afastamentos e vinganças.

tendiam a dialogar com assuntos considerados de honra naquele espaço, como as relações conjugais (Brites, 2000; Fonseca, 2004; Motta, 1998)⁹¹. As reuniões também terminavam sem alguém ditar seu fim.

3.1.2 As plenárias

As plenárias eram reuniões que agrupavam 100 a 150 pessoas que recebiam as cestas básicas distribuídas pelo Núcleo, ou algum representante destas pessoas. Segundo as coordenadoras, as plenárias eram momentos onde as informações eram repassadas aos moradores e onde estes podiam questionar e colocar suas dúvidas sobre o trabalho do Fome Zero. Por esta razão, justificavam, essas grandes reuniões aconteciam na quinta-feira à noite, noite seguinte a da reunião da Coordenação Executiva na prefeitura, onde surgiam as novidades e notícias sobre o Programa. Era no espaço da plenária que novas famílias podiam solicitar a possibilidade de ingresso na lista do recebimento das cestas básicas ou comunicar alguma situação emergencial que justificava um auxílio imediato. Ainda consistia numa das ocasiões, pelo menos a mais formalizada delas, nas quais outras moradoras do Loteamento poderiam solicitar ingresso na coordenação do Núcleo.

Diferente do que nas reuniões de sexta-feira, onde normalmente havia apenas a presença das coordenadoras dispostas nas cadeiras em círculo, nas plenárias as cadeiras da Capela eram organizadas de maneira a formarem uma espécie de auditório. As coordenadoras sentavam nas cadeiras colocadas de frente para as outras. Como pude perceber, com atenção faziam o preenchimento da lista de presença, que registrava a frequência e as faltas das pessoas. A presença funcionava como uma contrapartida ao recebimento das cestas básicas e as faltas deveriam ser justificadas, ainda que apenas verbalmente, às coordenadoras.

As plenárias também tinham abertura para que “*a comunidade*” demonstrasse sua insatisfação com a coordenação:

Pelo lado da dinâmica, na medida em que as reuniões se tornam pontos de passagem obrigatórios para a legitimação das lideranças e suas ações, bem como focos de ordenação das ações de mediação empreendidas pela organização de trabalhadores, as discussões tornam-se espaços estratégicos de competição por

⁹¹ A agressividade das brincadeiras também chamou a atenção de Jurema Brites (2000). Sobre brincadeiras e jocosidade ver ainda Fonseca (2004) e Motta (1998).

prestígio no interior da organização e do exercício do poder de definir suas ações (Comeford, 2001, p. 164).

Com o término das parcerias de doação de alimentos em nível municipal provocando uma diminuição nos repasses das cestas básicas, as plenárias se tornaram bastante esparsas e raras - poucas delas aconteceram durante o período em que realizei a pesquisa de campo. Haviam se tornado um espaço de tensa relação entre as coordenadoras e os moradores do Loteamento atendidos pelo Programa Fome Zero, contando com agressões verbais e cobranças severas em relação ao andamento do mesmo, em especial em relação ao repasse das cestas básicas.

3.1.3 A horta comunitária

As pessoas que trabalhavam na horta comunitária do Núcleo se reuniam todos os dias para cuidar do plantio, do cuidado e da colheita da produção. Desde a fundação da horta a prefeitura municipal cedia as sementes e providenciou a instalação de água necessária para que ela pudesse funcionar (Amorim, 2005). Como eu pude saber, conversando com as pessoas que trabalhavam na horta, inicialmente cada família que tinha um integrante participando da mesma “*possuía*” uma região de terra - um canteiro - onde produzia sua parcela de alimentos na horta. Contudo, depois de algum tempo, se optou por fazer uma produção conjunta e todas as pessoas envolvidas cuidavam do espaço coletivamente.

A horta estava instalada no terreno da Igreja Católica, atrás da Capela – onde as ferramentas de trabalho eram armazenadas. Isto fazia com que Marina ficasse com uma chave da Capela para fins relacionados à horta (também eis a importância da “*coordenadora da coordenação*” ter uma boa relação com os obreiros da Igreja Católica). Muitas das coordenadoras do Núcleo também participavam dos trabalhos da horta (apenas Geneci, Diná e Elza não participavam) e todas as “*pessoas da horta*”, como eram chamadas pelas coordenadoras, recebiam uma cesta básica quando os repasses das mesmas aconteciam.

A horta ainda era a possibilidade de o Núcleo conseguir algum recurso financeiro. Normalmente ajudava o pagamento do caminhão que buscava os alimentos – embora não sem a presença de complicações e opiniões contrárias a tal aplicação do dinheiro. Esta possibilidade de recursos provinha da realização de feiras nas quais era vendida a produção da horta: fosse montando uma banca na rua em frente à Capela ou percorrendo as ruas do Loteamento oferecendo aos moradores. Para conseguirem um excedente para venda, os integrantes da horta costumavam estabelecer dias nos quais se poderiam fazer colheitas particulares, para levar alimento para casa (quase sempre três vezes por semana). Contudo, como a falta de frequência nas reuniões da horta era grande, o não compartilhamento destas informações dava abertura a confusões. Como pude observar, apesar destes conflitos, a horta era a atividade do Núcleo que tinha maior continuidade, nunca tinha sido abandonada desde sua fundação.

3.1.4 Os cursos de artesanato

No primeiro semestre de 2005, diante da insistência do poder público em relação aos cursos de geração de renda, as coordenadoras do Núcleo, observando iniciativas semelhantes em diversos outros espaços da cidade, iniciaram alguns cursos de artesanato. Entre as mulheres conhecidas no Loteamento encontraram Oneida, que era de suas relações por causa do envolvimento em trabalhos da Pastoral da Criança da Paróquia. Oneida era uma mulher de talentos diversos: costurava, fazia cestaria em jornal, cobertores, fuxico etc.

As aulas começaram semanais, no espaço da cozinha da Capela. O Padre Luis conseguiu doações de retalhos e linhas, o que possibilitou o início dos cursos. Oneida disponibilizou sua casa onde estava sua máquina de costura para as atividades que necessitassem da mesma. Apareceram outras mulheres do Loteamento que sabiam fazer bijuterias e tricô. Rapidamente, diante do empenho das professoras voluntárias e das coordenadoras que visitavam as pessoas convidando para os cursos, havia mais de setenta mulheres envolvidas.

Contudo, os primeiros suprimentos (tecidos, linhas, cola etc.) começaram a terminar, as professoras e coordenadoras tentaram novos acessos a doações, através de pedidos expressos em ofícios. O poder público, embora considerasse indispensável a existência da

geração de renda para que houvesse o “*merecimento*” do repasse das cestas básicas, não oferecia qualquer auxílio para os núcleos. Não conseguindo estes materiais, também visto que o Núcleo não possuía renda para disponibilizar para a compra, em alguns meses os cursos foram encerrados.

3.1.5 A distribuição da cesta básica

A atividade da distribuição das cestas básicas (ou o “*repassé dos ranchos*”) era, sugiro, fundamental ao se falar do “*trabalho*” do Núcleo Monte Verde. Segundo as coordenadoras, antes da mudança na gestão municipal, o repasse vinha mensalmente, tendo alimentos para montar 150 cestas básicas de, aproximadamente, dezesseis quilos. Ainda assim, segundo Amorim (2005), os alimentos previstos no repasse não conseguiam atender a quantidade de famílias do Loteamento que entrariam nos critérios do mesmo (basicamente as famílias com crianças desnutridas). Nos primeiros meses do ano de 2005 estive no Núcleo e não houve repasse das cestas básicas. Em março foram enviados, para o Núcleo Monte Verde, alimentos para montar 20 cestas⁹².

Nos anos de 2005 e 2006, o que precedia o repasse das cestas básicas era uma dúvida freqüente relativa ao dia no qual os alimentos estariam disponíveis para serem retirados. Por algum tempo a própria prefeitura se responsabilizara pelo envio dos alimentos até os bairros. Contudo, no período da pesquisa de campo, nas raras vezes nas quais os alimentos foram repassados, o transporte era de responsabilidade dos próprios núcleos. Para realizar tal feito – sem possuir nenhuma forma de renda comum - as coordenadoras do Núcleo Monte Verde pediam pequenas colaborações aos beneficiados pelas cestas básicas (colaborações com o valor de um real). Em outros momentos elas mesmas colocavam de seu dinheiro, pediam auxílio na Paróquia ou para as pessoas da horta quando havia acontecido alguma feira.

As famílias que receberiam as cestas tinham seus nomes colocados em uma lista. A lista era montada segundo alguns critérios, segundo Marina:

⁹² Quando os alimentos destas 20 cestas básicas chegaram, as coordenadoras os enviaram novamente à Prefeitura. Marina me contava: “*Eu mandei levar embora. Eu disse pode levar isso tudo embora daqui.*” Geneci continua explicando: “*Aí a mulher da prefeitura ficou louca, perguntou por que a gente tinha mandado tudo embora.*” - Geneci falava da ligação telefônica entre Marina e a assistente social que coordenava o Programa dentro da prefeitura naquela época. Marina ainda acrescentou: “*Eu disse pra ela: então tu vens aqui distribuir isso.*” (Extrato do diário de campo 05, 18/03/2005).

Por quem está nos cursos, quem passa fome ou que tem deficiência na família, quem tem criança desnutrida e também quem é da horta e quem é da coordenação. A prefeitura disse que agora é pra quem está nos cursos. São eles que pedem a lista sempre que a gente vai buscar alimento (Marina).

Embora a existência da lista com os nomes das pessoas que receberiam os repasses, com frequência, aparecia pessoas que não tinham o nome na lista e que não participavam dos cursos de artesanato. O que significava que a lista tinha uma função formal, afinal era enviada à Prefeitura, mas também tinha a maleabilidade como característica, visto que fugia às previsões e permitia que casos emergenciais pudessem ser atendidos.

Nos dias de repasse que acompanhei, quando o caminhão chegava com os alimentos⁹³, as coordenadoras se reuniam na Capela e os separavam em cestas básicas (ou seja, separam os quilos de cada gênero em sacolas plásticas). Enquanto isso, Geneci e Diná faziam pequenos bilhetes com as folhas de um caderno, para avisarem as pessoas que deveriam vir buscar suas cestas. As pessoas chegavam muito antes do horário, o que fazia com que as coordenadoras trancassem os portões do pátio da Capela até a hora marcada nos bilhetes. A grande maioria das pessoas que vinha era mulher e muitas traziam seus filhos consigo. Mulheres mais velhas traziam moças e rapazes para ajudar a carregar a cesta. Outros ainda traziam carrinhos de mão ou carrinhos de supermercado. As coordenadoras receavam que algumas cestas não fossem buscadas, porque os alimentos não podiam ser deixados na Capela, em virtude dos arrombamentos no local. Levar para guardar em casa para que os ausentes buscassem mais tarde era algo comum, mas arriscado, os vizinhos costumavam sugerir que era roubo das cestas básicas o que estava acontecendo.

3.1.6 Os “trabalhos” do Núcleo e o dia-a-dia

As tarefas que resultavam da gestão do Núcleo Monte Verde acabavam por ingressar numa rotina que estava repleta de atividades domésticas e familiares. Nos

⁹³ Que vinham com a nota fiscal do Banco de Alimentos. Na primeira vez que eu acompanhei um dos repasses, conferimos os alimentos entregues, vieram 300 quilos de arroz (em fardos com pacotes), 300 quilos de feijão em sacos de 50 quilos cada (que as pessoas logo repararam, eram ‘made in Canadá’). Mais 150 quilos de açúcar, 150 quilos de farinha de trigo, 75 quilos de macarrão (cada pacote com meio quilo) e 156 pacotes de biscoito de água e sal.

momentos em que estive no Núcleo, as atividades aconteciam paralelamente ao acordar os filhos, acompanhá-los à escola, o tempo de fazer o almoço que elas diziam ser o de “colocar o feijão no fogo”, o tempo de recolher as crianças para dentro de casa à noite, tempo de vencer tarefas domésticas - como a interminável (e, como me disseram nas vezes em que estava nas suas casas: importantíssima) tarefa de lavar a roupa de toda a família. Ainda era o tempo que se contava até a chegada do casamento, dos aniversários e da festa de quinze anos das filhas.

Mas, ainda que a rotina estivesse repleta de tarefas a cumprir, as atividades do Núcleo mostravam haver certa liberdade, uma margem de manobra na realização das tarefas domésticas. Ao participar do Núcleo Monte Verde, novos elementos foram introduzidos às rotinas das coordenadoras. O almoço acabava atrasando porque a reunião não tinha terminado ainda ou porque se ficou mais tempo conversando com as outras mulheres. A rotina doméstica não surgia, simplesmente, como um empecilho para a coordenação do Núcleo, visto que as coordenadoras lidavam com criatividade e dinâmica às exigências de cada um dos espaços - a casa, o Núcleo, a prefeitura.

Ainda assim, como também aponta a bibliografia que trata da rotina das mulheres nas periferias urbanas, havia negociação nas casas para que as atividades pudessem ser desempenhadas (Fonseca, 2004; Sarti, 1996). Esta negociação, também no espaço do Loteamento, estava baseada na utilização, pelas mulheres, de seu status de mãe (Caldeira, 1987). Era o “*bem dos filhos*” um dos argumentos mais eficazes para justificar a circulação e a dedicação exigida pelo Núcleo, assim como justificavam pelos bens materiais que traziam e ajudavam a compor a economia doméstica.

Outra condição aparecia como fundamental para que pudessem se dedicar “*ao trabalho*” do Núcleo. Esta condição era o ‘não-trabalho’⁹⁴ (no sentido de não trabalhar “*fora de casa*”). Para tanto, era preciso que os parceiros destas mulheres estivessem empregados ou que elas possuíssem outra forma de renda. No período em que Marina “*trabalhou fora*” se queixava de que o “*núcleo fica muito largado*”, e, nos momentos em que Carlos conseguia novamente emprego, junto com o cuidado com a casa e com os filhos, “*cuidar do Núcleo*” também era um argumento utilizado. Assim, o emprego costumava ser incompatível com as atividades do Núcleo. No caso de Elza, não importava

⁹⁴ Na abertura do capítulo, ao descrever um trecho da reunião das coordenadoras, também aponto para a possibilidade do estudo aparecer como empecilho para a dedicação ao Núcleo. Contudo, embora o tom intenso e proibitivo de Marina naquela ocasião, algumas das coordenadoras estudavam no período da noite, inclusive Irene que era uma das mais engajadas nas atividades do Núcleo.

tanto a situação de trabalho de seu marido, porque ela recebia um benefício assistencial de transferência de renda que lhe fornecia recursos sem estar “*trabalhando fora*”.

As atividades domésticas e familiares e as tarefas do Núcleo apareciam imbricadas. Por exemplo, Diná se propôs a entregar os ofícios de pedidos de doação de alimentos no centro da cidade no dia em que tinha consulta médica de sua filha naquele espaço. Ou ainda, por vezes as reuniões se tornavam muito longas para a roupa que esperava ser lavada no *tanquinho* de casa e alguém saia mais cedo. Em outras situações era a “própria vida” que servia de referência ao momento vivido na coordenação do Programa. Quando havia alguma discussão entre elas, Irene lembrava que tinha aprendido a conviver com “*problemas entre pessoas*” porque, desde pequena, tinha vivido em espaços coletivos, como abrigos infantis e albergues. Neste mesmo sentido, quando conversava com Geneci, em março de 2006, sobre o andamento dos trabalhos do Núcleo, ela me contou:

A Marina vai mandar o guri dela também pro interior. A filha mais velha dela, de quinze anos, ela teve um filho, parece que estava grávida antes de se juntar com o pai da criança. O guri só não foi porque a Marina ainda está sem dinheiro para mandar. A Graziela está sempre com aquele guri dela pra cima e pra baixo. Ele já está com três anos e ela queria, olha só, levar ele junto lá pro Porto Seco, onde fomos arrecadar alimentos no carnaval. Meu marido mesmo falou pra ela ‘tu não vê a Geneci, ela tem os filhos e mesmo assim faz as coisas’ (...) A Diná, depois que ela saiu daqui ela só teve problema. Aqui tu ia na casa dela e o marido dela colocava tudo dentro da casa. Lá só dá confusão. Ele bebe, né? (Geneci, 26 anos, 03 filhos, casada).

Geneci me contava estas notícias como resposta a uma pergunta sobre o Núcleo Monte Verde. Falando sobre as dificuldades que cada uma das coordenadoras passava, situações em geral ligadas à família, acenava para o fato de que as coisas em geral estavam difíceis, assim como o “*trabalho*” do Fome Zero. Estas características, que associavam o envolvimento com o programa governamental diretamente às suas vidas, apontam para os sentidos diferenciados de envolvimento com estes programas e para os variados modos de viver o político⁹⁵ (Goldman e Sant’Anna, 1999).

⁹⁵ Segundo os autores: “O reconhecimento de que existem diferentes modos de se pensar e viver o político e de que estas concepções informam de modo específico a prática e as demais representações dos agentes nos parece um passo preliminar para a renovação dos estudos a respeito deste campo, afastando-nos dos fantasmas da ‘irracionalidade’, sempre invocados ou exorcizados quando não compreendemos bem aquilo que pretendemos falar” (Goldman e Sant’Anna, 1999, p.139).

3.2 DISTINÇÃO E CONFLITOS

Como apontei em outro momento, as coordenadoras, até ingressarem no Núcleo do Fome Zero, nunca tinham participado de um grupo organizado de uma política pública e não eram filiadas a partidos políticos, mas freqüentavam as reuniões do Orçamento Participativo e de programas de transferência de renda. A entrada destas mulheres com o Núcleo Monte Verde era precedida, antes de tudo, por um envolvimento nas atividades de igrejas ou de alguma manifestação geral e esporádica do bairro. Desta forma, quando pensamos sobre a organização e coordenação do Núcleo Monte Verde, falamos de trajetórias (das coordenadoras) que nem sempre, ou muito pouco, remetiam ao campo da política institucional, mas antes a conhecimentos múltiplos (Velho, 2001).

Acompanhando as atividades e “*trabalhos*” do Núcleo Monte Verde, pude perceber que o grupo das coordenadoras não se constituía como um grupo homogêneo⁹⁶. Ao examinar as relações entre as coordenadoras, destas com as pessoas atendidas pelo Núcleo Monte Verde e com outras entidades daquele espaço – como as associações de moradores – se colocaram formas de distinção e poder em cada um destes níveis de relação (Wolf, 2003)⁹⁷. Nestas relações havia uma fluidez das alianças entre estes grupos, tanto nas situações de solidariedade e apoio, quanto nas de acusações. Embora em princípio, essa fluidez me parecesse um tanto caótica, com o tempo fui percebendo que as distinções tinham alguns critérios, como a questão do “*trabalho*” e as diferenças ‘econômicas’ entre as famílias em questão.

⁹⁶ Também fui provocada pela literatura de gênero e estudos feministas, que buscam mostrar também as desigualdades entre os grupos de mulheres – e homens. Lembro, especificamente do trabalho de Vale de Almeida, onde o autor propõe a distinção entre masculinidades hegemônicas e masculinidades subalternas (Vale de Almeida, 1996).

⁹⁷ Eric Wolf, ao articular a esfera micro com uma esfera macro, propõe uma tipologia do poder que o divide em quatro tipos: o poder pessoal (potencialidades), o interpessoal, o tático ou organizacional (controla os cenários onde estão as pessoas) e o estrutural (organiza os cenários e “fluxos de energia”) (Wolf, 2003, p. 326-327).

3.2.1 As relações entre as coordenadoras

No capítulo anterior aparece a cisão entre dois diferentes grupos de mulheres, a partir do momento no qual a “*coordenação da coordenação*” ficou sob encargo de Marina. Tal cisão, contudo, não significou que as “*ex-coordenadoras*” (como eram chamadas as mulheres aliadas de Maristela) não mais frequentassem as reuniões da coordenação (ainda que de maneira mais esporádica), assim como, participassem de outras atividades do Núcleo, como a horta. A cisão entre as aliadas de Marina e as de Maristela não significava que estes dois grupos fossem estáveis. As alianças eram rapidamente desfeitas e refeitas, dependendo do momento e da questão tratada. Evans-Pritchard (1999), a fim de entender as possibilidades de aliança entre os Nuer, cunhou o termo “segmentaridade”, afirmando que

Que os valores políticos são relativos e que o sistema político é um equilíbrio entre tendências opostas para a separação e a fusão, entre a tendência de todos os grupos a se segmentarem e a tendência de todos os grupos a se combinarem com segmentos da mesma ordem (Evans-Pritchard, 1999, p. 159).

Embora entre as coordenadoras do Núcleo Monte Verde as associações e segmentações fossem diversas, operavam alguns critérios. Um destes critérios era a diferença de rendimento econômico entre as coordenadoras. Neste sentido, uma diferença importante nas falas das mulheres se estabelecia entre aquelas que tinham maridos trabalhando e as que não o tinham e dependiam mais dos recursos alcançados por intermédio do Núcleo do Fome Zero. Este critério ficava evidente quando apontado em relação às mulheres (coordenadoras ou não) que trabalhavam na horta comunitária. Certa vez, Geneci ouviu de Ida, uma mulher de 40 anos que trabalhava na horta: “*Chega agora, né? Só na hora da reunião, vir trabalhar na horta não aparece*” - a resposta veio de maneira instantânea: “*Não trabalho na horta porque não preciso, graças a Deus, meu marido tem emprego*”.

Dona Inês, descansando sobre a sombra das árvores num intervalo de cultivo na horta, conversava comigo e comentava sobre seus problemas de saúde. Completando a frase queixosa, afirmava: “*Mas a gente precisa trabalhar, né. A gente trabalha porque precisa*” (Dona Inês, 50 anos, integrante da horta). Dona Inês demonstrava que, da posição que falava naquele momento, não poderia negar um trabalho – deixando claro um sentido diferenciado em relação ao “*trabalho*” que exerciam as coordenadoras. Tanto nesta

constatação de Dona Inês, quanto na diferença entre Ida e Geneci, o “*trabalho*” de quem coordena é diferente do trabalho na horta, este exercido porque se “*precisa*”.

As diferenças entre as mulheres ainda apareciam nos argumentos relativos à presença, ou não, dos filhos pequenos, e também nos discursos sobre saber/ou não saber ler e escrever. Mas, pude perceber que estas características não eram absolutas, eram manejadas, de acordo com as intenções de quem as enunciava: assim, quando Sônia era convocada pelas outras mulheres para freqüentar as reuniões na prefeitura – coisa que ela não fazia a mínima questão de fazer – ela utilizava o fato de não saber ler e escrever como uma justificativa para não ir. Elza, como vimos, embora não soubesse ler e escrever, costumava ser uma das coordenadoras que mais participava das reuniões na prefeitura. Neste caso, não saber ler e escrever se tornava secundário diante do passe-livre que possuía no sistema de transporte coletivo da cidade.

Normalmente as discussões entre as coordenadoras aconteciam em torno do acesso a pequenas coisas, como a ida a um coquetel de inauguração de uma cozinha comunitária, ou mesmo o recebimento uma agenda da Prefeitura. Durante uma “*reunião de sexta*” as coordenadoras discutiam sobre um convite que o Núcleo tinha recebido para um evento. Neste sentido, todas reclamavam com Marina, que, segundo elas, não as tinha avisado sobre o mesmo. Marina justificava:

Marina: "Por que não tinha convite, nem passagem, e que nem sequer era uma festa, era só um coquetel no final".

Elza: "Mas não to falando por causa da comida não. Não ia lá pra comer. Mas igual todas precisam ficar sabendo, é pela união, não é pela comida."

Sônia: "Nós estamos engasgadas. Por que não avisou, mora na nossa rua. Vê a gente 24 horas por dia".

Lucia: "A gente é da coordenação e fica sabendo pela boca dos outros".

Maristela "Tu tem que mudar, pega uma caneta, escreve e manda avisar".

Marina: "Era só um coquetel, eu não sabia de quase nada do que ia ser, não me falaram nada, só que era pra ir".

Sônia: "Nós também coordenamos".

(Elas gritavam, batiam palmas, riam, várias vezes parecia que falavam só pra provocar uma reação, como se realmente estivessem fazendo pra se divertir).

Vilma: "Será que nós somos um grupo?"

Maristela: "Está difícil esse grupo se unir". (Extrato do diário de campo 01, 14/12/2004).

Este trecho nos permite perceber que todas as coordenadoras presentes na reunião se colocavam contra a atitude de Marina de não avisar sobre o evento de inauguração de uma cozinha comunitária. Ao repetirem que “*não era pela comida*” as coordenadoras

estavam usando, sugiro, tal afirmação como um critério de distinção entre elas. Quando queriam agregar características negativas à alguma delas, costumavam acusar de que a *fulana* se “*importa mais com a comida do que com o “trabalho”*”, que “*na hora de vir para o repasse sempre está disponível, mas não para as reuniões*”.

Nesta discussão ainda indicavam que circular por estes outros espaços, estar em contato com outras pessoas era algo valorizado (Velho, 1994; Velho e Kuschnir, 2001). De fato, serem convidadas para eventos fora do Loteamento Monte Verde era um sinal positivo que contava ao seu favor e reforçava sua condição de ocupar um lugar de coordenadora, afinal – ainda que em alguns momentos afirmassem as distinções, “*todas eram coordenadoras*”. A igualdade entre elas estava refletida neste nome/cargo idêntico, que lhes fornecia a posição de coordenadoras. Algo reforçado no lugar ocupado por Marina, que não era de uma presidente da coordenação, mas, no máximo de uma “*coordenadora da coordenação*”.

Difícilmente estas brigas colocavam um rompimento entre elas – inclusive, por exemplo, embora às críticas freqüentes à Marina, quando esta pediu para sair do cargo de coordenadora da horta, nenhuma das outras mulheres aceitou ocupar aquela posição. Embora não colocassem o rompimento como objetivo, estavam afirmando uma hierarquia e a necessidade de distinção entre as coordenadoras (Simmel, 1983). Sugiro que esta distinção hierárquica existia, mas apontava também para fora do grupo de coordenadoras. Neste sentido, também queriam dizer que, enquanto coordenadoras, não podiam receber o mesmo tratamento das pessoas atendidas pelo Núcleo. Como aponta Geertz, as distinções pretendem “oferecer um comentário metassocial sobre todo o tema de distribuir seres humanos em categorias hierárquicas fixas e depois organizar a maior parte da existência coletiva em torno dessa distribuição” (Geertz, 1989, p. 209).

A frase de Lucia: “*A gente é da coordenação e fica sabendo pela boca dos outros*” - na discussão apresentada acima, se conecta a uma reclamação de Sônia sobre um repasse de alimentos no qual teve que enfrentar a fila para poder retirar sua cesta básica. Sônia afirmou sobre aquele repasse: “*Foi humilhação, a gente ali na fila esperando pra entrar como alguém da comunidade, foi humilhação*” (Sônia). Falavam, portanto, não apenas das diferenças entre elas, mas da hierarquia que havia entre elas e os moradores do Loteamento atendidos pelo Núcleo Monte Verde. Afinal, elas não “*vinham pela comida*”, mas a recebiam porque eram coordenadoras do Núcleo.

3. A relação das coordenadoras com as pessoas atendidas pelo Núcleo

Como as coordenadoras do Núcleo Monte Verde me disseram, quando os “trabalhos” do Núcleo começaram, foram visitadas as casas dos moradores do Loteamento, para que fosse constituída a lista de pessoas que seriam incluídas nas atividades, em especial no repasse das cestas básicas. Naquele momento foram escolhidas 150 famílias. Contudo, este público atendido pelo Núcleo, chamado pelas coordenadoras de “comunidade”, se alterava constantemente, tanto porque os “trabalhos” do Núcleo eram instáveis, quanto pela qualidade maleável da lista de distribuição do repasse.

As coordenadoras eram questionadas pela “comunidade” no espaço das plenárias, mas também, por residirem no Loteamento, conversavam pelas ruas e eram procuradas em suas casas. Nestes encontros o Núcleo era acionado para diferentes utilidades. Por exemplo, num dia em que eu e Marina estávamos na Capela, ela foi procurada por uma mulher da “comunidade” que perguntou se o Núcleo podia emprestar um carrinho de mão da horta (dentro as ferramentas da horta havia dois carrinhos de mão). O motivo era uma pequena reforma que ela fazia em sua casa. Em contrapartida, deixaria com Marina dois passes de ônibus, para que fossem usados para ir à reunião da Prefeitura.

Contudo, embora houvesse estas trocas e empréstimos com a “comunidade” atendida pelo Núcleo, na grande maioria dos casos, a relação entre as coordenadoras e “a comunidade” era marcada pelo tema dos atrasos e o não-envio dos alimentos do repasse. Geneci e eu estávamos conversando sentadas na entrada de sua casa, quando uma senhora que aparentava ter em torno dos 60 anos, chamou seu nome no portão. A senhora perguntou se o “rancho” já tinha chegado, ouvi Geneci responder: “*Ainda não sabemos de nada. A gente ligou lá na Prefeitura ontem, eles disseram que deve vir na semana que vem, mas por enquanto não veio nada ainda. Quando vier a gente manda avisar, mas por enquanto eles não disseram nada ainda*” (Geneci). Nota-se que a Prefeitura - “eles” - aparece como “o outro” do Núcleo e da “comunidade” na frase de Geneci. Este “outro” sobre o qual elas, coordenadoras, não tinham controle.

Todavia, este “outro” não parecia tão evidente para as pessoas atendidas pelo Núcleo. As cobranças feitas por estas pessoas não eram remetidas ao poder municipal, mas às coordenadoras. Marina contava “*Toda reunião tem alguém cochichando, alguém*

falando mal, cuidando tudo o que a gente faz. Não dá pra falar nada assim, no ouvido da Geneci que eles estão achando que têm alguma coisa.” (Marina). Normalmente a equação era simples: se as cestas básicas vinham em número menor, se acusava as coordenadoras de terem levado alimentos a mais para casa.

A relação com a “*comunidade*” estava baseada no compartilhar das características e condições de vida. Numa das situações de repasse de alimentos que presenciei, vi o pedido de uma moça, para que fosse dada uma cesta básica para Maristela. Maristela, naquela época, não freqüentava o Núcleo há meses e não estava na lista do repasse feita pelas coordenadoras. Da mesma forma como muitas pessoas procuram as coordenadoras em dia de repasse sem ter seu nome na lista, a moça encarregada do pedido argumentava que Maristela estava “*passando fome*”, assim como “*as três crianças pequenas*” que ela tinha em sua casa.

Costumeiramente, nos momentos de pedidos, estes eram os argumentos mais utilizados: estar “*passando fome*” e a fome das crianças, além de estar doente, ter perdido o emprego, ter sido abandonado pelos familiares. A enunciação destes argumentos tinha quase que a obrigatoriedade do alcance de seu intento – afinal (tendo as cestas básicas sob sua gestão), se esperava que as coordenadoras fossem generosas. Nesse sentido os membros da “*comunidade*” buscavam ressaltar as características comuns de vida deles e das coordenadoras. Sendo integrantes daquele espaço e daquele grupo, elas (as coordenadoras) sabiam e conheciam as dificuldades pelas quais aquelas pessoas estavam passando e por momentos diversos compartilharam e compartilhavam aquelas situações. Dentro dos limites de controle e vigilância conhecidos e possíveis de serem alcançados pelos moradores do Loteamento Monte Verde estava o lugar ocupado pelas coordenadoras e pelos líderes locais. Neste sentido sensibilizavam as coordenadoras para as características compartilhadas, naquele momento ou em outros, por elas e pela “*comunidade*”.

As coordenadoras, por sua vez, se aproximavam da “*comunidade*” quando estabeleciam o poder público como “*eles*”, mas reforçavam ao mesmo tempo sua posição de coordenadoras. Assim, ao tratarem dos assuntos relativos ao Núcleo do Fome Zero, as coordenadoras elaboraram uma explicação diversa desta que preconiza a igualdade grupal. A fim de explicar estas constantes – as acusações, os conflitos - as interlocutoras de pesquisa afirmavam que “*Trabalhar com o povo*⁹⁸ é um problema sabe...” (Marina). Ou

⁹⁸ Goldman e Sant’Anna, ao pensar as pesquisas sobre voto no Brasil, mostram como é recorrente o uso da categoria ‘povo’ com o intuito de ser agregadora de características negativas (Goldman e Sant’Anna, 1999).

ainda, como apontava Vilma: *“Tem que ser assim, bem durona. Pra lidar com povo da vila tem que ser assim”*. Provocando uma distinção entre elas e os outros moradores da comunidade, era na natureza do *“povo”* que se encontravam as dificuldades, e não na dinâmica das relações.

Além de ser recorrente no Núcleo, as acusações⁹⁹ e ameaças apareciam nas falas dos outros coordenadores de núcleos espalhados pela cidade de Porto Alegre, como ficava evidente nas plenárias do Comitê Gestor. O estopim das acusações de corrupção, segundo estas falas, era a falta dos alimentos do repasse – e o enfoque do poder público era na necessidade de iniciativas de geração de renda para o recebimento das cestas básicas. Tal enfoque era associado, pelos coordenadores dos núcleos, à mudança PT – PSS na prefeitura Municipal (ver próximo capítulo).

A relação com a prefeitura também colocava em evidência diferentes sensibilidades. No primeiro semestre de 2005, pretendia acompanhar uma plenária do Núcleo Monte Verde com as pessoas da *“comunidade”* do Loteamento. Aquela plenária era bastante esperada pelas coordenadoras, porque viriam representantes do poder público e da Coordenação Executiva do Programa, segundo elas, para explicar algumas irregularidades na organização do Programa em nível municipal e especialmente vinham para ver *“como os cursos de artesanato estão funcionando”*. Ainda que tivessem se comprometido, naquele dia os membros do poder público não foram ao local. As expressões das coordenadoras, assim que Lucia chegou com a notícia, que acabara de receber em um telefonema da prefeitura, foram de cansaço *“Eu não agüento mais, eu tô cansada. Eles mandam arrumar tudo, porque querem ver, aí fazem isso, Não vêm de novo. Eu não acredito”*. Marina foi explicar para algumas mulheres que *“eles”* não viriam: *“Eles não vêm de novo, vamos colocar nariz de palhaço. Vamos todas de nariz de palhaço lá pra prefeitura...”*.

Embora não pudessem estar presentes, por telefone os visitantes tinham dito estar interessados nos cursos de artesanato e queriam que as coordenadoras tirassem fotos do que estava sendo feito nas aulas e enviassem para a prefeitura. As coordenadoras estavam preocupadas, porque não sabiam onde conseguir a máquina fotográfica, visto que nenhuma

⁹⁹ Embora a recorrência, o discurso freqüente das acusações de corrupção não parecia ter a necessidade de ser comprovado. Não negando, e menos ainda interessando-me por julgar a parcela de verdade de tais acusações, me chamava a atenção o uso recorrente e a ausência da necessidade de qualquer prova sobre esta corrupção.

delas possuía, nem tinham dinheiro para comprar um filme fotográfico ou para a revelação das fotos.

Tanto esta situação, como em outros momentos - como no pedido dos ofícios e a ausência de computadores para escrevê-los, ou mesmo do conhecimento para o manejo dos mesmos; no fato de não possuir os contatos e números de telefone; na ausência do material para conseguir manter os cursos de artesanato - havia certo desconhecimento destes *meios* de acessar estes recursos, havia um desencontro entre os recursos possíveis de serem acessados. Esta insipiência ainda apontava para um encontro de diferentes sensibilidades (Geertz, 1998)¹⁰⁰, para a leitura diferenciada das situações vividas pelas diferentes instâncias envolvidas na efetivação de um Programa de governo, que resultava em a reafirmação de um “*nós*” e “*eles*”, entre “*comunidade*” local e prefeitura municipal.

Até este momento, os apontamentos aqui trazidos enfocavam o cotidiano da coordenação do Núcleo Monte Verde e quiseram sinalizar para a vivência de uma política que nasceu no cenário nacional, ganhou características de uma administração política municipal, mas se deu, efetivamente, localizada. Assim, inicialmente procurei trazer elementos sobre a trajetória das coordenadoras que estas associavam à sua participação do Programa Fome Zero. Num segundo momento, associei a criação do Núcleo Monte Verde à criação daquele espaço da cidade, o Loteamento. Este terceiro momento, por sua vez, tratava-se de, ao descrever os “*trabalhos*” do Núcleo, notar que eles não aconteciam ‘no vácuo’, de maneira distante das atividades já existentes no cotidiano das pessoas que se envolviam e coordenavam estes “*trabalhos*”. De maneira semelhante, não aconteciam separados das condições de segregação urbana, das dificuldades de transporte, da agonia diante das possibilidades da fome, dos recursos financeiros escassos, que agiam sob as atividades do Núcleo, representando, por vezes, seu fim.

Deste cenário de raras iniciativas do poder público municipal, passamos para o momento no qual a relação da prefeitura com os núcleos sofre mudanças, com a criação da Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional (COSANS), a partir de agosto de 2005¹⁰¹.

¹⁰⁰ Uso a idéia de um encontro de diferentes sensibilidades a partir de Geertz (1998), onde o autor analisa a idéia das diferentes sensibilidades jurídicas presentes nos grupos culturais.

¹⁰¹ “... a Prefeitura de Porto Alegre, através de uma ação conjunta entre órgãos municipais (SMGL, SMED, SMS, SMAN, SMIC, DMLU, DMAE), sob articulação e execução da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), implantou a Coordenação Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (COSANS), que tem como meta a criação do Sistema, da Política e do Conselho Municipal de Segurança

Segundo minha percepção em campo, a COSANS seria o ponto de diálogo de todas as iniciativas no município, que tivessem relação com a área da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, dentre elas o Programa Fome Zero. Neste novo tratamento, destaco que o coordenador da COSANS, Carlos Antônio da Silva, passou a acompanhar as plenárias do Comitê Gestor do Programa e também a contratação de nutricionistas. Esta contratação aconteceu durante os anos de 2006 e 2007, por intermédio de um projeto financiado pela UNESCO, para que atuassem junto aos núcleos que recebessem cozinhas comunitárias. Como estas mudanças foram significadas pelas coordenadoras do Núcleo Monte Verde e por outros coordenadores de núcleos da cidade, procuro delinear no próximo capítulo.

Alimentar. A COSANS desenvolve suas atividades em consonância com as Metas do Milênio (ONU) que visam ao desenvolvimento da comunidade, à erradicação da fome, à redução da mortalidade infantil, promovendo a inclusão social e o resgate da cidadania. A COSANS tem a responsabilidade de garantir a efetiva articulação político-institucional com o Programa Fome Zero/POA na implantação das cozinhas e manutenção das hortas comunitárias, em parceria com a sociedade civil” (Segundo site da Prefeitura Municipal, disponível em 22 de janeiro de 2008).

Capítulo 4

A “AJUDA” E A “POLÍTICA”

Profissionais, Estado e ‘sociedade civil’

Onze de abril de 2007, fazia mais de uma semana que eu não ia para o Loteamento. Chegando fui diretamente à casa de Marina, pois sabia que, neste período, seria raro encontrá-la na Capela. Pergunto se ela não tinha ido mais “lá em cima”. Diz-me que não, mas que, às vezes, encontrava o Padre e eles conversavam sobre a horta e o Núcleo. Marina se corrige: “Do Núcleo, bem dizer, não sei né, porque pode ter alguma coisa lá em cima, mas Núcleo não tem mais não. Por que eu quero ver eles reunirem 100, 150 pessoas da comunidade como a gente fazia”.

Conversamos sobre a “diminuição da participação da comunidade”. Marina afirma: “Isso é verdade, nós éramos mais de 13 coordenadoras. Agora lá em cima tu vais e tu não vês ninguém trabalhando em nada, as pessoas nem tão lá...”. Pergunto se ela considerava que tinha saído do núcleo: “Eu sim, né Martina. É ruim, quando tu achas que as coisas vão dar certo, que chega uma cozinha, que chegam as máquinas de costura. Eu pensei que janeiro desse ano fosse o mês da revolução. Que tudo ia começar a funcionar. Mas não foi nada disso”.

Eu: “Mas, então tu não pretendes ir lá em cima?”

Marina: “Eu não. Elas que se incomodem com essa situação que elas criaram. Elas é que vão ter que explicar porque não tem nada lá em cima. É ruim sair, né. Mas nada lá em cima está mais como a gente queria”.

Digo que encontrei o marido de Oneida e ele comentou comigo que ela estava interessada em voltar a trabalhar em aulas de artesanato para a “comunidade” do Núcleo. Então Marina me conta que elas se encontraram: “É, mas conversei com a Oneida esses dias e acho que ela não está mais querendo. Lá em cima têm todas essas confusões por causa do CNPJ da Igreja. Não pode fazer nada, porque o CNPJ é da igreja e precisa cuidar. Esses dias nós conversamos e pensamos em fazer um grupo novo. Uma outra coisa, um Clube de Mães. Eu até falei pra Oneida, precisamos falar com a Martina, porque ela deve entender como faz estas coisas de CNPJ e tudo mais”. Lembramos que quem deveria saber sobre estes trâmites era o Adair, que tinha sido voluntário no Núcleo. Marina sugere que eu ligue pro ele e veja sobre a possibilidade de encontrá-las no Loteamento, para explicar como funcionava um Clube de Mães.

Conversamos sobre experiências de cooperativas que faziam comida congelada pra festas e eventos e também das mulheres do Morro da Cruz, que realizavam confecção de roupas e assessórios. Falando sobre a possibilidade de renda provinda destas atividades, Marina afirmou: “Mas não é só o dinheiro pra gente, também é pra poder ajudar as pessoas. Sabe como é, têm umas mães por aí que precisam de ajuda”. Existia, para Marina, certa ausência de iniciativas de geração de renda no Loteamento e muitas disputas entre os grupos e associações locais. (Extrato do diário de campo 42, 11/04/2007).

Em fevereiro de 2007 retornei para o Loteamento Monte Verde, para a segunda etapa da pesquisa de campo, que transcorreu durante o primeiro semestre daquele ano. Foi um momento de mudanças no Núcleo do Fome Zero local que culminam no momento da saída das coordenadoras – como a situação que compartilhei com Marina descrita acima. Sendo vivido através de “atores concretos”, tanto o “sistema político formal”, como a própria idéia de “política”, estão sujeitos a leituras variadas (Goldman e Sant’Anna, 1999).

Durante o capítulo fica evidente a minha dificuldade e também do grupo estudado, em definir categorias (e grupos) como ‘governo’, ‘estado’, ‘sociedade civil’, ‘profissionais’. A tarefa se mostrava complicada porque havia circulação das pessoas nestas posições – ora se definindo, por exemplo, por sua filiação partidária, ora por seu pertencimento profissional. Assim, o uso dos conceitos parecia baseado nas possibilidades dadas em determinadas situações, sendo que eram as situações que diziam sobre os critérios válidos. Busco mostrar como estas possibilidades aconteceram na leitura do Programa Fome Zero neste período – configuração que faz com que as coordenadoras anunciem sua saída do Núcleo Monte Verde. Pensando sobre a relação entre poder público e os coordenadores dos núcleos do Fome Zero, proponho levar a sério a provocação de Goldman (2003) em pensar uma “teoria política” a partir do entendimento dos sujeitos sobre a “política”. Tal movimento me permitiu sugerir que a categoria de “*política*” para os coordenadores se dava paralelamente à de “*ajuda*”.

4.1 UM NOVO MOMENTO: A SEGUNDA ETAPA DA PESQUISA

Chegando ao Loteamento¹⁰² pude ver que algumas mudanças importantes tinham acontecido no período da minha ausência no campo e refletiam tanto mudanças nas vidas das coordenadoras, quanto na Igreja Católica local, além de mudanças no tratamento fornecido aos núcleos pela prefeitura municipal. As coordenadoras não estavam mais presentes nas reuniões na Capela (embora ainda se considerassem coordenadoras e por isso opto aqui por continuar as chamando assim), alteraram os obreiros da Igreja Católica que estavam lotados na Paróquia local, “*novas coordenadoras*” estavam presentes e havia a presença de profissionais técnicos da prefeitura municipal - em especial de nutricionistas (vinculados à Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional), visto que o Núcleo Monte Verde tinha recebido uma das cozinhas comunitárias enviadas pelo Governo Federal.

As coordenadoras do Núcleo, naquele momento, ao serem perguntadas por mim sobre as mudanças, ressaltaram a brevidade das mesmas e demonstravam ressentimento com relação a estas novidades:

Eles não tiveram respeito. Eles não tiveram respeito pela coordenação. Simplesmente chegou, atropelou e fez o que quis. Isso é geral, porque as pessoas perguntam o que houve... Nós estamos assim sem entender (...) chegou ocupando espaço, ignorando as pessoas (Marina).

Marina, nesta fala, demonstrou aquilo que estava sendo sentido também pelas outras coordenadoras. Elas foram chamadas por pessoas do poder público para algumas reuniões no espaço da Capela, onde foram apresentadas aos profissionais enviados para o “*trabalho*”. Nesses momentos sentiam, como apontaram nas conversas, que estavam sendo incluídas em um “*projeto pronto*” provindo do poder público municipal. Sendo atingidas por estas mudanças provenientes do ambiente externo, havia outra esfera do “*projeto pronto*”, aquela de não saber como explicar as mudanças para a “*comunidade*” local.

Só sei dizer que é o povo que se deu mal de novo. Por que a gente trabalhou, trabalhou pra trazer as coisas pra cá e agora dizem que não é da gente. Pobre só é usado mesmo para os ricos se darem bem. Aí vêm as pessoas da prefeitura, que não entendem nada daqui, que não conhecem e dizem como as coisas devem funcionar (...) Sempre são os pobres que são enganados (Irene).

¹⁰² No período de março de 2006 - quando me desloquei para as aulas de mestrado - até fevereiro do ano seguinte (período de quase um ano), mantive contato pessoal com as coordenadoras em raros momentos, sendo que, na maioria das vezes, conversávamos por intermédio de ligações telefônicas.

Irene foi a coordenadora que mais sentiu a convivência com as pessoas novas, pois continuava freqüentando religiosamente o Núcleo. As coordenadoras acreditavam que perdiam aquilo para o qual tinham se dedicado por todo aquele tempo. Sobre estas mudanças, gostaria aqui de me deter em três aspectos das mesmas: a profissionalização e ênfase nos procedimentos formais; as ‘novas coordenadoras’; e as reações das coordenadoras diante deste cenário.

4.1.1 Profissionais

Quando me refiro à profissionalização, estou apontando à circulação, naquele local, de profissionais nutricionistas (enviados por causa da instalação da cozinha comunitária) e de profissionais ligados ao trabalho na horta comunitária¹⁰³. Falo da participação destes em especial a partir das opiniões explicitadas pelas coordenadoras e por alguns momentos de convívio. Inicialmente, havia na fala destes profissionais uma ênfase no que seria um novo momento de trabalho, o início das atividades que se distanciariam do “*mero repasse das cestas básicas*”. Opunham-se a esfera da “*cidadania e dos direitos*” àquela do “*assistencialismo*”, em frases como “*o tempo do assistencialismo terminou*”. E, assim, colocava-se a forma de participação no Núcleo, no período do PT, sob suspeita.

Ao mesmo tempo, outra recorrência deste novo empenho do poder público, através dos profissionais técnicos, era a ênfase na instalação de um serviço que não teria “*características partidárias*”, visto que eram contratados a partir de um financiamento da UNESCO. Pierre Bourdieu (1998) atenta que a busca de uma autonomia do campo político leva a um processo de profissionalização do mesmo. Este processo permitiria falar a partir da competência de um profissional, e assim em nome de um saber, em nome da cientificidade e não do interesse de uma classe (Bourdieu, 1998). Neste sentido, segundo uma profissional

¹⁰³ Em abril de 2007 havia cinco nutricionistas contratados e, segundo indicavam, havia previsão de que este número chegasse a oito pessoas. Segundo a fala de uma destas nutricionistas na II Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, os objetivos de sua função envolviam: fornecer alimentação, formar lideranças locais, organizar recursos permanentes, formar redes locais, conhecer o estado nutricional dos participantes dos núcleos, realizar oficinas de educação nutricional e incentivar as hortas comunitárias (de acordo com a apresentação intitulada “Hortas e cozinhas comunitárias do Programa Fome Zero de Porto Alegre”, realizada pela equipe de nutricionistas da COSANS, na II Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CMSANS), acontecida na sede da EMATER, em Porto Alegre, nos dias 28, 29 e 30 de março de 2007).

nutricionista que freqüentava o Núcleo, a presença dos técnicos nada tinha a ver com questões políticas, mas com a “*fome e a segurança alimentar*” das pessoas.

A partir da chegada destes profissionais, algumas mudanças foram realizadas nos “*trabalhos*” do Núcleo. Em relação às reuniões, se passou para um caráter de maior ‘formalidade’. Neste sentido, começaram a fazer atas e registros das falas das pessoas presentes. Sobre tal procedimento, Geneci me explicou: “*Aí todas as reuniões eles fazem assim: ela lê a ata de tudo o que foi dito na reunião anterior, aí tinha um monte de gente falando mal de mim e eu tinha que ficar quieta, escutando ela ler*” (Geneci). Da mesma forma, a nutricionista Maria Aparecida, tinha sugerido que fosse colocada, em um mural na cozinha, uma lista com o nome das pessoas que poderiam freqüentar as reuniões.

Mas, o maior problema em relação aos procedimentos ‘formais’ colocados, se deu no impasse relativo à lista de repasse dos alimentos. Como apontei anteriormente, a lista tinha certa maleabilidade, esta baseada em laços de pessoalidade e de conhecimento de situações pelas quais as pessoas passavam em determinados momentos e em pedidos classificados como ‘emergenciais’. Agora, contudo, a lista deveria seguir o foco previsto oficialmente pelo Programa em Porto Alegre, de forma que o cadastro seguiria a lista das crianças desnutridas e deveria ter por base as listagens médicas do Posto de Saúde.

Acredito que, os procedimentos ‘formais’, além de serem de fato mais comuns às novas presenças, também buscavam dar maior legitimidade ao trabalho do Núcleo, desacreditado pelo poder público e por outras lideranças do Loteamento, devido às constantes acusações de corrupção relativas ao “*levar alimento pra casa*”. Contudo, ainda assim, tais acusações não cessaram com a presença dos profissionais ou das ‘novas coordenadoras’ (que seja, não se tratava de uma burocracia tão legitimada).

4.1.2 “*Novas coordenadoras*”

O segundo aspecto que gostaria de destacar foi a chegada de Joaquina e Rose, as ‘novas coordenadoras’ do Núcleo. Neste sentido, apenas gostaria de apresentar algumas diferenças entre elas e as coordenadoras. Quando questionava estas últimas sobre a chegada e o envolvimento das “*novas coordenadoras*” com as atividades do Núcleo, eram unânimes em apontar que tinham “*chegado humildes*” e depois tinham “*crecido o olho*”. De fato, passaram

a ter mais autonomia quando as coordenadoras diminuíram a frequência à Capela, por causa do desentendimento com os profissionais presentes.

Alguns elementos diferenciavam as ‘novas coordenadoras’ das coordenadoras do Núcleo: inicialmente, eram moradoras do loteamento vizinho. Tal traço já as caracterizava com alguma negatividade, pois carregava um caráter de ‘invasão de território’. Além disso, estas duas mulheres tinham mais escolaridade que as coordenadoras. Joaquina tinha começado curso superior de pedagogia, embora não tivesse concluído tinha magistério e por isso tinha sido professora por algum tempo. Enquanto isso, Rose era formada em teologia, e bastante envolvida com a Igreja Católica, com os movimentos relativos à pastoral negra. Assim como seu marido, que costumava a acompanhar nas atividades do Núcleo. Tinham maior desenvoltura ao falar em público, maior afinidade com os documentos escritos e também uma bagagem de falas provenientes destes engajamentos militantes. Além disso, expressavam uma preocupação intensa com o uso do espaço da Igreja Católica e o CNPJ da mesma.

Tais características fizeram com que, pelos profissionais técnicos vindos da prefeitura, estas ‘novas coordenadoras’ se tornassem as principais interlocutoras do trabalho. Tal situação remete ao fato de a recepção destas ‘novas’ pessoas não ter sido exatamente ‘amigável’ por parte das coordenadoras.

4.1.3 A reação das coordenadoras

Embora possa parecer, o comportamento das coordenadoras não foi meramente passivo. Em resposta às novas presenças no espaço, foram às reuniões e discutiram agressivamente com estas pessoas. Mas, estas respostas não foram legítimas do ponto de vista dos novos atores. Tornou-se comum dizer que as coordenadoras “*vinham apenas para brigar com o poder público*” e em resposta, Marina argumentava: “*Fui só pra incomodar, porque aquela nutricionista, tu sabe, ela não pode comigo. O Padre não foi, mas eu disse tudo o que eu queria dizer pra ela (...) E ainda disse: viu Dona Joaquina, coloca isso aí também aí na ata*” (Marina).

Marina e outras coordenadoras enfrentaram a nova organização com debates em bom tom, o que levava, inclusive entre os obreiros da Igreja Católica, ao uso da expressão “*briga de mulher*”, caracterizando como agressivas as relações entre aquelas mulheres (Fonseca,

2004). Tanto para o Padre Natálio (novo obreiro da Paróquia), quanto para os profissionais que presenciaram estas situações, essas “*brigas de mulher*” tinham que terminar e que estavam associadas à ausência da presença masculina no grupo. Estes atores chamavam atenção para o caráter moralizador, não apenas das intervenções religiosas, mas também das estatais.

Neste cenário, Padre Natálio passou a ocupar a posição de um fiscalizador das denúncias de desvio de alimentos, indo nas casas e acompanhando pessoas para ter conhecimento das situações encontradas. A participação de Padre Natálio nos assuntos do Núcleo tinha se feito necessária por dois motivos: primeiro, porque o Núcleo não sendo uma instituição ou organização formal, não possuía CNPJ e por isso utilizava o da Igreja. E, em segundo lugar, a cozinha comunitária tinha sido instalada no local da antiga cozinha da Capela e com auxílio financeiro da mesma (uma parte dos recursos, a outra proveio do governo federal).

Nas disputas que aconteceram, entre as novas presenças e as coordenadoras, o argumento que mais foi utilizado - pelas últimas - foi o de que tinham um diferencial em relação à ‘nova coordenação’ e aos profissionais: possuíam o “saber local”, ligado à historicidade da presença delas naquele local (Geertz, 1998). Por exemplo, diante dos pedidos de listagens completas das pessoas que recebiam os repasses, e de seus endereços, as coordenadoras respondiam serem desnecessárias, afinal, sabiam onde as pessoas residiam, visto que conheciam cada uma delas. A base desta argumentação, como de outras aparentes nas discussões, era a de que para conhecer as dificuldades das vidas das pessoas atendidas, era preciso compartilhar daquele local e das condições de vida daquele espaço (coincidentalmente, era o argumento usado pela “*comunidade*” para sensibilizar as coordenadoras, como apontei no capítulo anterior). Assim, por trás de tais afirmações ainda havia outro enunciado: uma contraposição entre saber técnico e um “saber local”. Esta oposição também posicionava o debate em torno da competência profissional por um lado, e da condição social, por outro (Barreira, 2002) ¹⁰⁴.

Neste ínterim, o Padre Natálio “*trancou*” a cozinha comunitária – como se comentava no Loteamento. Entre as disputas entre as coordenadoras, as ‘novas coordenadoras’ e os profissionais, a cozinha foi, por alguns dias, mantida fechada pela Igreja Católica. Com a intenção de re-organizar aquele espaço, o Padre conversou com o Conselho da Igreja e passou a convidar pessoas conhecidas para trabalhar na cozinha comunitária.

¹⁰⁴ A autora destaca esta oposição nas campanhas eleitorais de Luis Inácio Lula da Silva à presidência da República, que colocavam a competência profissional como contraposição da condição de classe e assim do conhecimento vivido das condições de vida dos brasileiros (Barreira, 2002).

Nena, uma das mulheres convidadas pelo Padre, entrou em contato com Elza, que era sua amiga, para que a ajudasse “*lá em cima*”, mas era “*pra trabalhar e não pra fazer fofoca*” (ou seja, não era para ser como no período das coordenadoras).

Como sugere Wolf (2003), sobre a contínua relação entre esferas micro e macro, de maneira semelhante ao o que acontecia no Loteamento Monte Verde, temas como a profissionalização, a instalação das cozinhas comunitárias, a ausência de repasse nos levam também ao âmbito dos outros núcleos de Porto Alegre neste período. E, especialmente, a relação do Programa Fome Zero com o poder público municipal.

4.2 PODER PÚBLICO E “*LÍDERES SOCIAIS*”

Para pensar sobre o Programa Fome Zero na cidade de Porto Alegre, remeto ao grupo que se reunia nas plenárias do Comitê Gestor do Programa, que aconteciam semanal ou quinzenalmente, em algum espaço da prefeitura municipal. Este grupo era formado por coordenadores dos núcleos da cidade, seus representantes ou pessoas interessadas e voluntárias nestes espaços. Tratava-se de um grupo heterogêneo em termos de geração, gênero e escolaridade (havia presença de pessoas que não sabiam escrever, assim como de pessoas com terceiro grau completo, em cursos como medicina, psicologia, teologia e pedagogia). De maneira geral eram pessoas que possuíam militância e envolvimento também em outros movimentos, alguns religiosos e pastorais sociais, outros movimentos sociais como o Movimento dos Sem-Terra, conselhos relativos à moradia, criança e adolescente, direitos humanos.

As plenárias, registradas em ata, eram coordenadas pelo Comitê Gestor (representantes dos núcleos e do poder público, eleitos com mandato de dois anos), que sentava à frente no espaço em forma de auditório. Nestas ocasiões as pessoas presentes tinham liberdade de ler mensagens, comunicar acontecimentos dos seus núcleos e fazer perguntas sobre o Programa (e contar detalhes de suas vidas pessoais) (Comeford, 2001). Ainda tive a oportunidade de conhecer estes “*líderes sociais*”¹⁰⁵ a partir de sua participação nas Conferências Municipal e Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Nestas ocasiões, pude perceber que muitos já tinham participado de conferências nesta temática. A

¹⁰⁵ Utilizo este termo porque foi empregado por Isabel para qualificá-los, em uma plenária na sala 10 do Mercado Público, em 24/05/2007.

fim de demonstrar sua bagagem e conhecimento, costumavam exibiam, em suas falas, sua participação em outros movimentos e grupos e, por vezes, carregavam consigo certificados de cursos que tinham participado, como que legitimando sua posição.

Na gestão do PPS no governo municipal, como já apontei anteriormente, a relação entre os representantes do poder público e dos núcleos era bastante tensa. Segundo o Relatório do II Seminário do Programa Fome Zero de Porto Alegre, acontecido em dezembro de 2006, o Programa, com a mudança de gestão partidária “perdeu sua estrutura de trabalho, não possuindo, até o momento, sala ou local de referência, telefone disponível ou local fixo de encontro da coordenação. Esta estrutura existia anteriormente” (Relatório, 2006). A perda desta estrutura era uma denúncia dos coordenadores, assim como a perda das parcerias, a demora na instalação das cozinhas comunitárias e sua realização em locais onde não existam núcleos do Programa, além da ausência de apoio técnico/ profissional.

Em contraposição a estas denúncias e afirmações, a prefeitura - principalmente por intermédio de seus dois representantes no Comitê Gestor, apresentava os ganhos do novo governo: um orçamento para a temática da segurança alimentar e a criação do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SISVAN), institucionalizado e garantido por lei. Os membros do poder público defendiam uma “*política de Estado*”, permanente e contínua e não de governo, dizendo assim que não estavam circunscritos a discussões de cunho partidário¹⁰⁶.

Além disso, os “*líderes sociais*” coordenadores dos núcleos, em virtude das ameaças e situações violentas que sofriam por causa da ausência do repasse das cestas básicas nas suas localidades, passaram a solicitar uma ação específica neste sentido. Sendo vítimas de suspeitas, pediram aos membros do poder público que comparecessem a reuniões nestes espaços, a fim de explicar que, na cidade de Porto Alegre, não havia alimentos para o repasse das cestas básicas. Estes deveriam, portanto, atestar e esclarecer o porquê da falta de alimentos. Heloísa Paim (2007), observando uma destas reuniões em um conselho popular de um bairro de Porto Alegre, notou que a disputa se estabelecia em termos de “falta e fluxo”. Ou seja, na medida em que questionados sobre a “falta” dos alimentos, as explicações dadas pelos membros do poder público eram em termos de “fluxo” – fluxo dos mandatos políticos e

¹⁰⁶ De acordo com as falas dos representantes do poder público municipal na CMSANS e na CESANS, especificamente nas falas de César Busatto (SMGL) e Brizabel Rocha (FASC).

das parcerias aí estabelecidas. Além da participação de representantes do poder público nas reuniões nos bairros, os coordenadores também passaram a ter a imprensa como aliada, pois ela comprovava, por intermédio de jornais, a ausência de alimentos no Programa¹⁰⁷.

A relação entre os coordenadores dos núcleos do Fome Zero e os membros do poder público ficou evidente em alguns sentidos: quando pensamos as acusações de cunho partidário e as indefinições em torno da idéia de sociedade civil/ governo e nas relações entre profissionalização e envolvimento voluntário.

4.2.1 Partidos, sociedade civil e governo

Eric Wolf (2003) defende uma abordagem que tenha como foco a “... a rede de relações de grupos que conecta as localidades e instituições nacionais” (Wolf, 2003, p. 75). Nesta pesquisa tal articulação era feita de diferentes maneiras, que levavam a questionar a própria constituição delas enquanto locais específicos, aparecendo antes, enquanto possibilidades discursivas, “Assim, por meio dessa estratégia de investigação, as dicotomias entre políticas local e nacional parecem diluir-se nas conexões etnográficas” (Teixeira, 2005, p. 9).

Nas plenárias do Fome Zero e nas Conferências de Segurança Alimentar que pude participar em 2007, diversos foram os momentos de debates e discussões entre os representantes do poder público municipal e os “*líderes sociais*” que compunham o Comitê Gestor, onde figuravam fortemente as expressões em relação ao “*esquecimento*” da Prefeitura ao Programa. As freqüentes lembranças ao período da gestão petista acabaram colocando a discussão em termos de mandatos político-partidários:

Isso aqui está uma vergonha. É uma vergonha, não tem outra palavra pra definir. Nós atendíamos 93 famílias. Quando fizemos a última avaliação, 42 delas já tinham os filhos fora do risco nutricional. Olha só como estava funcionando (Ernesta, 70 anos, coordenadora de um núcleo da zona norte).

Isso aqui em 2003 e 2004, no PT, era ‘O’ programa, o programão. E olha pra isso aqui agora (Isabel, dois filhos, coordenadora de um núcleo, estudante de ciências sociais).

¹⁰⁷ Como por exemplo, as reportagens sobre a gestão do Programa publicadas pelo jornal “Diário Gaúcho”: “E a comida ainda não chegou” (01/06/2007) e “Vereadores avaliarão denúncias sobre gestão do Fome Zero” (23/05/2007).

Os “*líderes sociais*” do Programa Fome Zero ao destacarem os aspectos negativos da gestão do PPS passaram a ser associados diretamente ao PT. De fato, havia no grupo militantes do Partido e inclusive ex-candidatos do mesmo. Mas, pude perceber que isto não era unanimidade. Pude perceber que, mesmo partidários da gestão de Fogaça demonstravam uma mágoa em relação ao tratamento dado ao Programa pela gestão do PPS. Neste sentido, afirmavam que o prefeito José Fogaça não tinha mantido a promessa de preservar os programas do governo anterior que fossem considerados “*bons programas*”. Isabel, na ocasião lendo uma mensagem do Comitê Gestor que findava seu período na coordenação, chamou a relação do Comitê com a prefeitura de “*separação litigiosa*”.

Nesta perspectiva, tal leitura partidária não remetia apenas aos anos de governo petista na Prefeitura de Porto Alegre, mas, em determinadas situações, remetia à constituição do Fome Zero, ou seja, ao próprio governo federal. Partindo da constatação de que o poder público municipal não apoiava o Programa Fome Zero na cidade (Relatório, 2006), eram feitas referências diretas de vinculação ao governo federal:

Devemos respeito ao poder público sim, afinal o Prefeito foi votado. Mas às vezes, a gente dorme com o inimigo... Eu duvido que o Lula saiba o que está acontecendo aqui em Porto Alegre no Programa Fome Zero (Isabel).

Ao remeter ao presidente Lula, em especial ao fato dele (provavelmente) não aprovar a situação na qual o Programa se encontrava, Isabel parecia apontar para uma identidade entre o representante político e seus representados (Barreira, 2002, p. 179). Tendo a condição de classe como relação estabelecida entre os mesmos, Lula, na perspectiva de Isabel, entenderia a situação pela qual os “*líderes sociais*” estavam passando e não deixaria o Programa em segundo plano. Por sua vez, a associação em relação à condição de classe não aparecia com os membros do poder público de Porto Alegre. Não tendo esta identidade em comum, estes não compreenderiam as dificuldades nas coordenações dos núcleos. Situação que permitiria, como concluiu Isabel, um cenário onde se encontrava “*pobre lutando contra pobre*” (Isabel).

Por ocasião da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e também na Conferência Estadual, estiveram presentes representantes do poder público federal, pertencentes ao Ministério do Desenvolvimento Social na cidade de Porto Alegre. Nestas ocasiões, os coordenadores dos núcleos demonstraram seu interesse em se vincular diretamente às iniciativas do governo federal: “*A gente precisa aproveitar é a ligação orgânica com o Ministério, porque dentro do Fome Zero existem diversos programas. A*

gente tem esse vínculo orgânico” (Eduardo, cerca de 60 anos, médico, integrante de um núcleo do Programa).

Nestes momentos os coordenadores procuraram saber sobre a possibilidade de canais de comunicação e assessoria direta com o Ministério. Ainda perguntaram sobre a possibilidade do Comitê Gestor do Programa responder aos editais federais na área de segurança alimentar sem possuir parceria com a prefeitura, visto que acreditavam que estavam sendo “... *penalizados com a mudança de governo*” (Isabel). A resposta a estes pedidos foi negativa, afinal, o Programa se fazia sob a articulação das esferas municipais e estaduais com a federal.

Entre se relacionar com o poder público municipal ou com a esfera federal, a indefinição entre ser visto como um programa de governo ou como um programa da sociedade civil era constante. Enquanto membros do Comitê Gestor, os coordenadores dos núcleos eram representantes da ‘sociedade civil’. Assim se apresentavam nas conferências e nos momentos em que falavam sobre as iniciativas do Programa, dizendo: “*Estamos aqui como sociedade civil*”. Perguntado sobre este pertencimento, Eduardo, respondeu:

Formalmente somos do governo federal (...) O que para mim isso significa: eu tenho claro que estamos defendendo um Programa do governo federal. Tanto que o nosso slogan nas conferências foi ‘Alimento para quem tem fome. Geração de trabalho e renda’, também tem um chamamento da sociedade civil. Desde o Betinho. A nossa base é aquele livrinho que propõe uma estrutura clara, que foi escrito pelo Frei Beto, onde tem chamamento da sociedade civil sem um vínculo direito com a prefeitura. (Eduardo).

Normalmente, como pude observar, o poder público municipal classificava o Programa como se fosse da sociedade civil. Apenas percebi a articulação entre poder público e núcleos ser realizada pela gestão municipal quando buscavam justificar o porquê do não cumprimento das exigências do governo federal para a instalação das cozinhas comunitárias (ou seja, quando se opunham ao governo federal):

Queremos avançar. Estamos no mesmo barco. Precisamos sim de pressão, porque nos mobiliza (...) Esse não é qualquer Programa. Precisamos de ajuda do governo e também do governo federal, porque eles foram leões conosco. Porque nos deram apenas o equipamento sem recurso, sem manutenção (Carlos Antônio da Silva, COSANS).

Entre a posição de determinar o Programa Fome Zero como “*sociedade civil*”, ou apoiá-lo como parte daquele governo (mesmo que tido como caracteristicamente partidário),

se ressaltavam ou se diluíam as alianças, numa “verdadeira ‘bricolagem’, que recombina as explicações e modifica o valor atribuído a cada uma delas” (Goldman e Cruz da Silva, 1999, p. 159).

4.2.2 Entre a profissionalização e o envolvimento voluntário

Como apontei acima, uma das demandas dos núcleos em relação ao poder público era a necessidade de contratação de equipes técnicas que os acompanhassem (Relatório, 2006). Como pudemos ver, houve a contratação de nutricionistas para acompanhar os núcleos que recebiam cozinhas comunitárias. Contudo, de forma semelhante ao que aconteceu no Núcleo Monte Verde, a relação entre a demanda e sua satisfação não se deu de maneira simples. Para os coordenadores, a contratação destes profissionais, diante da ausência de alimentos para o repasse, se tornou secundária. Como apontou Dona Margarida em uma plenária: “*Só nutricionista, nutricionista e não tem nada pra cozinhar*” (Dona Margarida, cerca de 55 anos, coordenadora de um núcleo, teóloga). Afirmações neste sentido vinham de diferentes pessoas durante as plenárias do Comitê Gestor.

A relação dos coordenadores dos núcleos com os profissionais técnicos, sugiro, coloca questões para pensar a relação entre um envolvimento voluntário e não remunerado, e o pagamento e a contratação dos profissionais. Duas situações me chamaram a atenção neste sentido. Em uma plenária, quando escolhiam os nomes das pessoas que ajudariam no relatório da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, Joana e Isabel, coordenadoras de outros núcleos da cidade e integrantes do Comitê Gestor, comentaram entre si: “*Ah, esse trabalho é bom...*” – disse Joana, e Isabel continuou em tom de brincadeira: “*É bom, tem um bom salário...*”. Nesta e em outras falas que acompanhei, pude perceber o crescente enfoque na idéia de “*salário*” – na questão da possibilidade de uma remuneração para a posição que cada qual ocupava. Em outro momento, Dona Margarida, questionou o poder público sobre a possibilidade de receber remuneração nas atividades da cozinha comunitária, afinal, estaria todos os dias naquele espaço.

Ser coordenador de um núcleo do Fome Zero nunca tinha sido um posto remunerado. Mas acredito que, anteriormente, os coordenadores eram identificados com características positivas agregadas àquela função – tendo assim um retorno simbólico. Neste momento, contudo, estas características não mais existiam. As possibilidades de oficinairos, funcionários

e técnicos para gerir algumas atividades dos núcleos traziam à tona a possibilidade de emprego. Mas não se constituem técnicos e funcionários a partir do “saber local”, mas a partir de conhecimentos técnicos.

Ainda pensando sobre voluntariado e profissionalização, lembro de outra situação semelhante. Quando estávamos em uma plenária do Comitê Gestor do Programa, uma das nutricionistas reforçou que, em épocas difíceis de arrecadação de alimentos, os coordenadores poderiam captar “... recursos com empresas e outras instituições (...) a gente sempre ganha alguma coisa. Aqui todo mundo tem capacidade, todo mundo é inteligente”. Em resposta à sugestão, Dona Margarida disse: “Tu podes fazer isso porque tu és funcionária pública, agora se nós pedimos alguma coisa (...) Eu tenho um documento ou tenho um crachá dizendo que sou coordenadora de um núcleo do Fome Zero?” (Dona Margarida).

Status, recursos, meios, descrédito: a fala de Dona Margarida destaca a diferença entre a nutricionista em seu cargo devidamente reconhecido (“*funcionária pública*”) e a sua própria posição, marcadamente ambígua: sem documentos que a reconheçam como coordenadora. O que afinal era ser coordenadora? Ser voluntária? Os técnicos contratados exacerbavam quais eram os recursos, as posições e as classificações em jogo. E especificamente, demonstravam a quem pertencia qual tipo de vínculo com um programa governamental (Velho, 1994).

4.2.3 – “Tirar da própria casa” (alimento e dádiva)

Na relação entre o poder público municipal e os núcleos, neste período, é preciso falar na instalação das cozinhas comunitárias disponibilizadas pelo governo federal ao Programa Fome Zero em Porto Alegre. Como apontei em outro momento, a cozinha comunitária do Monte Verde foi instalada em dezembro de 2006. Quando perguntei às coordenadoras sobre a utilização da cozinha, quis saber sobre a possibilidade de elas cozinharem naquele espaço todos os dias para a “*comunidade*” ou ainda, se elas levariam a família para comer no refeitório da cozinha diariamente. Elza me respondeu que “*até cozinhar lá em cima, mas também ia fazer comida aqui em casa para meus filhos*”. Assim também me disseram várias outras mulheres do Loteamento.

Também em nível municipal, alguns coordenadores apontavam que “*A cozinha tira a liberdade do que queremos fazer com os alimentos*” (Joana, coordenadora de um núcleo da

zona leste). Neste sentido, apontavam que o espaço da cozinha seria utilizado para cursos profissionalizantes e para a venda de refeições. Mas que, cozinhar cotidianamente, preferiam em suas casas (Zaluar, 1985; Woortmann, 1986). Sugiro que, sendo cozinhar uma atividade por excelência feminina naquele espaço, deixar de realizá-la diminuiria a importância daquelas mulheres nas suas relações familiares. Também lhes tiraria o controle de gerir o estoque e a quantidade dos alimentos, coisa que desempenhavam quase artisticamente nas suas casas.

As falas sobre os alimentos e as cozinhas comunitárias destacam que “*levar alimento pra casa*” por intermédio das cestas básicas era importante para outras coisas que não necessariamente cozinhar. Depois que os alimentos ingressavam na casa destas mulheres, eram depositados nos armários e mesas das cozinhas. Mas nem sempre eram consumidos pelas suas famílias. Ainda que mostrassem orgulhosas o volume dos alimentos conseguidos, “*tirar de dentro da própria casa*” era prática recorrente, visto que vizinhos, amigos e conhecidos pediam nas casas dos outros moradores. Marina contava que, ainda que tivesse alimentos suficientes para passar o mês (sua família de 04 pessoas costumava consumir o equivalente a duas cestas básicas por mês), às vezes os alimentos não duravam todo o mês por causa dos pedidos dos vizinhos. Embora “*Tirar da própria casa*” fosse uma prática considerada positiva, as próprias interlocutoras, reconheciam não ser uma atitude meramente generosa. A re-distribuição também acontecia porque não se sabia como e quando também poderiam se encontrar na situação de quem pedia. Neste sentido,

... a dádiva não é passível de interpretação nem na linguagem do interesse, nem da obrigação, nem na do prazer, nem mesmo na da espontaneidade, já que não é senão uma aposta sempre única que liga as pessoas, ligando simultaneamente, e de uma maneira sempre nova, o interesse, o prazer, a obrigação e a doação (Caillé, 1998).

Dar alimentos de uma cesta básica não constituía um ato sem cálculos. Elza contava que dava algo que, segundo seus planejamentos, não lhe “*faltaria até o próximo repasse*”. Além disso, havia ainda os alimentos ‘preferidos’ nas redes de troca, quase sempre o leite, óleo de cozinha e açúcar. Também os alimentos provenientes das cestas básicas do Fome Zero circulavam entre as casas, eram redistribuídos e repassados. Contudo, outros tipos de ‘bens’ que provinham do Programa Fome Zero circulavam, como por exemplo, os convites e os contatos. Esta prática acontecia, tanto entre as famílias e redes de parentesco no Loteamento, quanto entre o Núcleo e outras entidades locais – como as Associações de Moradores, as diferentes igrejas etc. No sentido indicado por Marcel Mauss (1974),

Em primeiro lugar, não são indivíduos, e sim coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam; as pessoas presentes ao contrato são pessoas morais – clãs, tribos, famílias – que se enfrentam e se opõe, seja em grupos, face a face, seja por intermédio dos seus chefes, ou seja, ainda das duas formas ao mesmo tempo. Ademais, o que trocam não são exclusivamente bens e riquezas, móveis e imóveis, coisas economicamente úteis. Trata-se, antes de tudo, de gentilezas, **banquetes**, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras em que o mercado é apenas um dos momentos e onde a circulação de riquezas constitui apenas um termo de um contrato muito mais geral e muito mais permanente (Mauss, 1974, p. 44-45).

Quando as redes de trocas sofrem alterações e rompimentos, se coloca em jogo a relação entre estes grupos e pessoas. Assim, o não-repasse mensal de alimentos que provinham das parcerias da prefeitura municipal, deu margem às suspeitas e acusações de corrupção pelas quais passaram as coordenadoras (as acusações sempre existiram, mas tinham se intensificado). Sônia, no início de 2007, soubera (por informações fornecidas por Elza) que Marina tinha negado uma cesta básica ao seu marido em um repasse. Como retaliação diante do que considerava uma humilhação, Sônia no final de uma das tentativas de reunião em janeiro daquele ano, jogou uma pedra contra Marina. Marina ficou inconsciente e teve que ser levada ao hospital. Tal situação foi cunhada como “*briga de mulher*”. Ingressar nas redes de reciprocidade e continuar participando das mesmas não necessariamente era uma questão de escolha, “Enfim, essas prestações e contraprestações são feitas de uma forma, sobretudo voluntária, por presentes, regalos, embora sejam, no fundo, rigorosamente obrigatórias, sob pena de guerra privada ou pública” (Mauss, 1974, p. 45). Demonstrando assim, a dádiva se constitui tanto como *partilha* (redistribuição), como enquanto *agonística* ou rivalizada (Caillé, 1998; Godbout, 1998).

Pensando a idéia destas trocas entre empregadas domésticas e patroas, Maria Claudia Coelho afirma que “Trata-se de um fenômeno que, através do trânsito de objetos pertencentes a universos de consumo diferentes (a cuja oferta obedece muitas vezes a uma lógica diversa daquela que rege seu recebimento), aproxima domínios distintos de significação” (Coelho, 2001, p. 288). Assim sugiro, também a reciprocidade que envolve as trocas e a circulação de alimentos põe em contato domínios de significação diferentes – aí o encontro entre profissionais, coordenadoras, políticos e moradores do Loteamento e suas interpretações sobre a cesta básica.

4.3 A SAÍDA DAS COORDENADORAS DO NÚCLEO MONTE VERDE

“Olha, eu não sei onde isso vai dar...” (Elza).

No Loteamento Monte Verde, a partir do mês de abril, depois de alguns meses sem freqüentar as atividades do Núcleo, as coordenadoras passaram a declarar que tinham se desligado do Programa. Na época, ainda havia cinco coordenadoras, que forneceram motivos e razões semelhantes para o desligamento daquele “trabalho”. Aqui trago algumas destas falas:

Saí porque tava vendo muita coisa errada. Então resolvi buscar outros meios. Eu estava cansada porque as pessoas queriam dar em mim. A Teca mesmo me contou que tinham armado uma armadilha pra mim lá na Invasão (Elza).

Acompanhei Elza na visita à casa de uma família que suspeitava que as coordenadoras estivessem desviando alimentos. Ela levou o Padre consigo – para que ele mediasse a conversa. Quando saímos da casa, Elza nos disse: *“Eu só não quero é que me chamem de ladrona de novo. Porque eu não sou ladrona”*. O desgaste relativo às ameaças refletia no estar “cansada” e esta era uma das razões de Elza ter saído do Núcleo.

Na maioria das afirmações das coordenadoras ficava evidente que o motivo da saída estava vinculado às novas presenças nas atividades do Núcleo e uma nova forma de coordenar:

O que me fez sair foi essa confusão toda aí. Quando o Fernando foi embora, foi porque o Partido (PT) perdeu e ele foi transferido para a Bahia. Nós ficamos todas apavoradas. Ele disse que o trabalho não ia terminar porque quem coordenava éramos nós. Nós apavoradas, marcamos uma reunião e ele passou a responsabilidade pra mim. Perguntou se as gurias concordavam, disse ‘esta é a minha opinião’. Ele falou isso numa plenária com a comunidade. Eu fui escolhida porque todo mundo concordou. Falei esses dias para a nutricionista, não é dizer que está decidido e está decidido. Tudo passava pela plenária (...) A gente respeitava as pessoas. Mas aí a Irmã saiu, o Padre também saiu, veio este Padre novo, veio a nutricionista. Ela não deu valor ao trabalho e eu cansei... E não fui mais (Marina).

Para Marina o desligamento do Núcleo lembrava todos os momentos difíceis pelos quais elas tinham passado como coordenadoras: a começar pela saída do primeiro coordenador em 2004. Ainda apontando para o passado, para Marina, os novos atores estavam negando uma forma de trabalhar que elas tinham aprendido na gestão petista: a passagem das

decisões pela plenária (Comeford, 2001) ¹⁰⁸. Semelhante à Elza, Marina também se considerava cansada. Os argumentos das coordenadoras eram bastante parecidos: envolviam, além do cansaço, o estresse, a necessidade de cuidar mais da saúde. Irene agregava a estes argumentos (que ela expressava como “*psicológico abalado*”) a necessidade de dar mais atenção aos seus estudos, afinal, era jovem, tinha 30 anos e era sozinha (não possuía marido), o que fazia com que precisasse investir em uma carreira profissional.

Algumas vezes depois da saída das coordenadoras do Núcleo, elas me perguntaram sobre a situação do Programa na cidade: se eu ainda freqüentava as reuniões na prefeitura, se a horta continuava ou se as pessoas tinham “*abandonado o trabalho*”. Certa vez fui até a casa de Geneci, que me inquiriu algo sobre a possibilidade de um repasse do Fome Zero que chegaria naquela semana à Capela - e que o Padre estaria organizando:

Geneci: “*Mas quem vai participar do repasse?*”

Martina: “*Acho que estão fazendo a partir da lista das crianças desnutridas do Posto de Saúde*”.

Geneci: “*É, a gente não dava só pra criança desnutrida. Dava para outros casos que a gente conhecia. Sabe, eu não tenho raiva desse Padre. Porque quando ele chegou ele nos chamou e conversou conosco, disse tudo que ele achava que estava errado, mas nunca disse que a gente era obrigada a sair. Nunca nos mandou embora, até nos convidou para ajudar se a gente quisesse continuar. Não tenho raiva dele, acho que ele fez tudo certo*” (Extrato do diário de campo 49, 08/05/2007).

Na seqüência da conversa com Geneci, ela me perguntou se eu iria até a casa de Marina. Comento que passei lá logo cedo, quando cheguei ao Loteamento. Ela me conta que Marina foi visitá-la na sexta, quando puderam conversar: “*tomamos chimarrão e ficamos dando risada. Agora que não tem mais as funções lá em cima, a gente mora tão perto, mas, quase não se vê. Diferente de antes, quando a gente se via todo dia*” (Geneci) ¹⁰⁹. Com o término da coordenação do Núcleo, também se alterava a sociabilidade cotidiana entre as coordenadoras.

Contudo, como a vida cotidiana não pára, os trabalhos relativos ao Núcleo Monte Verde ganharam novos rumos a partir destes conflitos. O Núcleo, a Cozinha e a Horta Comunitária, por se localizarem no espaço físico da Igreja Católica local, passaram a ter a coordenação do Padre Natálio, assim como houve, por parte da Igreja, o afastamento das “*novas coordenadoras*”. Foi feito um “*novo acordo*” com as pessoas que gostariam de

¹⁰⁸ Opção que indicava para determinada concepção das reuniões: “As reuniões aparecem nessa concepção ou modelo como fundamentais para o caráter democrático, igualitário e participativo da organização” (Comeford, 2001, p. 150).

¹⁰⁹ Caldeira (1987) aponta que para as mulheres pesquisadas, a sociabilidade era uma das características positivas associadas à participação nas organizações de bairro.

continuar trabalhando na horta e novos cadastros de quem gostaria de se aproximar daquelas atividades. O Conselho Pastoral, que respaldava estas decisões, pensava em fazer atividades de formação para estes novos integrantes, pois, segundo Padre Natálio, era importante formar “*um sentido de comunidade*” naquele espaço.

No âmbito do município, nas falas dos profissionais e do poder público, o Núcleo passou a ser discursivamente utilizado de outra maneira: de um status negativo, relacionado à corrupção e as “*brigas de mulher*”, se tornou exemplo positivo, em falas como: “*Como lá no Loteamento Monte Verde, mudou o gestor. Teve uma questão de fé religiosa. A mudança mexeu com alguns, incomodou. Mas o Padre fez um regramento para relação interna do convívio. Lá tem a questão de que a cozinha é na Igreja*” (Coordenador da COSANS) ¹¹⁰.

No extrato do diário de campo que abre este capítulo, Marina lamentava os acontecimentos e também a saída do Núcleo, mas dizia não mais reconhecer a forma como as atividades estavam sendo propostas. Após se queixar da sua tristeza, me contou sobre seus novos planos: fundar um Clube de Mães, para continuar “*ajudando as pessoas*” (Marina). Lembro que, na situação, fiquei surpresa com a dinamicidade dos planos, que evidenciaram uma postura “epistemológica, de levar a vida segundo um ideal de ‘não se construir certezas’” (Medeiros, 2006, p. 149).

Postura que refletia na trajetória de vida destas mulheres. Trajetória que, em determinado momento – por conhecerem pessoas envolvidas e serem convidadas a participar – as conduz a papéis de liderança junto ao Núcleo Fome Zero do Loteamento Monte Verde, mas em outro momento as afasta: segundo elas, pela não-simpatia dos novos atores e pelo cansaço produzido na difícil tarefa da relação com a “*comunidade*” local e, naquele momento, com os profissionais. Afinal, mudando a rede de relação das pessoas, e devido aos ciclos nos mandatos políticos, “Na política, ao contrário do que ocorre em muitas carreiras, a identidade do sujeito é fortemente relativa a uma posição ocupada durante um certo *espaço de tempo*” (Kuschnir, 2000, p. 60). Embora Kuschnir (2000) tenha realizado tal afirmação relativamente à identidade do sujeito ligado a um cargo político, também na vida das pessoas envolvidas em programas e políticas públicas, as marés políticas significam mudanças fundamentais.

A nova maneira de trabalho e os procedimentos a ela agregados, presente nos profissionais que freqüentaram o Núcleo e nas “*novas coordenadoras*”, se distinguiu das concepções “*de trabalho*” das coordenadoras. De fato, as exigências, rendimentos e posições

¹¹⁰ Fala de Carlos Antônio da Silva na audiência pública na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, em 22 de maio de 2007.

sobre a gestão do Núcleo eram diferentes entre estes dois grupos. Para os agentes do Estado lá presentes e para as “*novas coordenadoras*”, parecia se tratar da construção, dentro de um mesmo mandato político, da ruptura o que tinha sido feito anteriormente - remetendo inclusive ao governo anterior - e de uma retomada efetiva do contato com o Programa. Para as coordenadoras do Núcleo Monte Verde, havia a negação de uma historicidade que construía aquele espaço e também o pertencimento daquelas mulheres ao Loteamento.

Para estes dois grupos (de um lado as coordenadoras e de outro as “*novas coordenadoras*” e os profissionais) estavam sendo colocados os limites e as potencialidades de duas formas de pensar o trabalho no Núcleo Monte Verde. As coordenadoras tinham limites em relação às exigências postas ao funcionamento daquele espaço pelo poder público (por exemplo, a inexistência de computadores para escrever os ofícios de pedidos de alimento). E reconheciam seu cansaço, especialmente na gestão da ausência dos repasses de cestas básicas – fato que as colocava em posições de insegurança. Por outro lado, as ‘novas coordenadoras’ e os profissionais também tinham limites de trabalho no Loteamento. Vivenciados, principalmente, na não-legitimação de sua presença no local, associada ao que seria um desconhecimento da realidade compartilhada pelas pessoas.

4.4 “POLÍTICA” E “AJUDA”

Por fim, gostaria de colocar alguns apontamentos sobre o entendimento que as coordenadoras do Núcleo Monte Verde e alguns coordenadores do Programa Fome Zero na cidade de Porto Alegre, demonstravam ser significativo na sua ‘participação’ no Programa. Neste sentido, estou me baseando em Geertz:

Mas, o que talvez seja mais importante, depende de construirmos uma concepção mais clara, mais detalhada, menos mecânica, estereotipada e carregada de clichês daquilo em que consiste a política, do que ela é. Ou seja, depende de obtermos uma compreensão melhor do que vêm a ser a cultura – as estruturas de sentido em que as pessoas vivem e formam suas convicções, suas individualidades e seus estilos de solidariedade – como força ordenadora das questões humanas (Geertz, 2001, p. 215).

No sentido de compreender algumas indicações sobre política e participação do Programa Fome Zero, me deparei com a idéia de “*ajuda*”. Marina comentava comigo seus

planos de constituírem um Clube de Mães no Loteamento. Seu intento com o Clube de Mães, segundo ela: “*é pra poder ajudar as pessoas*”. Em outros momentos nos quais estive com Marina, ela também me falava sobre a possibilidade de “*ajudar*” as pessoas, inclusive quando a pergunta se relacionava com a esfera da política institucional:

Martina: “*Mas hoje, tu participarias de um partido?*”

Marina: “*Eu sim, eu tenho vontade. Tu já pensaste eu vereadora?*”

Eu: “*Por que é que tu querias ser vereadora?*”

Marina: “*Por que eu tenho certeza que eu podia ajudar mais o povo. Olha pra aqueles que tão lá, e nem fazem nada. Eu tenho certeza que alguma coisa melhor que eles eu ia fazer. Aí eu ia falar contigo, eu ia dizer, o Martina, consegue uns votinhos aí pra mim com os teus conhecidos...*” (Extrato do diário de campo 21, 22/10/2005).

O caráter de ajuda que Marina colocava como seu desejo enquanto vereadora (“*Por que eu tenho certeza que eu podia ajudar mais o povo*”) – era o mesmo argumento que utilizara para falar sobre sua entrada no Núcleo do Fome Zero, como apontei no segundo capítulo (“*Eu nunca tinha feito alguma coisa assim, eles ajudavam as pessoas e eu queria ver como era*”). O Núcleo Monte Verde assim, para as coordenadoras era um local onde havia sociabilidade, havia benefícios alcançados, havia possibilidade de algum retorno material, mas sempre era um lugar para “*ajudar pessoas*”.

Também no espaço compartilhado pelos outros núcleos aparecia o uso da idéia de “*ajuda*” como a principal tarefa relacionada ao Fome Zero: “*Esse é um Programa bom, nos ajuda a ajudar as famílias. O Prefeito aceitou esses critérios independente do partido ou da política. Por que estamos aqui para ajudar as pessoas*” (Anita, 56 anos, coordenadora de um núcleo da zona leste). Se a idéia de ajuda era a chave interpretativa para os coordenadores falarem sobre suas posições e resgatarem a importância do Programa, Anita opõe, à idéia desta “*ajuda*”, à idéia de “*política*”. Independente “*da política*” se deveria ajudar as pessoas.

Quando das eleições do novo Comitê Gestor do Programa, acontecidas em maio de 2007, dentro da troca inflamada de acusações sobre o tratamento dado ao Programa entre um representante de um núcleo e um membro do poder público, os presentes afirmavam que a briga tinha que terminar, afinal: “*Não vamos falar em política. O importante é frisar mais a sociedade civil*” (Ademar, coordenador de um núcleo, membro da Pastoral Operária). Quando o clima das reuniões levava à discussão entre estas duas esferas, era comum alguém afirmar que “*aqui não é lugar de fazer política*”. Nesta mesma plenária, após a eleição do novo Comitê Gestor do Programa em Porto Alegre, perguntei para seu Demétrio o que ele tinha achado daquele encontro. Diz-me que “*Isso acabou virando política. Eles vêm aqui*

fazer política e esquecem da coisa mais importante que é a fome das pessoas aí fora” (Demétrio, representante de um núcleo, cerca de 40 anos). Como aponta Borges (2003),

Essa forma de nomear como “política” aquilo que o outro faz é muito intrigante. A apreciação de um evento como político depende do tipo de envolvimento de quem o classifica (essa ou aquela situação como política) com a própria situação. Se nem as ações nomeadas como “políticas” nem os espaços comumente usados como palco para tais demonstrações possuem propriedades intrínsecas, somente através dessa modalidade classificatória podemos apreender as implicações, que sentimentos se pode nutrir em face do que poderíamos supor como sendo um único e “mesmo” fenômeno social – isto é, um evento ou ação política (Borges, 2003, p. 35).

Desenhava-se uma concepção nativa de “política” e outra de “ajuda”. A política era associada à oposição partidária, em especial ao ambiente conflituoso das disputas com o atual governo (Kuschnir, 2003). À “política” se contrapunha a possibilidade da “ajuda”: esta deveria acontecer “independente da política”. Se aquele espaço se constituía como um programa governamental, isto não fazia com se tornasse um espaço político. Por que mesmo quando se estava em cargos políticos, não se devia “fazer política”, visto que ela impediria que se reconhecessem as reais necessidades das pessoas - como a fome, explicitada por seu Demétrio. O Programa Fome Zero possibilitava que os “líderes sociais” se colocassem na condição de alguém que podia ajudar a sua “comunidade”. Ajudar, portanto, sendo vista como uma atitude valorizada positivamente, somando assim estas características aos sujeitos que “ajudam”. Embora apenas consiga dar algumas indicações sobre estas ‘teorias’ sobre política e ajuda, acredito serem importantes para

... encarar as práticas nativas (discursivas e não-discursivas), sobre os processos políticos dominantes, como verdadeiras teorias políticas produzidas por observadores suficientemente deslocados em relação ao objeto, para produzir visões realmente alternativas, e usar essas práticas e teorias como guias para a análise antropológica (Goldman, 2003).

Acredito que as concepções de “política” e “ajuda” também informariam sobre a relação estabelecida entre os “líderes sociais” e os membros do poder público. Para os coordenadores dos núcleos da cidade, como pude acompanhar nas plenárias do Comitê Gestor na Prefeitura Municipal, o recebimento dos alimentos das cestas básicas para seu posterior repasse era fundamental para que pudessem “ajudar” as pessoas. No término desta pesquisa de campo, pude acompanhar momentos nos quais os “líderes sociais” do Programa usavam expressões de resistência contra o que seria o desejo da prefeitura de “terminar com o Fome

Zero” na cidade. A audiência pública realizada na Câmara dos Vereadores¹¹¹, por intermédio do pedido de um dos núcleos, foi um destes momentos. Seu Mário, integrante de uma organização não-governamental formada por moradores de rua, dizia: “*Não vamos deixar o Fome Zero acabar*” (seu Mário, 40 anos). Eduardo, quando questionado, contava sobre a resistência dos núcleos: “... *as pessoas sempre têm expectativa de que as coisas vão retornar a ser como eram. Mas, nós não morremos não, nós vamos continuar*” (Eduardo).

Assim, na perspectiva de participação do Programa sob a idéia da “*ajuda*” (não que essa esgotasse os argumentos de participação), tentei apontar, até aqui, que o repasse e recebimento dos alimentos provenientes das cestas básicas do Programa Fome Zero apareciam ligados à idéia de “*trabalho*” no Núcleo Monte Verde. Desta forma, estabeleciam critérios de distinção entre as coordenadoras e também eram centrais no estabelecimento (amigável, agressivo ou de outras maneiras) da relação com a “*comunidade*” local. Igualmente ao o que aconteceu com outros núcleos da cidade, foi a ausência dos alimentos que intensificou as acusações de corrupção nestas relações.

Neste capítulo procurei dar conta do cenário que se constituiu no Loteamento a partir de algumas mudanças, como a chegada de novos obreiros na Paróquia local da Igreja Católica, profissionais do poder público e também de “*novas coordenadoras*”. A relação das coordenadoras com estas mudanças as leva a sair da coordenação do Núcleo, utilizando como argumentos o cansaço, os cuidados com a saúde e uma ‘mágoa’ com a forma na qual diziam estarem sendo tratadas. Pensando as alterações também na cidade de Porto Alegre, tentei colocar as diferenças que pontuavam a relação entre ‘voluntariado’ e ‘profissionalização’, entre as possibilidades de locais de classificação do Programa entre sociedade civil, governo municipal, partido político e governo federal. Os conflitos entre poder público e “*líderes sociais*” deram margem às posições de resistência dos segundos. A relação entre estes dois grupos – que embora não homogêneos, apareciam marcados – era pensada a partir de uma concepção de vivência do Programa, que o colocava sob uma leitura de “*política*” e uma de “*ajuda*”, tendo como pano de fundo a distinção entre dois partidos políticos, o PT e o PPS.

¹¹¹ Pude participar desta audiência, sendo pública, realizada dia 22 de maio de 2007. Aconteceu na Câmara de Vereadores, dentro da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, presidida pelo vereador Carlos Comassetto (PT) (Diário Gaúcho, 23/05/2007).

ETNOGRAFIA SOBRE MULHERES, “POLÍTICA” E “AJUDA”

(minha etnografia – outras políticas, ou considerações finais)

O que haverá em **devorar** que **comer** cancela? Avidez? Como que a indicar a migração do comedor para o território de uma outra ética que não a do nojo? (Menezes Bastos, 1993, p.09).

Nesta dissertação, através da etnografia realizada com as coordenadoras do Núcleo Fome Zero do Loteamento Monte Verde, com suas redes pessoais e suas “*correrias*”, busquei falar sobre a vivência compartilhada de um Programa do governo federal. Conhecendo as coordenadoras, todas mulheres, de grupo popular, mães, avós, pude ter contato com trajetórias diversas, mas marcadas por posições de subalternidade na desigual sociedade brasileira. Estas trajetórias envolviam compromissos com diferentes espaços e instituições - e nestes, ao contrário do que se poderia pensar, relações constantes com o Estado.

Assim, Elza, Diná, Marina, Irene e Geneci articulavam o Estado também nas suas redes de conhecimento e reciprocidade, naquilo que significavam, como procurei apontar, como uma fonte de auxílio feminino na família (Jardim, 1998). No cotidiano do Loteamento, o Estado adentrava a vida cotidiana dos moradores de diversas formas, pelas equipes de agentes de saúde, pelos Conselhos (como o Conselho Tutelar), pela equipe do Centro de Controle de Zoonoses da Secretaria Municipal de Saúde, pelas instituições de abrigagem que algumas das interlocutoras freqüentaram e de internação onde já estiveram alguns de seus filhos, ou ainda, via os programas governamentais, em especial os de transferência de renda.

Acionando o Estado a partir do lugar que se encontravam, as coordenadoras eram inseparáveis das condições sob as quais se estabeleciam como sujeitas sociais (Butler, 2003), nas condições de maternidade, da importância da casa, da vivência local e cotidiana (Zaluar, 1985; Sarti, 1996; Fonseca, 2004). Nas histórias narradas (Langdon, 1993; 1999) sobre suas vidas – nas negações e esquecimentos – falavam deste ângulo a partir do qual constituíam seus referenciais sociais (de classe, de gênero) e a partir do quais imaginavam e viviam a gestão do Programa Fome Zero. Ou seja, da valorização do “*correr atrás*”, da possibilidade de se “*trabalhar*” sem precisar sair do Loteamento e abrir mão das atividades domésticas, da não-competitividade com o trabalho remunerado masculino.

O Estado aparecia, de maneira intensa, ao pensarmos a moradia dos interlocutores da pesquisa. Na segunda metade da década de noventa, a prefeitura municipal de Porto Alegre

criou o Loteamento Monte Verde, onde foram instalados diversos equipamentos públicos. Assim como foram incentivados programas governamentais e a “participação popular” (Amorim, 2005). Neste movimento, e em determinados momentos de suas trajetórias, as interlocutoras se engajaram no Programa Fome Zero, a partir da criação de um Núcleo do Programa no local. Sugiro que, a constituição do Loteamento e a do Núcleo, para as coordenadoras, estavam conectadas. Pude observar, nas falas normalmente usadas pelas coordenadoras para se apresentarem que usavam a mesma frase: articulavam seus nomes, os locais de moradia no Loteamento e a sua função no Núcleo (mencionavam ser coordenadoras, embora todas as que estivessem presentes assim o fossem). Ou seja, ao afirmar, por exemplo: “*Eu sou Elza, moro no Monte Verde II e sou coordenadora*” – Elza apontava para as relações entre estas características na sua vida.

Assim, ao mesmo tempo em que se constituía o Loteamento Monte Verde, também se constituía um outro momento da vida destas mulheres, momento no qual se envolveram com a estratégia governamental Programa Fome Zero. Sugiro aqui que, a partir da formação do Núcleo suas coordenadoras se constituíram enquanto sujeitas sociais daquele espaço. Foi a partir do Loteamento que aconteceu o envolvimento destas mulheres com a ‘política’ e foi neste envolvimento que se possibilitou a formação de um grupo e de redes de contato e troca. A vivência unia, na mesma historicidade, o Loteamento e o Núcleo, as relações que estabeleceram com aquele espaço e com os moradores do local.

Ao falar sobre o cotidiano da gestão do Núcleo Monte Verde, quis apontar para a vivência de uma política que nasceu no cenário nacional, ganhou características de uma administração política municipal, mas se deu, efetivamente, localizada (Wolf 2003; Steil, 2000)¹¹². Tratava-se de, ao descrever os “*trabalhos*” do Núcleo, notar que eles não aconteciam ‘no vácuo’, de maneira distante das atividades já existentes no cotidiano das pessoas que se envolviam e coordenavam estes “*trabalhos*” (Goldman e Sant’Anna, 1999; Goldman, 2003). De maneira semelhante, não aconteciam separados das condições de segregação urbana, das dificuldades de transporte, da agonia diante das possibilidades da fome, dos recursos financeiros escassos, que agiam sob as atividades do Núcleo, representando, por vezes, seu fim.

¹¹² Como aponta Carlos Steil: “A maior contribuição da abordagem antropológica da política (...) está em perceber que muitas das práticas e categorias que tendemos a remeter à política local (a “pequena política”), como resíduos de uma cultura tradicional, na verdade são estruturantes da política moderna oficial ou institucional (a “grande política”). (...) Se o local é penetrado pela racionalidade moderna, o moderno também é colonizado pelo local” (Steil, 2000).

No período de 2005 até março de 2006, início da gestão do PPS no governo municipal, apesar da ausência do mesmo e de suas iniciativas no Loteamento (quem dirá em relação ao Programa) foi este governo (ausente) que caracterizou este momento do Núcleo Monte Verde. Foi a partir deste descaso que os “*trabalhos*” no Loteamento se tornaram extremamente comunitários. Visto que foram mantidos por recursos, interesses, apoios e tensões das próprias coordenadoras e suas redes. Assim, como aponta Borges (2003),

Essas pessoas fornecem a energia social necessária à expansão do poder político e, como desdobramento desta primeira constatação, compreendemos como tal poder se realiza, não a despeito, mas a partir da impossibilidade de contemplar homogeneamente a população (Borges, 2003, p. 48).

Também na vivência local do Programa se colocavam os valores norteadores das políticas atuais sobre segurança alimentar: a sociedade civil, a solidariedade, a intersectorialidade governamental. Depois deste período mais local da coordenação, o poder público passava a se fazer mais presente em relação ao Programa Fome Zero. Principalmente pela criação da Coordenação Municipal de Segurança Alimentar. Contudo, é neste momento que os conflitos entre os “*líderes sociais*” e os representantes da prefeitura mais se intensificaram.

Estas manifestações surgiam num momento em que o poder público municipal, tinha pensado em uma posição para o Programa Fome Zero. Posição que tinha se concretizado de determinadas formas, como por exemplo, através do envio de profissionais e da implementação de algumas cozinhas comunitárias. Por um lado, se tornava evidente como a leitura das necessidades realizadas pelos membros do poder público parecia não se conectar àquelas consideradas importantes para os integrantes e coordenadores dos núcleos. Fazendo com que estes reconhecessem no governo federal seu aliado e potencial promovedor do diálogo e da valorização do Programa Fome Zero. Contudo, não se trata apenas de uma assimetria de propostas e interesses. É a própria presença do Estado, tanto na sua forma municipal, quanto na federal, condição necessária para que se constitua a possibilidade de reivindicação e mesmo de resistência (Sigaud, 2005).

O Programa Fome Zero se mostrou exemplar para pensar a dificuldade estabelecida na tentativa de determinar estes grupos enquanto ‘Estado’, ‘governo federal’, ‘prefeitura’, ‘sociedade civil’, ‘grupos político-partidários’. A utilização destes conceitos apareceu, neste contexto, antes como circunstancialmente manipulável do que como anteriormente definível.

Tal jogo de definições e pertencimentos é parte do campo político e da disputa pelas lutas em torno das divisões deste campo (Bourdieu, 1998).

Nas propostas de diversos autores da perspectiva da antropologia da política no Brasil, ao procurar entender a política como da esfera das coisas vividas pelas pessoas e passíveis de leituras ‘nativas’ ou próprias, pode-se apontar para uma idéia de ‘participação’ no Programa Fome Zero que era entendida como afastada da ‘política’, mas entendida a partir da possibilidade da “*ajuda*” – como se este termo purificasse a própria idéia de política associada negativamente aos “*interesses partidários e não às necessidades do povo*” (Kuschnir, 2000).

As políticas de governo são facilmente encaixadas na dicotomia assistencialismo *versus* promoção dos direitos. Equação facilmente apontada em relação às políticas que distribuem alimentos – as cestas básicas. Depois de todos estes apontamentos sobre o Programa Fome Zero, a guisa da conclusão deste trabalho, percebo como a questão da ‘comida’ – ou “*Onde estão os alimentos?*”, pergunta pronunciada por Dona Margarida em momentos de encontro com os membros do poder público municipal e federal (que seja, a questão da ausência desta mesma comida) - figura como pano de fundo deste trabalho. Embora não tenha trabalhado com antropologia da alimentação nesta dissertação – o que de fato o deixa com uma importante lacuna – é impossível negar a recorrência da alimentação (da comida, do repasse das cestas básicas) nas falas durante a pesquisa de campo. Por isto, para terminar este trabalho, gostaria de apontar algumas proposições que não estão respondidas neste trabalho, mas que podem suscitar novas análises.

Menezes Bastos (1993) pergunta-se “O que haverá em devorar que comer cancela?” – com licença, vou parafrasear a frase: o que haverá em receber alimentos – do governo ou de alguma instituição -, que sua obtenção de outra forma cancela? Quais são os significados dados ao ‘receber’ uma cesta básica?

No plano do Programa Fome Zero, enquanto estratégia política federal, fazia eco o debate sobre ser uma prática ‘meramente’ assistencialista – afinal, apenas distribuía-se alimentos e mantinham-se as desigualdades sociais – ou se, de fato, era a efetivação de um direito – aquele à alimentação. As coordenadoras do Núcleo Monte Verde reconheciam a importância da cesta básica para as pessoas da comunidade local e também, ressaltavam a importância destes alimentos como recurso de auxílio dentro do apertado orçamento familiar – contudo, não mantinham uma visão ingênua de que a cesta básica fosse a solução de todos os seus problemas. Mas não a compreendiam como esmola, pois possibilitava, ainda que

pouco, recursos para ‘dentro de casa’. Quando pensamos como as coordenadoras percebiam o debate entre direito ou assistência, podemos nos aproximar do que relataram Zaluar (1985) e Sarti (1996). Para estas mulheres, receber cesta básica era um direito, afinal, elas trabalhavam no Núcleo – ainda que voluntariamente. Desta forma, quando o governo atrasava as entregas, ou simplesmente enviava uma quantidade menor de alimentos, ele não estava cumprindo sua obrigação, mas, principalmente, estava “*lhes faltando com respeito*”.

Contudo, o reconhecimento da cesta básica, enquanto uma resposta governamental, tanto como um direito, quanto como uma possibilidade de ajuda do Estado, ou seja, enquanto direito e assistência, não excluía a possibilidade de considerar o envio de alimentos como algo negativo. A complexidade colocava-se muito além das afirmações dualistas entre direito e assistência, possibilitando a combinação de ambas as perspectivas, ou novidades sobre elas (Semán, 2006).

Neste cenário não faltavam falas que tentavam normatizar a questão da distribuição e do uso das cestas básicas. Assim, pelos profissionais técnicos, a redistribuição daqueles alimentos era considerada uma prática negativa, em especial porque permitia que tais elementos ingressassem no mercado formal (falava-se pelo Loteamento que o leite recebido de programa era vendido nos armazéns do local), ou, considerado ainda de pior espécie, a comida poderia ser trocada por drogas, e os mais pessimistas diziam que os pais assim o faziam enquanto os “*filhos passavam fome em suas casas*”. Passei a me perguntar: O que dignifica um alimento e qual prática o estigmatiza? Entre a reciprocidade desinteressada, a generosidade e o ingresso nas redes do comércio – porque o alimento ‘recebido’ do governo ou de outras instituições se presta a rotulações e nomeações?

Nestas inquietações, sugiro que a cesta básica não é apenas um conjunto de alimentos, mas, como apontou Borges (2003) a relação entre Estado e a população “mostram-nos como esses objetos, alusivos ao governo, emblemam um tipo de relação social intensa” (Borges, 2003, p. 97). É preciso saber a língua das cestas básicas e dos programas governamentais, mas também é preciso dedicar, como diziam as coordenadoras “*tempo e vontade*” nesta tarefa. Ainda podemos sugerir como hipótese que, dentro da administração municipal, a cesta básica funcionava – não apenas como um conjunto de alimentos – mas como moeda de troca nas relações entre Estado e determinado grupo.

A constante presença da idéia da ‘comida’, por fim, me colocou algumas inquietações em relação às perspectivas de ‘fome’ presentes no período da pesquisa de campo. Normalmente nos parece mais legítimo que as cestas básicas sirvam para “*matar a fome*” das pessoas – ou seja, que a condição de fome seja dada para o recebimento dos

alimentos. Em campo, pude perceber que a cesta básica não necessariamente cumpria aquilo para o qual servia: o ato de comer ou de ‘matar a fome’. Neste sentido, quando eu e Diná conversávamos sobre o consumo doméstico, ela me dizia: “*Por que a comida que vem faz com que o dinheiro possa ir pra outra coisa, o dinheiro vai pra comprar o chinelo, pra casa*”. Na casa de Irene, onde diversas vezes faltava comida para ela e a filha, também me dizia: “*Pode faltar até comida, mas não sabonete, não os cadernos pra ir pra escola*”. Com isso não estou querendo minimizar as situações de vida das coordenadoras e dos moradores do Loteamento.

Talvez aí se encontrasse a maior diferença entre as coordenadoras e os profissionais enviados ao trabalho do Núcleo. Uma diferença que percebi, também estava presente na relação que eu estabelecia com elas. Nas vezes em que as interlocutoras me perguntavam sobre a temática da minha dissertação, se eu relacionasse a palavras como pobreza e fome percebia o desconforto demonstrado por elas. Embora elas mesmas ressaltassem em determinados momentos sua condição de “*pobres*” e também o fato de que muitas pessoas “*passavam fome no Loteamento*”, e que elas já tinham “*passado fome*” em outros momentos, especialmente no passado, havia determinado incômodo com a utilização destas palavras¹¹³. Passei a falar, como elas, que “*Era uma pesquisa sobre o Fome Zero*”. Assim como quando costumavam falar sobre os momentos difíceis de suas trajetórias – e mesmo os esquecimentos ou a ausência de possibilidade de sua verbalização – falar quase que evocava àquelas situações. Da mesma forma, era preciso lembrar que *as coisas piores tinham ficado pra trás*. Havia muito mais a se falar sobre o Fome Zero do que sobre a fome.

Assim apontavam para sua condição de classe e a oposição entre um passado difícil e o presente “*paraíso*”. E também para sua posição de mulheres subalternas: afirmando que “*são as mulheres que cozinham*” (Elza), que faziam a gestão dos alimentos dentro das suas casas e também a ‘participação’ nas redes de reciprocidade que destacavam a importância da vizinhança e do parentesco. No cotidiano dos moradores do Loteamento, as famílias (também a partir da complementaridade entre homem e mulher (Sarti, 1996) e da hierarquia presente no local (Fonseca, 2004)) dispunham das possibilidades das “*ajudas*”, constituindo a “*ajuda*” também como fundamental na “*política*”.

Esta pesquisa demonstrou que a fome pode ganhar sentidos múltiplos neste contexto: significando as coisas mais variadas, como política, emprego, sofrimento, consumo, passagem de ônibus, família, etc. Uma política de fome, para as coordenadoras e a comunidade do

¹¹³ Maria do Carmo, na sua pesquisa em Salvador, percebe como a palavra fome não era utilizada por seus interlocutores, em especial remetia a uma proibição em relação a o que seria invocar a fome (Freitas, 2003).

Loteamento Monte Verde, significa afetos e desafetos¹¹⁴; reconhecimento simbólico e também usufruto material.

¹¹⁴ “...como qualquer atividade humana, o poder envolve mais do que ganhos econômicos ou mesmo benefícios de ordem estritamente ‘política’” (Goldman e Cruz da Silva, 1999:163).

Referências bibliográficas

AGIER, Michel. Espaço urbano, família e status social. O novo operariado baiano nos seus bairros. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 03, n. 13, 1990.

AHLERT, Martina. Correndo atrás da comida. Fome Zero em perspectiva. In: **Reunião de Antropologia do Mercosul**, VI, 2005. Montevideo.

ALMEIDA, Paula Camboim Silva. Gravidez na adolescência em grupos populares urbanos: concepções de idade e maternidade. In: ALMEIDA, Heloisa. COSTA, Rosely. RAMIREZ, Martha. SOUZA, Erica (orgs.). **Gênero em matizes**. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2002. p. 177-212.

AMORIM, Luciano. **A gente não quer só comida. A gente quer a vida como a vida quer**. 2005. Trabalho de Conclusão (Especialização). Curso de Especialização em Direitos Humanos, Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina – CESUSC, Passo Fundo, 2005.

ASSUNÇÃO, Viviane Kraieski. **Nem toda receita é Mais Você**. Estudo etnográfico sobre consumo e recepção de programas televisivos de culinária em camadas médias e populares. 2007. 126f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Curso de Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

BARBIERI, Teresita de. OLIVEIRA, Orlandina de. Nuevos sujetos sociales: la presencia política de las mujeres en América Latina. **Nueva Antropología**, México, v. VIII, n. 30, p. 05-29, 1986.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Um operário presidente? Ideologia e *condição de classe* no universo da representação política. In: BARREIRA, Irllys. HEREDIA, Beatriz. TEIXEIRA, Carla Costa. **Como se fazem as eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 2002. p. 157-187.

BELIK, Walter. SILVA, José Graziano. TAKAGI, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil. **Revista São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 15, n.4, set/out. 2001.

BEVILAQUA, Ciméa. LEIRNER, Piero de Camargo. Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 43, n. 2, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012000000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 Feb 2008. doi: 10.1590/S0034-77012000000200006.

BONETTI, Alinne de Lima. **Feminismo popular?** Etnografando as Promotoras Legais Populares. 1999. Projeto de qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

_____. **Entre feministas e mulheristas.** Uma etnografia sobre promotoras legais populares. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

_____. Novas configurações: direitos humanos das mulheres, feminismo e participação política entre mulheres de grupos populares porto-alegrenses. In: KANT DE LIMA, Roberto. NOVAES, Regina. (Orgs.). **Antropologia e direitos humanos.** Prêmio ABA/ Fundação FORD. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2001. p. 137-201.

BONETTI, Alinne de Lima. FLEISCHER, Soraya. (Orgs.). **Entre saias justas e jogos de cintura.** Gênero e etnografia na antropologia brasileira recente. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

BORGES, Antonádia. **Tempo de Brasília.** Etnografando lugares-evento da política. Rio de Janeiro: Relumê Dumará/ NuaP, 2003.

_____. O que não tem valor: para uma crítica etnográfica da economia política sobre os pobres. In: Colóquio Internacional **Quantificação e temporalidade: perspectivas etnográficas sobre a economia.** Agosto, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Cartilha do Fome Zero: **Fome Zero como participar.** Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome; Centro de Criação de Imagem Popular. Brasília, Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Cartilha do Fome Zero: **Um mutirão pela vida.** Educação Cidadã Talher Nacional. Brasília, outubro 2004a.

BRASIL – Lei 11346 – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). 2006.

BRITES, Jurema. **Afeto, desigualdade e rebeldia:** bastidores do serviço doméstico. 2000. 230p. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 15-60.

CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, 1998. Disponível em: www.scielo.br. Acesso 06/12/2006.

CALDEIRA, Teresa. **A política dos outros**: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Mujeres, cotidianidad y política. In: JELIN, Elisabeth. (comp.) **Ciudadania e identidad**: Las mujeres en los movimientos sociales latino-americanos. Ginebra: Instituto de Investigaciones de las Naciones Unidas para el Desarrollo Social, 1987. p. 75-125.

CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto. Prólogo. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escutar. In: **O trabalho do antropólogo**. 2 ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora da UNESP, 2000. p. 11 – 35.

CASTRO, Celso. Comentários. In: VELHO, Gilberto. KUSCHNIR, Karina (Orgs.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 205-212.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro : pão ou aço. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CHAVES, Christiane de Alencar. A marcha nacional dos Sem-Terra: estudo de um ritual político. In: PEIRANO, Mariza (Org.) **O dito e o feito**. Ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relumé Dumará: NuaP/UFRJ, 2001.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas em antropologia política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. p. 132-152.

_____. A questão do poder nas sociedades primitivas. In: **Arqueologia da violência**: ensaios de antropologia política. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 105-111.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: **A experiência etnográfica**. Antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 17-62.

COELHO, Maria Claudia. Sobre agradecimentos e desgostos. Trocas materiais, relações hierárquicas e sentimentos. In: VELHO, Gilberto. KUSCHNIR, Karina (Orgs.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p.265-291.

COMEFORD, John. Reuniões camponesas, sociabilidade e lutas simbólicas. In: PEIRANO, Mariza (Org.). **O dito e o feito**. Ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relumê Dumará: NuaP/UFRJ, 2001.

CORONA, Joana Pagliosa. **As meninas do centro**: família, sociabilidades e subjetivação entre mulheres prostitutas de rua em Florianópolis. 2007. Trabalho de Conclusão. Curso de Graduação em Ciências Sociais. Centro Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

DA MATTA, Roberto. O ofício do etnólogo ou como ter “anthropological blues”. In: ZALUAR, Alba (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975. p. 23-35.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Vol 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1999.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. A construção social da pessoa moderna. In: **Da vida nervosa das classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro: CNPq/ Zahar, 1986. p 35-58.

_____. et al. Vicissitudes e conversão à cidadania nas classes populares brasileiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. n. 22, ano 08, 1993.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

_____. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth. (Org.). **A aventura antropológica**. Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 17-37.

ENNE, Ana Lúcia Silva. SOM/Popular: uma experiência política na Baixada Fluminense. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza (Org.). **Gestar e gerir**. Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relumê Dumará: NuaP/ UFRJ, 2002. p. 259-270.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Família, Fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. Classe e a recusa etnográfica. In: BRITES, Jurema. FONSECA, Claudia (Orgs.). **Etnografias da participação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p. 13-33.

FREITAS, Maria do Carmo Soares. **Agonia da Fome**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

GEERTZ, Clifford. Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 185- 213.

_____. **Negara**: o Estado Teatro no século XIX. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991. p. 13-21; 153-171.

_____. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Os usos da diversidade. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 13-34, 1999.

_____. O mundo em pedaços: cultura e política no fim do século. In: **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 191-228.

GIUMBELLI, Emerson. Para além do ‘trabalho de campo’: reflexões supostamente malinowskianas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 91-107, fev. 2002.

GODBOUT, J.T. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, 1998. Disponível em: www.scielo.br. Acesso 06/12/2006.

GOLDMAN, Márcio. CRUZ DA SILVA, Ana. Por que se perde uma eleição. In: GOLDMAN, Márcio. **Alguma Antropologia**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará/ NuaP/UFRJ. p. 145 -166.

GOLDMAN, Márcio. SANT’ANNA, Ronaldo. Teorias, representações e práticas. In: GOLDMAN, Márcio. **Alguma Antropologia**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará/ NuaP/ UFRJ, 1999. p. 123-144.

GOLDMAN, Marcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 46, n. 2, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012003000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 Fev 2008. doi: 10.1590/S0034-77012003000200012.

GROSSI, Miriam Pillar. **Représentations de Violences contre les femmes au Rio Grande do Sul – Brésil**. Thèse de Doctorat Anthropologie Sociale et Culturelle, Université de Paris V, 1988.

_____. Na busca do 'outro' encontra-se a 'si mesmo'. In: **Trabalho de campo e subjetividade**. UFSC/PPGAS: Florianópolis, 1992, p. 07-18.

_____. Identidade de gênero e sexualidade. **Antropologia em primeira mão**. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1998.

GROSSI, Miriam Pillar. SCHWADE, Elisete (Orgs.) **Política e cotidiano**: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade. Blumenau: Nova Letra, 2006.

HEYE, Ana Margarete. A questão da moradia numa favela do Rio de Janeiro ou como Ter Anthropological Blues sem sair de casa. In: VELHO, Gilberto. **O desafio da cidade**: novas perspectivas da antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Campos, 1980.

KLEIN, Carin. A produção da maternidade no Programa Bolsa-Escola. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 31-52, jan/abril 2005.

KUPER, Adam. **Cultura**. Visão dos antropólogos. Bauru: EDUSC, 2002.

KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

LANGDON, Jean. "O dito e o não-dito": reflexões sobre narrativas que famílias de classe média não contam. **Revista Estudos Feministas**. v.1, n.1, 1993.

_____. A fixação da narrativa: do mito para a poética de literatura oral. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 13, ano 5, n. 12, dez. 1999.

_____. A doença como experiência: o papel da narrativa na construção sociocultural da doença. **Etnográfica**, Lisboa, v.2, n. 2, Lisboa, 2001.

LEITE, Ilka Boaventura. Escrever o texto, polir o olhar. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Ética e estética na antropologia**. Florianópolis: PPGAS-UFSC, CNPq, 1998. p. 41-46.

MACEDO, Carmen Cinira. **A reprodução da desigualdade**. São Paulo: HUCITEC, 1979.

MAGNANI, José G. C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na Metrópole. In: MAGNANI, José G. C. TORRES, Lílian L. (Orgs.). **Na metrópole**. Textos de antropologia urbana. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 12- 54.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. 2a. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. Uma categoria do espírito humano, a noção de pessoa a noção de eu. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EDUSP, 1974. p. 37-184; 369-397.

MEDEIROS, Camila Pinheiro. **Mulheres de Kêto**. Etnografia de uma sociedade lésbica na periferia de São Paulo. 2006. 168f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

MENEZES BASTOS, Rafael José. Introdução. In: **Dionísio em Santa Catarina**. Ensaios sobre a farra do boi. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993. p. 09-33.

_____. Antropologia como crítica cultural e como crítica a esta: dois momentos extremos de exercício da ética antropológica (entre índios e ilhéus). In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Ética e estética na antropologia**. Florianópolis: PPGAS – UFSC/ CNPq, 1998. p. 99 – 115.

MEYER, Dagmar E. Estermann. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. **Revista Gênero**, Niterói, v.6, n.1, p. 81-104, 2 sem. 2005.

MOTTA, Flávia de Mattos. **Velha é a vovozinha**. Identidade feminina na velhice. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

ONG CIDADE. **Estudo de caso**. Lutas em Porto Alegre: entre a revolução política e o transformismo. Porto Alegre, 2005.

ORTNER, Sherry. **Making Gender**: the politics and erotics of culture. Boston: Beacon Press, 1996.

PAIM, Heloísa Helena Salvatti. Aprendendo a lidar com o "velho dilema do cobertor curto": disputas entre lideranças comunitárias e agentes estatais na definição dos usos dos recursos públicos. **Jornada de Antropologia do PPGA/UFF**, II, Niteroi, 2007.

PEIRANO, Mariza. Onde está a antropologia? **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n 2, out./1997.

_____. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **A teoria viva e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

PINTO, Céli Regina. **Uma História do Feminismo**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo. 2003.

PORTO ALEGRE. **Mapas da inclusão e exclusão social de Porto Alegre**. Prefeitura Municipal. Gabinete do Prefeito. Secretaria do Planejamento Municipal. Porto Alegre, 2004.

PROJETO FOME ZERO. Instituto de Cidadania, 3ª versão, 2002.

PROJETO. Programa de enfrentamento a desnutrição materno-infantil de crianças de 0 a 06 anos através da reeducação alimentar e da utilização da multimistura como complemento alimentar. Porto Alegre, 2003.

RELATÓRIO do Segundo Seminário do Programa Fome Zero de Porto Alegre. Porto Alegre, 2006.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 11-36, 1995.

_____. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, Michelle. LAMPHERE, Louise. **A mulher, a cultura e a sociedade**. s/d.

ROSE, Isabel. Entre colinas verdes: trabalhos espirituais, plantas e culinária. Reflexões sobre experiência de campo numa comunidade do Santo Daime. In: BONETTI, Alinne. FLEISCHER, Soraya (Orgs.). **Entre saias justas e jogos de cintura**. Gênero e etnografia na antropologia brasileira recente. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. p. 329-352.

SÁ, Xico. DETTMAR, U. **Nova geografia da fome**. Fortaleza: Tempo d'Imagem, 2003.

SADER, Eder. PAOLI, Maria Célia. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth (Org.). **A aventura antropológica**. Teoria e pesquisa. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 39-67.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Autores Associados, 1996.

SCOTT, James. **Domination and the arts of resistance: hidden transcripts**. New Haven: Yale University Press, 1990.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2. p. 05-22, jul/dez. 1990.

_____. Relendo a história do feminismo. In: **A cidadã paradoxal**. As feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002. p. 23-48.

SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 01, jun. 2005.

SIMMEL, Georg. **Georg Simmel: sociologia** / org. Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1983.

SOARES, Luiz Eduardo. Trotski e travesti. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Ética e estética na antropologia**. Florianópolis: PPGAS-UFSC/ CNPq, 1998. p. 67-77.

SPIVAK, Gayatri. Can the subaltern speak? In: WILLIAMS, Patrick. CHRISMAN, Laura (eds.). **Colonial discourse and Postcolonial Theory: a reader**. New York/ London: Harvester-Wheatsheat, 1998. p. 66-111.

STEIL, Carlos. Olhares antropológicos sobre a política. **Folha de São Paulo**, 2000.

STRATHERN, Marilyn. **The gender of the gift**. Problems with women and problems with society in Melanesia. Berkeley: University of California Press, 1988.

TEIXEIRA, Carla Costa. Relações de parceria, políticas públicas e a questão da “pobreza” no Brasil. **Série Antropologia**, Brasília, n. 388, 2005.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. **Anuário antropológico 95**. Rio de Janeiro, p. 161-189, 1996.

VALENTE, Flavio Luiz Schieck. Do combate à fome à segurança alimentar e nutricional: o direito à alimentação adequada. In: **Direito humano à alimentação**. São Paulo: Editora Cortez, 2002, p. 35-70.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.18, n.4, jul/ago. 2005.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: ZALUAR, Alba (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975. p. 36-46.

_____. **Projeto e metamorfose**. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. Biografia, trajetória e mediação. In: VELHO, Gilberto. KUSCHNIR, Karina (Orgs.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 13- 28.

WOLF, Eric. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. Encarando o poder: velhos insights, novas questões. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. RIBEIRO, Gustavo Lins. **Antropologia e poder**. Contribuições de Eric Wolf. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo/ Universidade Estadual de Campinas, 2003. p. 73-91; 325-343.

WOORTMANN, Klaas. A Comida, a Família e a Construção do Gênero Feminino. **Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 29, n.1, p.103-30, 1986.

YASBEK, Maria Carmelita. O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **Revista São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2. abr/jun. 2004.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Anexos

Anexo 1:

Cesta básica (comparativo início e final da pesquisa de campo)
 Dados DIEESE – www.dieese.org.br (disponível em 05 de março de 2008)

Produtos	Quantidades	Gasto Mensal		Variação anual %	Tempo de Trabalho(1)	
		Dezembro de 2003 R\$	Dezembro de 2004 R\$		Dezembro de 2003	Dezembro de 2004
Carne	6,6 kg	58,48	61,58	5,30	53h36m	52h06m
Leite	7,5 l	7,35	8,25	12,24	6h44m	6h59m
Feijão	4,5 kg	8,46	9,41	11,23	7h45m	7h58m
Arroz	3 kg	5,52	4,29	-22,28	5h04m	3h38m
Farinha	1,5 kg	2,03	1,74	-14,29	1h52m	1h28m
Batata	6 kg	5,46	8,16	49,45	5h00m	6h54m
Tomate	9 kg	20,79	19,17	-7,79	19h03m	16h13m
Pão	6 kg	26,82	28,86	7,61	24h35m	24h25m
Café	600 g	4,04	4,61	14,11	3h42m	3h54m
Banana	7,5 dz	14,40	12,83	-10,90	13h12m	10h51m
Açúcar	3 kg	3,18	3,63	14,15	2h55m	3h04m
Óleo	1080 ml	3,13	2,78	-11,18	2h52m	2h21m
Manteiga	750 g	9,44	9,44	0,00	8h39m	7h59m
Total da Cesta		169,10	174,75	3,34	155h01m	147h52m

(1) Tempo que o trabalhador de salário mínimo precisa para comprar a Ração Essencial **(Decreto Lei no. 399 de 30/04/1938)**

Produtos	Quantidades	Gasto Mensal		Variação anual %	Tempo de Trabalho(1)	
		Junho de 2006 R\$	Junho de 2007 R\$		Junho de 2006	Junho de 2007
Carne	6,6 kg	60,39	74,45	23,28	37h58m	43h06m
Leite	7,5 l	7,73	9,45	22,25	4h52m	5h28m
Feijão	4,5 kg	7,97	6,21	-22,08	5h01m	3h36m
Arroz	3 kg	2,91	3,54	21,65	1h50m	2h03m
Farinha	1,5 kg	1,77	1,91	7,91	1h07m	1h06m
Batata	6 kg	7,44	10,02	34,68	4h41m	5h48m
Tomate	9 kg	18,18	27,18	49,50	11h26m	15h44m
Pão	6 kg	28,38	28,74	1,27	17h50m	16h38m
Café	600 g	4,85	5,73	18,14	3h03m	3h19m
Banana	7,5 dz	13,35	12,45	-6,74	8h23m	7h12m
Açúcar	3 kg	4,62	3,60	-22,08	2h54m	2h05m
Óleo	1080 ml	2,18	2,53	16,06	1h22m	1h28m
Manteiga	750 g	8,56	8,09	-5,49	5h23m	4h41m
Total da Cesta		168,33	193,90	15,19	105h48m	112h15m

(1) Tempo que o trabalhador de salário mínimo precisa para comprar a Ração Essencial **(Decreto Lei no. 399 de 30/04/1938)**

Anexo 2:

Poesia de Irene sobre a horta comunitária do Programa Fome Zero

Horta Comunitária

Então como trabalhar! Vou chegando devagarinho

O sol já nasceu está vindo

Pego meu chapéu, meu lindo chapéu

Pego minha enxada e me coloco no trabalho

De mim e para com muitos

Em prol de um dia melhor em nossas vidas.

Então me pergunto:

É possível melhorar? Respondo: sim!

Mas como? De que maneira?

Dedicação, muito trabalho, muito...

Água nas verduras,

O segredo é a organização, distribuir tarefas

Acreditar que dias melhores virão, transformando-nos

Em ação, divulgação, busca de onde e como podemos chegar

E do que nos pertence

A palavra chave é planejamento,

Fome Zero é a força que precisamos nas hortas comunitárias.

Anexo 3:

Localização do Bairro Mário Quintana em Porto Alegre

(mapa disponível em <http://www.observapoa.palegre.com.br>)



